



Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

## **Guia para o diálogo Católico-Judaico no Brasil** ***Estudos da CNBB - 46 p3***

### **ÍNDICE**

#### **Guia para o diálogo Católico-Judaico no Brasil**

#### APRESENTAÇÃO

#### [1. INTRODUÇÃO](#)

#### [2. BASES DO JUDAÍSMO](#)

*Povo*  
*Terra*  
*Fé*  
*Correntes ideológicas*

#### [3. FESTAS E TRADIÇÕES JUDAICAS](#)

#### [4. CRISTIANISMO E JUDAÍSMO](#)

#### [5. HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DA IGREJA COM O JUDAÍSMO](#)

- A. Da convivência à polêmica*
- B. Da polêmica ao proselitismo*
- C. A oficialização do cristianismo*
- D. Preconceitos e movimentos antijudaicos*
- E. Transição aos tempos modernos*
- F. Pronunciamentos da Igreja antes do Holocausto*
- G. Do Holocausto a Seelisberg*
- H. Do Vaticano II até os nossos dias*

## 6. COMUNIDADE JUDAICA NO BRASIL

### 7. QUESTOES PRÁTICAS

#### A. Catequese

*Raízes e herança judaica*  
*O respeito pelas Escrituras*  
*Tradição oral - Toráh oral*  
*Judaísmo no tempo de Jesus*

#### B. Convivência

Item A - *A luta contra o preconceito*  
Item B - *Conhecendo o judaísmo*  
Item C - *Fontes de estudos sobre a Mishnáh e o Talmud*  
Item D - *Sofrimento*

#### C. Casamentos mistos

## 8. OBJETIVOS E MEIOS PARA PROMOVER O DIÁLOGO

Instituições

*Internacionais:*

*Ocasões de contatos para conhecimento*  
*Objetivos para a sociedade*  
*Formação nos cursos de Teologia e Catequese*

## 9. DOCUMENTOS OFICIAIS

*Vaticano*

1. Declaração "Nostra Aetate" do Concílio Vaticano II sobre as relações da Igreja com as Religiões não-cristãs

### **A Religião Judaica, n. 4**

2. Orientações e sugestões para a aplicação da Declaração conciliar sobre as relações da Igreja com as Religiões não-cristãs ("Nostra Aetate" n. 4)

- a) O Diálogo
- b) A Liturgia
- c) Ensino e educação
- d) Ação social em comum
- Conclusão

3. Notas para uma correta apresentação dos judeus e do judaísmo na pregação e na catequese da Igreja Católica

### **Considerações preliminares**

- I. Ensino religioso e judaísmo
- II. Relações entre Antigo e Novo Testamento
- III. Raízes judaicas do cristianismo
- IV. Os judeus no Novo Testamento
- V. A liturgia
- VI. Judaísmo e cristianismo na história
- VII. Conclusão

*CELAM*

Encontro Católico-judeu em Bogotá, 19 a 21 de agosto de 1985

### **Conclusões**

- 1. Princípios básicos
- 2. Urgências
- 3. Realidade de nossas desconfianças

- a) Da parte cristã
- b) Da parte judaica

### **4. O diálogo**

- a) Níveis
- b) Áreas

- *Educação*
  - *Área religiosa*
  - *Área social*
  - *Família*

### **5. Atividades**

### **6. Documentos básicos**

*BRASIL*

- 1. Orientações para os católicos no relacionamento com os judeus no Brasil
- 2. Declaração da I Conferência Pan-americana de Relações Católico-judaicas,

- I. Histórico
- II. Resoluções

## 10. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- A - *História do Povo Judeu*
- B - *Judaísmo*
- C - *Anti-semitismo e Holocausto*
- D - *Judeus no Brasil*
- E - *Diálogo cristão-judaico*

## 11. GLOSSÁRIO

---

Temos a satisfação de oferecer ao público brasileiro o primeiro *Guia de orientação para o diálogo católico-judaico no Brasil*. Na qualidade de responsável pelo Setor de Ecumenismo e Diálogo Religioso na Comissão Episcopal da Pastoral da CNBB, sentimo-nos grato e esperançoso diante de tal iniciativa que vem corresponder a uma necessidade no campo das relações inter-religiosas.

Esta publicação é o resultado do trabalho conjunto dos membros da Comissão Nacional do Diálogo Religioso Católico-judaico que durante vários meses assumiu os diversos tópicos apresentados neste Guia. Cada capítulo mantém as características específicas de conteúdo e de estilo do respectivo autor ou redator, sem que houvesse a preocupação de reunir todas as contribuições sob uma única forma de redação. Não pode por isso o leitor estranhar certas diversidades e particularidades que se observam no tratamento dado a cada um dos temas. Todas as contribuições conservam o mesmo espírito que inspira o verdadeiro diálogo entre católicos e judeus, e passaram, antes de sua redação, pelo crivo das análises e das críticas de todos os membros da Comissão.

Colaboraram, da parte católica: Frei Leonardo Martin, Padre Humberto Porto, Padre Ilário Mazzarolo, Padre Joaquim Salvador, Padre Mário Colombo e as Irmãs Isabel Sampaio Wilken e Judite Paulina Mayer. Da parte judaica: Rabino Henry I. Sobel, Rabino Michael Leipziger e Sr. Hugo Schlesinger. Externamos nosso agradecimento, em nome da Igreja do Brasil, a estes dedicados e desinteressados promotores do diálogo católico-judaico.

A preocupação desta publicação foi fornecer condensadamente os subsídios básicos para o conhecimento do judaísmo e das questões ligadas ao diálogo da Igreja com os judeus. Não se trata de uma obra exaustiva, nem tem a pretensão de abordar questões teológicas que podem suscitar discussões entre os especialistas. O Guia oferece os elementos fundamentais para o trabalho a ser desenvolvido nas comunidades, deixando margem a ulteriores aprofundamentos, conforme as sugestões bibliográficas que são apresentadas no final.

Esperamos que esta publicação, lançada no 20º aniversário de "Nostra Aetate" do Concílio Ecumênico Vaticano II, contribua para o desenvolvimento das relações fraternas entre católicos e judeus em nossa pátria.

Brasília-DF, 30 de junho de 1986.

† *Sinéio Bohn*

## **Estudos da CNBB - 46**

### **1. INTRODUÇÃO**

No dia 27 de fevereiro de 1981, por iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, formou-se pela primeira vez uma Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico-judaico. A Comissão se reúne mensalmente em São Paulo, com cinco porta-vozes ativos de cada lado.

Em 1982, a pedido da CNBB, elaboramos um esboço contendo "Orientações para a Igreja Católica no Brasil em seu Relacionamento com os Judeus". Foi com base nesse esboço que a Comissão elaborou um documento final que, aprovado, foi publicado *no Comunicado Mensal da CNBB*, em outubro de 1983. Entre outros pontos, as Orientações destacam a necessidade de um "diálogo inspirado por sadio desejo de conhecimento recíproco e mútua compreensão.

Para facilitar esta mútua compreensão, a Linha 5 da CNBB, de Ecumenismo e Diálogo Religioso, julgou oportuno que nossa Comissão desenvolvesse um Guia com o propósito de implementar as orientações e sugestões acima mencionadas, e ajudar os católicos no Brasil a conhecerem melhor os anseios históricos, religiosos e nacionais do povo judeu. Este Guia, juntamente com dois outros - *Guia ecumênico* (recentemente revisado) e o *Guia ecumênico popular* (Estudos da CNBB n.º 21 e n.º 28) - constituem os primeiros de uma série planejada para reforçar o diálogo da Igreja com os não-cristãos.

A importância deste Guia é óbvia. O judaísmo, como berço do cristianismo, é geralmente desconhecido. Há muitos preconceitos a respeito. E aos olhos de muitos cristãos, o judeu é alvo de proselitismo. Pior ainda, mesmo depois do lamentável e horrível Holocausto sofrido pelo povo judeu neste século, continuam movimentos e atitudes anti-semitas no mundo inteiro.

Nosso texto, longe de pretender ser todo-abrangente, aborda a história do diálogo inter-religioso, os fundamentos teológicos da fé judaica, as correntes ideológicas no judaísmo contemporâneo, a catequese católica em relação aos judeus, os meios de promover a aproximação, o assunto dos casamentos mistos, questões sociais de interesse mútuo e o momento histórico que atualmente o país está vivendo. Foi também incluída uma bibliografia, como incentivo para estudos mais aprofundados.

Vinte anos atrás, os bispos da Igreja Católica Romana, reunidos no Concílio Ecumênico Vaticano II, repudiaram a acusação de deicídio contra os judeus e condenaram formalmente o anti-semitismo. Sua declaração histórica, "Nostra Aetate", n. 4, afirmava: "A Igreja (...) deplora os ódios, as perseguições, as manifestações anti-semitas dirigidas contra os judeus em qualquer época e por qualquer pessoa". Um registro valioso dos passos que levaram à promulgação deste documento está contido em Os protocolos do Concílio Vaticano II: sobre os judeus da autoria do Padre Humberto Porto.

Desde o Concílio Ecumênico Vaticano II, as barreiras de desconfiança mútua foram gradativamente se dissolvendo. De 1965 até hoje, estabeleceram-se mais contatos positivos do que em todos os 1900 anos anteriores. O papa João Paulo II, em recente encontro com uma delegação judaica, declarou: "Estou convencido - e fico feliz por afirmar isto - de que as relações entre judeus e católicos melhoraram radicalmente nestes últimos anos. Onde havia ignorância, e portanto preconceito, hoje há crescente estima e respeito recíproco".

Somos todos herdeiros do Vaticano II. O Concílio alterou irreversivelmente a maneira pela qual nos enxergamos uns aos outros. Publicamos este Guia em comemoração ao 20º aniversário de "Nostra Aetate", conscientes dos resultados positivos alcançados nestas duas décadas e determinados a prosseguir a caminhada rumo a um futuro de fraternidade, harmonia e paz.

*Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico-judaico*

## **2. BASES DO JUDAÍSMO**

### **Povo**

Os termos "hebreu", "israelita" e "judeu" têm sido usados historicamente como sinônimos. A Bíblia se refere a Abraão como *`ivri* (hebreu), porque ele migrou do outro lado (da margem leste) do rio Eufrates, e "*`ivri*" significa literalmente "do outro lado". Israel, também chamado Jacob, era o neto de Abraão. Seus descendentes passaram a ser conhecidos como "filhos de Israel", ou "israelitas". A palavra "judeu" deriva de Judá, a maior das Doze Tribos que habitavam a região. E assim, o povo é chamado até hoje de "judeu"; sua fé - judaísmo; seu idioma - hebreu ou hebraico; e sua terra - Israel.

Esse povo, Israel, teve início como uma família, a família de Abraão, o Hebreu, que viveu aproximadamente 3800 anos atrás. O credo monoteísta adotado por Abraão e a "Aliança com Deus" firmada por ele e reafirmada pelos seus descendentes, marcaram essa família como adeptos de uma nova fé.

À medida que a família foi crescendo em número e novos membros foram se juntando a ela, aceitando a *Toráh*, a Lei de Deus, como sua Constituição Divina, e tomando posse da terra que lhes havia sido prometida pelo Soberano do Universo, essa "família global" adquiriu as características de uma nação: um povo falando a mesma língua, habitando uma região geográfica específica, compartilhando memórias comuns e um destino comum.

Como base em sua origem, os judeus em toda parte consideram-se, até hoje, como membros de uma grande família. A condição de membro provém da mãe, ou seja, toda criança nascida de mãe judia pertence automaticamente à família. Porém, a família judaica nunca se restringiu à hereditariedade biológica. Ela sempre foi aberta a todos. Qualquer indivíduo que deseja aderir à fé desta família pode ser "adotado" por ela. Convertendo-se ao judaísmo, ele se torna um "filho de Israel", compartilhando plenamente a herança e os privilégios da família, bem como seus fardos e tribulações. Ao aceitar os deveres religiosos do presente e assumir um compromisso espiritual para o futuro, o convertido se vincula também ao passado coletivo da família judaica.

Apesar da particularidade do povo judeu, o universalismo permeia toda a fé judaica, refletindo-se em suas formulações teológicas ("Pois minha casa chamar-se-á Casa de Orações para todos os povos", *Isaías* 56,7; "O Senhor torne esta mulher que entra em tua casa [Rute, a moabita] semelhante a Raquel e a Léa, que fundaram a Casa de Israel", *Rute* 4,11; "Para que se conheçam na terra os seus caminhos e em todas as nações a sua salvação", *Salmos* 72,17). Embora, devido às contingências históricas, este universalismo nem sempre possa ter sido sublinhado, a família judaica continua tendo um caráter universal, que se evidencia na própria diversidade étnica e cultural dos seus adeptos. Existem judeus de toda espécie, brancos e negros, orientais e ocidentais, falando uma infinidade de idiomas diferentes.

Mesmo assim, os judeus se consideram verdadeiros irmãos, unidos por fortes laços de afinidade, talvez mais místicos do que racionais. Os historiadores e sociólogos nunca conseguiram encaixar os judeus em nenhuma das categorias convencionais. Os judeus obviamente não constituem uma raça, pois raça é uma designação biológica; eles não são apenas adeptos de uma religião, embora certamente o sejam; eles não são apenas uma nação, embora também o sejam. O problema é

geralmente resolvido através do termo "povo".

Mesmo sendo um povo pequeno, os judeus nunca se afastaram da civilização. Pelo contrário, a história judaica está interligada com a de todas as nações e impérios do mundo. E apesar de serem tantas vezes desprezados, rejeitados, oprimidos e perseguidos ao longo dos séculos, os judeus e o judaísmo desencadearam grandes transformações e avanços revolucionários nas religiões ocidentais, na Ciência e na Filosofia.

Para que um povo numericamente insignificante tenha persistido tanto tempo no cenário da história universal, sobrevivendo a tantas tentativas de aniquilamento, deve haver algo de diferente ou especial. O judeu acredita que este "algo especial" é a Aliança entre Israel e Deus. De acordo com a Bíblia, "Deus escolheu o povo judeu dentre todos os povos da terra". O judeu aceita este *status* com humildade e gratidão, consciente de que tal distinção traz consigo uma enorme responsabilidade. Se os judeus foram escolhidos, é também porque escolheram servir a Deus. E o serviço a Deus assume diversas formas: estudar a *Torá*, observar fielmente os mandamentos, lutar pelos direitos humanos e por uma sociedade mais justa.

Os judeus acham que a missão divina da qual foram incumbidos constitui a própria razão da nossa existência. E tal missão não é fazer com que os outros povos se tornem judeus, mas sim fazer com que todos os povos do mundo, independentemente de suas respectivas crenças, reconheçam a soberania de Deus e aceitem os valores humanos que nos foram revelados por ele. "O dever do judeu", disse Eliel Wiesel, "não é fazer deste mundo um mundo mais judaico. O dever do judeu é fazer deste mundo um mundo mais humano".

Somente nestes termos os judeus podem encontrar uma explicação plausível para a sobrevivência do povo judeu diante de tantos obstáculos e ameaças à sua própria existência. E é nestes termos que conseguem descobrir o sentido mais profundo da história do povo de Israel : seu sofrimento, sua dispersão, suas realizações, sua força moral e seu retorno a Sion.

## **Terra**

O vínculo entre o povo judeu e a terra de Israel nasceu na época de Abraão, quando Deus prometeu o território de Canaã ao Patriarca e seus descendentes, conforme relata o Livro do Gênesis.

O êxodo dos israelitas do Egito, após um longo período de escravidão e opressão, e sua jornada até a Terra Prometida constituem o cumprimento histórico da Promessa Divina. Somente no solo de Israel, no local escolhido por Deus (o monte Moriá em Jerusalém), poderia ser construído o Santuário permanente do povo judeu; somente no solo de Israel os judeus poderiam realizar plenamente seu potencial como povo; somente no solo de Israel poderia se concretizar a promessa de Deus - desde que os filhos de Israel se mostrassem dignos das bênçãos divinas, obedecendo fielmente aos mandamentos e mantendo-se leais ao Pacto com Deus. Atendendo ao chamado divino, tornando-se um "Povo Santo", sua terra seria então uma "Terra Santa".

Após estabelecerem-se pela primeira vez na terra de Canaã há 3200 anos, os israelitas foram repetidamente subjugados por invasores. No século VI antes da Era Comum, os babilônios destruíram o Primeiro Templo e exilaram a maior parte dos judeus. No ano 70 da Era Comum, quando os israelitas já haviam voltado e reconstruído seu Santuário, o Segundo Templo foi destruído pelos romanos, e novamente os judeus foram dispersos pelo mundo afora. Foi então que começou a Diáspora.

Entretanto, onde quer que estivessem, os judeus nunca abandonaram a esperança de regressar à sua terra e restabelecer sua independência como nação. Não passava um dia sem que a Terra Santa estivesse presente em seus pensamentos, em seus sonhos, em suas orações. Através dos séculos, a terra foi conquistada sucessivamente pelos bizantinos, pelos árabes, pelos cruzados, pelos turcos e,

finalmente, pelo exército britânico durante a Primeira Guerra Mundial.

Ao longo de todo esse tempo, alguns judeus às vezes voltavam individualmente à Terra Santa. Porém, uma campanha organizada visando um retorno em massa e o restabelecimento do Estado Judeu só começou a tomar forma no fim do século XIX. A essa campanha deu-se o nome de Sionismo: um movimento pela libertação nacional e pela cristalização da identidade nacional de um povo obrigado durante tantos séculos, a migrar de país em país.

Embora nem todos os judeus tenham participado ativamente desse movimento, todo judeu sempre esteve voltado para o ideal de Sion. Neste sentido, todo judeu sempre foi, e continua sendo, um sionista. Porque o anseio de retomar a Sion e reconstruir Jerusalém está inextricavelmente incorporado à fé judaica. Não se trata apenas de um desejo nacionalista, mas sim de um sentimento profundamente religioso, que traz consigo a perspectiva de uma futura era messiânica, uma era de paz para Israel e para toda a humanidade.

Bem, se o retorno à Terra Santa é parte essencial de todas as nossas rezas e rituais, se no dia mais sagrado do calendário judaico, *Yom Kipur*, o Dia do Perdão, terminamos nossas preces clamando "No ano vindouro em Jerusalém!" - não é de se estranhar o impacto emocional causado pela reconstrução do Estado de Israel e o restabelecimento de sua capital única e indivisível em Jerusalém. Mesmo para os judeus da Diáspora, que estão plenamente integrados na vida de suas respectivas pátrias e são totalmente leais a elas, a identificação espiritual com a causa de Israel é uma realidade constante e inabalável.

Israel é hoje uma nação dentro das mais nobres tradições democráticas. Uma nação que apresenta a marca inconfundível dos valores judaicos e da cultura judaica, garantindo ao mesmo tempo plena liberdade e igualdade de direitos a todos os seus cidadãos muçulmanos, cristãos, ou de qualquer outro credo. Uma nação na qual se refugiaram quase um milhão de judeus europeus, sobreviventes do Holocausto nazista, e mais de meio milhão de judeus vindos de países árabes, onde a vida se tornou intolerável para eles: Egito, Síria, Iraque, Argélia, Marrocos e Tunísia. Ainda hoje existem países onde as minorias judaicas sofrem discriminações e são proibidas de emigrar. Só nos resta esperar que todas as comunidades oprimidas conquistem em breve sua liberdade, comunidades judaicas e não-judaicas.

Que outra nação no mundo contemporâneo fala o mesmo idioma, professa a mesma fé e habita a mesma região de 3000 anos atrás? Não é difícil entender o apego emocional dos judeus à terra de Israel. É uma terra que lhes pertence não só por direito, mas, acima de tudo, porque constitui a concretização de uma profecia bíblica que é o esteio da história, da lei e da fé judaica.

## **Fé**

Nenhum ensaio sobre o povo judeu seria completo sem algumas considerações sobre Deus, sobre o conceito judaico de Deus.

"Escuta, ó Israel, o Eterno é nosso Deus, o Eterno é Único" (*Deuteronômio 6,4*). Com estas palavras, nós, judeus, declaramos nossa fé na existência de um Deus Único e Indivisível, Criador do universo e de tudo que nele existe. Numa ruptura radical com o politeísmo e a idolatria de sua época, Abraão, o Hebreu, foi o primeiro a expressar efetivamente esse credo monoteísta, tornando-se assim o Patriarca da fé judaica.

Não que Abraão tenha sido o primeiro ser humano a conscientizar-se dessa verdade espiritual. Segundo os pesquisadores, outros indivíduos antes dele já haviam manifestado uma crença semelhante. Porém, Abraão é considerado o fundador do monoteísmo porque, ao contrário dos anteriores - cujo monoteísmo foi um grande oásis num deserto espiritual, que se ressecou e desapareceu com sua morte -, Abraão dedicou o resto dos seus dias à propagação dessa fé. Ele a



transmitiu ao seu filho Isaac; e Isaac por sua vez a transmitiu ao seu filho Jacó (Israel); e este aos seus doze filhos, chefes das Doze Tribos; e daí em diante o monoteísmo ingressou na corrente da história de Israel e de toda a humanidade.

A aceitação da existência de Deus é uma questão de fé. Deus é infinito e o homem é finito. Declaramos com fervor nossa fé num Ser Supremo, qualitativa e quantitativamente Único, porque sentimos sua presença na ordem do universo, no milagre da própria vida. Os avanços tecnológicos do homem e sua crescente capacidade de dominar o mundo físico, longe de gerarem em nós alguma dúvida quanto ao papel divino, aumentam ainda mais a nossa fé. Porque, no fundo, todas estas conquistas humanas são provas das múltiplas bênçãos dispensadas pelo Criador às suas criaturas. E não importa o quanto possa ser explicado cientificamente, chega um ponto em que nos deparamos com o mistério. Nas palavras de Abraham Joshua Heschel: "Este Mistério é Deus: impenetrável e indefinível".

Nas premissas fundamentais da teologia judaica - isto é, que Deus existe, que ele criou o mundo, que ele se revelou aos filhos de Israel e a toda a humanidade no monte Sinai - embora pertençam a uma esfera espiritual e seus mecanismos sejam desconhecidos, não há nada que possa ser qualificado de irracional. Na formulação do judaísmo, razão e fé não são antagônicas, mas sim, complementam-se mutuamente. Uma preenche as limitações da outra.

Segundo a concepção judaica, Deus não tem atributos físicos. As expressões bíblicas "a face de Deus", "a mão de Deus", "o olhar de Deus" são termos usados simbolicamente para traduzir numa linguagem assimilável pelo homem, aquilo que está além da nossa compreensão ("antropomorfismo"). São os atributos espirituais de Deus - sua justiça, sua bondade, sua misericórdia, sua compaixão, seu amor - que o caracterizam como Soberano do Universo, e nos estimulam a seguir uma conduta ética e moral digna daquele a cuja imagem fomos criados.

A fé judaica não termina com a Criação. É aí que ela começa. Ela reconhece que Deus continua a desempenhar um papel no universo que ele criou, orientando o comportamento de suas criaturas.

No cerne da doutrina judaica está a Revelação de Deus e a promulgação dos seus mandamentos no monte Sinai, após o êxodo dos israelitas do cativeiro no Egito. As leis de Deus estão expressas na *Torá*, escrita por Moisés sob inspiração divina. Além do Pentateuco (os cinco Livros de Moisés), a vontade de Deus se manifestou também através da Lei oral revelada a Moisés e comunicada verbalmente por ele aos líderes religiosos do povo de Israel. Esta "*Torá* oral" que esclarece e interpreta os mandamentos contidos na "*Torá* escrita", foi transmitida de geração em geração até o século II da Era Comum, quando foi compilada e codificada, sendo mais tarde incorporada no *Talmud*. Num sentido mais amplo, o termo "*Torá*" inclui também os livros dos Profetas, os Provérbios, os Salmos, o conjunto das Escrituras Sagradas e a vasta literatura rabínica.

Embora a *Torá* se dirija principalmente aos filhos de Israel, ela contém diretrizes para todos os homens, de todos os credos. As leis rituais, relacionadas com a prática religiosa, constituem apenas uma parcela dos seus preceitos. Os mandamentos da *Torá*, suas regras e estatutos, abrangem todos os aspectos da vida e do comportamento humano, especialmente a ética e a moralidade. São leis "vivas" constantemente reinterpretadas e atualizadas em função do mundo contemporâneo.

A *Toráh* é a constituição do povo judeu. É o alicerce da fé judaica. É o que torna o judeu verdadeiramente judeu.

Israel: Povo, Terra e Fé. Uma filosofia existencial de vida, que exige a perfeição ética de cada um de nós.

## **Correntes ideológicas**

O *judaísmo ortodoxo* baseia-se na imutabilidade da *Halakáh*, a lei judaica. Uma lei que é divina em origem e conteúdo. O *judaísmo reformista* fundamenta-se na mudança. Seu próprio nome implica um judaísmo em desenvolvimento, progressivo e dinâmico. Mais um processo do que um programa, mais uma abordagem do que um credo ou dogma. É a transformação da forma visando o objetivo maior de preservar o conteúdo. O *judaísmo conservador* procura ser um meio-termo entre os dois. Vivendo com o passado, mas não no passado. *Halakáh* como ponto de partida, com a abertura necessária que possibilita sua aplicação no mundo contemporâneo.

No fundo, trata-se apenas de enfoques diferentes. Nada mais. Não devemos nunca esquecer que existe um único judaísmo, com diversas interpretações.

No Brasil, os movimentos reformista e conservador caem dentro de uma mesma categoria mais abrangente, denominada "liberal" ou "progressista". Quando falamos em judaísmo progressista, não estamos nos referindo a um novo tipo de judaísmo, mas sim a uma interpretação que reconhece e ressalta o caráter dinâmico da religião judaica. A corrente progressista dá uma ênfase maior àquela característica que é inerente ao judaísmo em geral: o princípio da progressão gradativa nos conceitos e nas formas da religião judaica. Mesmo assim, o judaísmo liberal tem suas raízes no passado e reconhece plenamente a validade e a dignidade da milenar tradição judaica.

Na verdade, a tradição judaica sempre foi interpretativa e progressista. Houve apenas um período entre os séculos XV e XVIII, quando se tentou "congelar" o judaísmo. A lei judaica foi então codificada no *Shulehan Aruk*, tornando-se rígida. Ser judeu era seguir aquilo que estava escrito nos livros.

Quando teve início a emancipação judaica, no século XIX, e os judeus começaram a sair do gueto, essa tradição inflexível deixou de satisfazê-los. Foi então que um grupo de judeus, inicialmente liderados por leigos, resolveu que estava na hora de "descongelar" a tradição. Este foi o princípio do movimento reformista.

Essa idéia de adaptar o judaísmo às necessidades contemporâneas não era nada de novo para o povo judeu. Controvérsias entre escolas "conservadoras" e "inovadores" já existiam desde os primórdios da nossa história. E, em todos os casos, o princípio predominante era sempre a liberdade de interpretação. Na verdade, nenhuma forma de judaísmo, em nossos dias, segue exatamente as leis conforme constam na *Torá*. Os ortodoxos interpretam o judaísmo de um modo; os liberais interpretam de outro.

O movimento progressista reafirma o direito e o dever de acelerar o processo de transformação sempre que ela se fizer necessária. Se determinados costumes e práticas deixaram de ser significativos, eles não têm mais razão de ser, e agarrar-se a eles mecanicamente é pôr em perigo a própria sobrevivência do judaísmo.

Os liberais insistem em que as alterações na Lei sejam feitas por aquela geração que sente necessidade delas, ao invés de esperar décadas ou séculos até que ocorra alguma modificação perceptível. As gerações de hoje podem e devem manter o judaísmo vivo, atualizando-o e adaptando-o às necessidades espirituais dos nossos dias. É perfeitamente possível ser judeu autenticamente religioso no Brasil, por exemplo, sem ser forçado a se enquadrar em moldes religiosos antiquados.

Os movimentos liberais – no Brasil em particular e na Diáspora em geral – proporcionam a milhares de judeus a possibilidade de preservar sua condição religiosa judaica sem ter que observar rigorosamente as minúcias da prática ortodoxa. Neste sentido, as correntes liberais tentam fazer uma contribuição vital à sobrevivência do judaísmo.

Muitas das inovações introduzidas na sinagoga pelo movimento reformista europeu e norte-

americano foram aos poucos sendo adotadas pelas congregações liberais no Brasil: o uso de instrumentos musicais e coros para acompanhar o serviço religioso; e recitação de várias orações em vez do hebraico original; e a prédica semanal.

É importante observar que todas estas inovações são no campo do ritual e da liturgia. Nos pontos fundamentais do judaísmo, entretanto, existe muito pouca divergência real entre ortodoxos e liberais. Todos os judeus religiosos, sejam eles ortodoxos ou liberais, aceitam os conceitos tradicionais sobre Deus, o papel do homem no esquema divino, o papel do Povo de Israel na História, a importância e centralidade da sinagoga na vida judaica. Todos os judeus religiosos compartilham os mesmos valores éticos, todos têm o mesmo *Shabat* e os mesmos feriados.

O judaísmo liberal não é uma desculpa para sair do judaísmo, é um esforço para entrar. O judeu que não se prende à *Halakáh*, à lei judaica, tem que lutar para definir sua própria condição judaica. A ortodoxia pode ser fácil quando o indivíduo obedece cegamente às regras do judaísmo sem questionar. O judeu liberal, por outro lado, tem que optar entre várias alternativas, e muitas vezes tais opções não são nada fáceis! Um judeu progressista esclarecido e consciente não santifica o passado simplesmente por ser o passado; ele tenta tomar a tradição significativa no mundo de hoje. Dentro de cada área da observância judaica, ele tem a responsabilidade de analisar as exigências da tradição judaica e exercer sua autonomia, aceitando ou rejeitando com base nos seus próprios conhecimentos e no seu compromisso individual.

Por exemplo, os fundadores do movimento reformista consideravam desnecessário seguir *Kashrut*, as leis alimentares bíblicas, porque – segundo eles – essas normas haviam sido estabelecidas em outra época, sob influência totalmente estranha ao contexto social e espiritual do período da Reforma. Hoje, entretanto, um número crescente de judeus liberais no Brasil está observando a *Kashrut* por razões de identificação judaica. Trata-se, porém, de uma escolha pessoal e não de uma imposição legal.

Quanto à *Shabat*, a maioria dos judeus progressistas não obedece as prescrições legais referentes ao dia do descanso. Para eles, observar o *Shabat* significa torná-lo um dia especial, diferente dos outros dias da semana: acendendo velas, recitando a bênção sobre o vinho (*Qidush*), servindo o pão especial (*Haláh*), reunindo a família para uma refeição festiva, assistindo aos serviços religiosos sexta-feira à noite e/ou sábado de manhã.

Em resumo: o judaísmo liberal não é uma espécie diferente de judaísmo. É *judaísmo*: histórico, clássico, tradicional – porém determinado a se manter sempre contemporâneo, determinado a inspirar o povo judeu a cumprir sua missão como "uma luz para as nações", um modelo de comportamento ético, um parceiro de Deus na construção de um mundo melhor. Aquilo que em hebraico chama-se *tiqqún olám*, o aperfeiçoamento da obra da criação.

Os antigos profetas de Israel jamais esconderam o fato de que se preocupavam menos com cerimônias e rituais, e muito mais com a proteção aos fracos, aos pobres, aos desamparados, aos oprimidos. Para eles, a maior prova de fé era a ação. E este é o enfoque do judaísmo, seja ele liberal ou ortodoxo: contribuir judaicamente para a criação de uma sociedade mais digna, mais justa, mais humana.

### **3. FESTAS E TRADIÇÕES JUDAICAS**

Existe um quadro litúrgico de festas que determina a vida religiosa oficial do judaísmo.

O nome genérico das grandes festas religiosas judaicas é *hag*, que etimologicamente é sinônimo do árabe *hagg* que designa a peregrinação a Meca. Percorrendo o Pentateuco constatamos a existência de umas cinco listas de festas anuais de cronologia variada, passíveis de serem reconstituídas em sua evolução, graças às características preservadas.

Em geral, todas as festas são agrícolas, provavelmente herdadas do cananeu, e refletem a situação de Israel na terra de Canaã. O mais antigo calendário se encontra no Código da Aliança (Ex 23,14-17). O javista da aliança sinaítica (Ex 34,18-23) coincide grosso modo com o anterior e fornece a mesma série de três festas de peregrinação, mas denomina a segunda de festa das Semanas (*Hag Shabuôt*). O calendário deuteronômico é mais detalhado (Dt 16,1-17), dando prioridade à do Êxodo, em que se imola o cordeiro. No calendário do Código de Santidade (Lv 23), há indícios claros da maneira babilônica de contar os meses e uma enumeração mais ampla das festas.

No judaísmo, os dias sagrados iniciam-se com o *Rosh Ha-Shaná*, que é também o começo do ano judaico.

*Rosh Ha-Shaná* – Como "cabeça do ano", é a festa celebrada nos dias 1º e 2º de *Tishri*: dias em que, segundo a tradição, o mundo foi criado. Os outros nomes de *Rosh Ha-Shaná* são: *Yom Hazikaron* (dia da lembrança), *Yom Teruáh* (dia do toque do shofar), *Yom ha-din* (dia do julgamento). Festa essencialmente religiosa. Celebra-se exclusivamente na sinagoga. Como para as outras magnas datas, as orações estão compiladas no *maḥazor* (livro de orações). Representa um dos dois dias santos mais sagrados da fé judaica e dá início aos Dez Dias de Penitência quando "a humanidade se submete a julgamento perante o trono celestial". Durante esse período, afirma a tradição, Deus perscruta os corações dos homens e examina os motivos de seus atos. É também o período em que os judeus se julgam a si mesmos, comparando seu procedimento durante o ano findo com as resoluções tomadas e as esperanças que haviam acalentado. No moderno Israel, celebra-se o *Rosh Ha-Shaná* durante um único dia: os ortodoxos continuam a observar dois dias igualmente santificados, conforme o costume mantido desde o primeiro século. A exemplo de quase todos os demais dias santos do judaísmo, as observâncias do *Rosh Ha-Shaná* incluem certa mistura de solenidade e festividade. O Ano Novo é uma época para reunião do clã, quando tanto os jovens como os anciãos voltam ao lar. O esplendor do seu ritual cria laços emocionais com o judaísmo até nas crianças pequenas demais para compreenderem e apreciarem plenamente a ética da fé; nos anos seguintes a mente reforça esses laços do espírito e do coração. O símbolo mais importante das práticas do *Rosh Ha-Shaná* é o *shofar*, ou chifre de carneiro, que se faz soar durante o culto no Ano Novo e em cada um dos dez dias de penitência. Em tempos idos, o *shofar* era instrumento de comunicação. Das colinas da Judéia era possível alcançar todo o país em poucos momentos por meio de apelos de *shofar* correndo do cume de um monte para outro. Nos ofícios do *Rosh Ha-Shaná* o *shofar* é o chamado para a adoração. Conclama os fiéis a se arrependerem de suas faltas do ano decorrido; a voltarem a Deus com o espírito contrito e humilde, e a distinguirem entre o trivial e o importante na vida, de modo que os doze meses seguintes possam ser mais ricos de serviços a Deus e aos outros.

*Yom Kipur* – Dia do Perdão. Festa máxima dos judeus. Data de jejum absoluto. É o dia do perdão e da purificação: esquecimento dos erros e extirpação das impurezas da alma. Não se trata unicamente do perdão divino, invocado mediante a confissão das faltas e as práticas de abstinência, mas também do perdão humano, que exige o desprendimento da vaidade e contribui para a elevação moral. Rancores e ressentimento são expulsos da alma. À chegada de *Yom Kipur*, cada judeu deve estender a seu inimigo uma mão de reconciliação, deve esquecer as ofensas recebidas e desculpar-se por aquelas feitas aos outros. Livre de todas as suas impurezas físicas e morais, deve comparecer o indivíduo diante do tribunal de Deus. Desde a refeição que a precede, servida antes do pôr-do-sol, até o fim da festa, o judeu se abstém de qualquer alimento ou bebida. Este jejum é interpretado não somente como evasão do terreno, mas como prova de força de vontade sobre os apetites materiais, que tantas vezes conduzem ao erro. Por último, o jejum faz sentir na própria carne os padecimentos dos que por falta de meios sofrem de fome e sede.

*Peçaḥ* – É a festa judaica da Páscoa. Celebra-se a lembrança da libertação dos israelitas da escravidão do Egito, que ocorreu no dia 14 do mês hebraico *Niçán*, aproximadamente em 1280 a.C. Desde então a *Peçaḥ* foi para o israelita o aniversário da libertação do jugo da escravidão, a qual devia guiá-lo à libertação do espírito, à fé, à virtude e para uma vida nobre e sagrada.

*Peçah* é também considerada festa da primavera, coincidindo a sua data com a primavera em Israel. *Peçah* prolonga-se por 8 dias, sendo os seus primeiros e últimos dias considerados *yamim tobim*, ou seja, "dias festivos".

*Shabu`ot* - É considerada uma das festas máximas do judaísmo, pois comemora a data em que Deus, por intermédio de Moisés, deu ao povo libertado do Egito os Dez Mandamentos. Da voz que lhes falava no monte Sinai, saíram as palavras mais sábias que a humanidade jamais ouviu; esses mandamentos foram o elo que manteve a união dos judeus pelos séculos afora. Em todo o mundo, o Decálogo tem encontrado ressonância e se imposto como fundamento moral. Os judeus festejam *Shabu`ot* com justo orgulho, porque foram os mensageiros e depositários dos sábios ensinamentos nele contidos. As palavras "*Asher, behar banu mi-col ha`amim ve-natonah lanu et Toratô*" "Que nos escolheu entre todos os povos e nos deu ela, Sua *Toráh*", a bênção da *Toráh* no Templo, são uma recordação renovada anualmente da sua missão: salvaguardar, através dos séculos, esse tesouro de ética e sabedoria, que foi confiado a seu povo. *Shabu`ot* chama-se também *Hag Habbikkurím* - Festa das Primícias. Esse amálgama do divino (ter recebido a *Torá*) e a terra (a festa da colheita), reflete o sentimento da alma judaica: agradecer a Deus pela lei recebida e pela colheita dos frutos da terra. Na antigüidade, quando se terminava a colheita de cereais, separavam-se as primícias que eram levadas ao Templo e oferecidas a Deus em sinal de agradecimento. Numerosos grupos de agricultores de todas as partes do país marchavam em longas procissões para Jerusalém, acompanhados, em todo o trajeto, por alegres sons de flautas. Em cestas decoradas com fitas e flores, cada um conduzia sua oferenda, primícias de trigo, cevada, uvas, figos, romãs, azeitonas e mel, produtos que davam renome ao solo de Israel. Na Cidade Santa eram acolhidos com cantos de boas-vindas e penetravam no Templo, onde entregavam seus cestos ao sacerdote, findando a cerimônia ao som de hinos e toques das harpas. Com o restabelecimento do Estado de Israel, *Shabu`ot* readquiriu seu caráter de festa campestre; hoje, como ontem, a vida lá gira em redor do cultivo da terra; o judeu voltou à sua inerente predileção pelos trabalhos agrícolas.

*Sukkôt* - É a festa das tendas. Celebra-se, habitando durante 8 dias, em cabanas em que os israelitas viveram desde a saída do Egito até a conquista da Palestina. Chamou-se também de *Hag ha-açif* (festa da Colheita) ou simplesmente *Hag*. Primeiramente *Sukkôt* era uma festa agrícola rural. *Sukkôt* marcava o final da colheita das frutas. Era também a festa da peregrinação. É um acontecimento alegre e feliz, cheio de símbolos ricos e coloridos; e especialmente atraente para as crianças, às quais obviamente se destina. Ergue-se uma tenda ou cabana (*sukkáh*) perto da casa. Em geral, é uma estrutura improvisada, de tábuas de madeira, com teto de folhas e ramos. O teto não deve ser compacto, pois os que se acham dentro da *sukkáh* devem poder ver o céu o tempo todo. A construção de uma tenda é prescrita na Bíblia, como eterna lembrança das habitações precárias utilizadas pelos israelitas em seus quarenta anos de peregrinação através do deserto. O interior da *sukkáh* é alegremente decorado com frutas da estação outonal, e mobiliado com mesa e cadeiras. Durante a semana de *Sukkôt* a refeição é servida na *sukkáh*.

A principal oração judaica é o *Shemá`* (hebr. Ouve!) considerada como a expressão clássica do monoteísmo e a proclamação de fé dos israelitas. Todos os israelitas devem recitá-lo, conforme se acha prescrito no ritual, todos os dias, pela manhã e à noite. As primeiras palavras que a criança deve aprender a pronunciar são: *Shemá` Yisraêl* (Escuta, Israel). "As palavras do *Shemá` Yisraêl*, diz o *Talmud*, não são dirigidas aos ouvidos, mas ao coração".

Para os judeus, a lei oral não podia ser escrita e o ensino era ministrado somente por transmissão oral, por "repetição". Daí a designação da *Mishnáh* como "segunda Lei", coincidindo com a tradução grega e latina dos vocábulos *deuterosis*. *Mishnáh* deriva do verbo *shanó* (= estudar), e ao mesmo tempo do numeral *shnaím* (= dois). Como parte constitutiva do *Talmud*, é a *Mishnáh* o conjunto das decisões, doutrinas e leis religiosas que tem como base a *Torá* e que, por sua vez, serve como base para a *Guemará*. Assim como a Bíblia é o objeto da *Mishnáh*, essa é o objeto para a interpretação talmúdica - a *Guemará*. A *Mishnáh* divide-se em seis partes: *Zera`im* (grão) trata do homem e da terra; *Mo`éd* (festas); *Nashím* (família); *Neziqim* (relação entre os homens); *Qodashim* (cerimônias

religiosas) e *Teharôt* (leis e proibições). A *Mishnáh* constitui a base do *Talmud*. É um informe das sentenças proferidas por uma linha de analistas e juizes. Abrange um período de quase 400 anos. Rabi Judá, o Príncipe, abastado sábio da Palestina, compilou a *Mishnáh*.

Todos os judeus incorporam-se à comunidade mediante o rito da *circuncisão* que é o símbolo, a prova e a condição para entrar na aliança que o Eterno estabeleceu com o primeiro patriarca Abraão. Assim está comprometido com um pacto indissolúvel com seu Deus, com a virtude e o dever. O ato da *Miláh* é cercado por ambiente de extremo respeito ao qual assistem somente os homens presentes à festa. A criança é introduzida na sala de cerimônia pelo *kvater* (padrinho) sob as exclamações "*Baruk ha-bá*" (Bendito seja quem chegou). É então passado de mão em mão até o pai, o *Sandaq* (síndico) em cujas mãos se realiza a operação. Terminada a mesma, recita o pai a oração de graças por ter cumprido essa *mitsváh* e a criança e os pais são então saudados por toda uma série de bênçãos características, que é realmente enorme e que a tradição judaica acumulou por séculos. A cerimônia termina com o ato de molhar os lábios do bebê com vinho ou cerveja, após o que é servida a *Se`udat mitsváh*, o banquete do Mandamento Cumprido. O nome do menino é dado na cerimônia.

A admissão oficial e consciente no povo judeu se faz mediante o rito da *bar mitzváh*. O jovem judeu ao atingir a idade de 13 anos converte-se em *bar mitzváh*, isto é, sujeito ao mandamento. Isso quer dizer que deve praticar os mandamentos divinos, tomando-se responsável pelos seus atos. Até então cabia ao pai ou tutor toda a responsabilidade dos atos bons ou maus praticados pelo seu filho. A partir deste momento a responsabilidade é exclusivamente do jovem que agora passa a integrar a comunidade, como um adulto no sentido do cumprimento das *Mitzvot* (mandamentos). Estes 613 mandamentos fundamentais representam a estrutura de toda a moral judaica, estabelecendo normas de conduta em todos os momentos de vida do homem, quer nas suas relações com os seus semelhantes, quer nas suas relações com o Todo-poderoso. Ao lado desta responsabilidade moral adquire o *Bar-Mitzváh* o privilégio do *Minyan*, isto é, ser um membro do grupo de dez homens, número este que a lei judaica exige como o mínimo para a realização de qualquer ato religioso de caráter público. Como membro do *Minyan*, o *Bar-Mitzváh* está, então, sujeito a todos os deveres e obrigações dos seus integrantes adultos. Deve-se assinalar, entretanto, que a solenidade do *Bar-Mitzváh* marca apenas o momento inicial da maturidade física e psíquica do indivíduo e não o momento em que esta se completa. A partir desta idade, o jovem começa a tomar consciência dos problemas que o cercam e aos seus semelhantes, marcando, pois, a sua inclusão como membro da sociedade, tomando-se apto para lutar pelos seus interesses e necessidades. O costume do *Bar-Mitzváh* data do século XVI. A *Torá* (Antigo Testamento) não o menciona. O *Talmud* apenas faz alusão ao fato de os jovens, a partir dos treze anos, começarem a transformar-se em homens adultos, não estabelecendo porém, normas nem a idade exata para o acontecimento. A primeira referência escrita sobre a sua celebração encontra-se no Código Religioso, de Ética, Moral e Conduta humanas chamado *Shulehan `Arúk* compilado em meados do século XVI por Yosef Karo. Segundo este Código, o primeiro sábado que segue ao 13º aniversário do jovem é o dia de seu *Bar-Mitzváh*. Durante os meses que antecedem esta data importante, o jovem aprende as noções fundamentais da História e das tradições judaicas, as orações e costumes do povo, estudando os princípios que regem a fé judaica. No sábado da comemoração o jovem recita um capítulo da *Torá* (*Parasháh*) e um capítulo dos Profetas (*Haftaráh*), com a melodia tradicional apropriada para estes capítulos. Esta melodia baseia-se numa escala de notas musicais padronizadas para a leitura em público dos capítulos da *Torá* e do livro dos Profetas. A cerimônia religiosa é seguida de uma reunião festiva que é oferecida pela família do *Bar-Mitzváh* aos parentes e pessoas mais chegados à família.

#### 4. CRISTIANISMO E JUDAÍSMO

Jesus Cristo, filho de Davi, filho de Abraão, veio "segundo a carne" do povo de Israel (Rm 9,5) e transmitiu à sua comunidade, a Igreja, as crenças e as tradições religiosas de seu povo. Por isso, Judaísmo e Igreja têm uma herança espiritual comum.

A figura de Jesus tem sido, infelizmente, um empecilho no relacionamento entre cristãos e judeus, uma justificativa para exclusão mútua, uma fonte de atrito e ressentimento. É de fundamental importância para o diálogo católico-judaico que Jesus seja reconhecido como um elo essencial entre os dois credos.

Jesus era judeu, nascido de mãe judia. Mais ainda, ele se considerava um judeu fiel às suas origens. Seus ensinamentos derivam das leis e das tradições judaicas com as quais ele se criou, e que ele jamais negou. Jesus era chamado de "Rabino" e freqüentava o Templo de Jerusalém, junto com seus discípulos.

A grande maioria dos católicos não tem consciência destes fatos, pois as divergências posteriores entre Igreja e Sinagoga resultaram num processo de obliteração das origens judaicas do cristianismo.

A imagem negativa dos fariseus encontrada em muitos textos cristãos produziu entre os católicos uma visão gravemente distorcida do judaísmo. O debate de Jesus com os fariseus é um sinal de que ele os levava a sério. A eles Jesus dirigiu suas críticas contra o "establishment" religioso. Foi com eles que Jesus aprendeu a "regra de ouro", e deles vem a crença na ressurreição.

Portanto, os conflitos e controvérsias relatados no Novo Testamento devem ser vistos como discussões entre irmãos, e não como disputas entre inimigos. Ao serem mal interpretadas, as críticas de Jesus aos fariseus tornaram-se armas nas polêmicas antijudaicas, e sua intenção original foi deturpada.

A Igreja de Cristo está enraizada na vida e no pensamento do Povo de Israel. Ela se sustenta nos ensinamentos judaicos dos patriarcas e profetas, reis e sacerdotes, escribas e rabinos. Jesus é o elo através do qual toda a cristandade passa a ser incluída como descendente de Abraão, e portanto co-herdeira, juntamente com os judeus, do seu grandioso legado espiritual.

O problema da crucificação sempre foi um dos assuntos mais explorados em argumentação contra os judeus. Trechos do evangelho foram sempre citados, para reforçar uma acusação que hoje em dia é reconhecida como inválida e falsa.

Tentou-se durante os séculos usar o Novo Testamento, e especialmente os evangelhos, para encontrar frases avulsas, nas quais se baseou o mito do "deicídio".

Vejamos aqui alguns pontos importantes que derrubam este conceito antijudaico, que durante séculos serviu para acusar os judeus.

Os argumentos válidos, baseados numa objetiva análise de textos evangélicos, de que os judeus não mataram Jesus, são em resumo os seguintes:

- 1) não se pode afirmar que os judeus tenham crucificado Jesus, porque tal gênero de morte não é previsto por nenhuma lei judaica antiga; doutro lado, os evangelhos especificam claramente que foram os romanos que procederam à execução;
- 2) não é verdade que os judeus pediram a crucificação, isto é, não foi a totalidade, nem a maior parte (os evangelhos dizem o contrário); foi uma população subornada pelos magistrados; enfim, uma pequena fração em relação ao número de peregrinos da Palestina e da Diáspora; não era, pois, um grupo qualificado para exprimir os sentimentos e a vontade da população; mais ainda: os discípulos de Emaús atribuem expressamente aos chefes religiosos a responsabilidade dessa morte;
- 3) pelo contrário, a quase unanimidade da população acolheu e saudou Jesus em triunfo quando da sua entrada em Jerusalém; à morte do Senhor, diz Lucas que "multa turba populi et mulierum"

estava com Jesus e batia no peito; o mesmo observa o evangelista por ocasião da crucificação. Note-se, ao invés, que os discípulos estavam longe;

4) "Jesus foi morto aos gritos do povo judaico!" Repete-se desde há muitos séculos. Basta consultar os textos evangélicos, para se constatar a instabilidade da afirmação;

5) analisemos a expressão "seus inimigos, os judeus". Ora, os inimigos só poderiam ser judeus, pois Jesus também o era segundo a carne, nascido na Judéia, onde vivia e pregava. Deve-se dizer, a rigor: "seus inimigos, os fariseus e alguns judeus". De Lincoln também se deve dizer: "seus inimigos, os escravistas", e não: "seus inimigos, os americanos". "Os judeus", é expressão característica do IV Evangelho: indica especialmente os que se opunham a Jesus. Quando foi composto o Evangelho de São João, já estavam bem definidas e separadas a Sinagoga e a Igreja, e o vocábulo judeu, menos que designação étnica, indica valor teológico com uma base histórica: Jo 2,18-20; 5,16-18; 6,41; 7,1-11; 9,22; 10,24-33; 11,8; etc. O IV Evangelho usa cerca de 70 vezes a designação "os judeus".

6) É notável que São Paulo, comentador eloqüente da Paixão, não acuse seus compatriotas. Por caridade? Então, por que não lhe seguir o exemplo? Por verdade? Por que não aceitar o que diz? Para ele, os judeus são povo eleito ainda, mesmo depois da morte de Jesus; não rejeitou seu povo.

### **Jesus lê e explica as Escrituras, a Lei de Moisés, os Profetas e os Salmos** (Lc 4,16; 24,44)

Judeus e cristãos têm em comum o *TaNaK* (*Torá - Nebjím - Ketubim*), parte da Bíblia comumente chamada de Antigo Testamento. Seu valor é próprio e perpétuo e contém a Revelação do Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó que é o Deus de Jesus Cristo, dos Apóstolos e da Igreja.

A Igreja primitiva só tinha esta Escritura Sagrada. O Novo Testamento veio em seguida. Por isso, o Antigo Testamento não pode ser considerado em oposição ao Novo Testamento.

A Bíblia toda é Revelação que convida ao Amor a Deus e ao próximo.

### **"Ouve ó Israel: o Senhor nosso Deus é o único Senhor"** (Dt 6,4; Mc 12,29)

A proclamação da unicidade de Deus é a fé originária de Israel. Jesus, em seus diálogos teológicos no evangelho, a indica como o primeiro de todos os mandamentos. O povo judeu vive desta verdade, a testemunha e a proclama todo dia com a sua existência.

### **"No princípio Deus criou os céus e a terra"** (Gn 1,1)

O Deus único também é o Criador de todas as coisas. É um Deus Pai que provê às necessidades de seus filhos. Jesus fala do Pai celeste que veste a erva do campo e sabe do que necessitamos (Mt 6,30s). Esta fé que distingue entre Criador e criatura proibindo toda divinização do mundo, dos seres viventes e das pessoas, liberta o homem da inquietude e do medo e estimula para uma fraternidade universal no respeito recíproco.

### **"Deus criou o homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus, criou o homem e a mulher"** (Gn 1,27)

Segundo o ensinamento judaico, quem fere o homem diminui a imagem de Deus. A dignidade humana, proclamada por Jesus e pela Igreja, é baseada nas primeiras páginas das Escrituras de Israel: o homem é imagem de Deus. Consequentemente, Jesus proclama o segundo maior mandamento citando Levítico 19,18: "Amarás a teu próximo como a ti mesmo" (Mc 12,31).

### **A Aliança entre Deus e o homem**



A Aliança é a categoria fundamental do povo de Israel para mostrar a sua ligação com Deus. É derivada das palavras divinas: "Tu és o meu povo, Eu serei teu Deus". A Aliança é graça e dever. Os profetas sempre convidaram a não quebrar a Aliança e a renová-la. A salvação apresenta-se como uma Aliança por meio da qual Deus entra numa relação definitiva com seu povo e com toda a humanidade. Nesta linha, Jesus fala da sua morte como sinal de uma nova Aliança. O seu sangue é "o sangue da Aliança que é derramado por muitos" (Mc 14,24).

### **A prática dos mandamentos**

O que preocupa Israel é uma vida vivida segundo os mandamentos de Deus. São os mandamentos que regulam o dia-a-dia do judeu frente a Deus. A prática dos mandamentos é o ato pelo qual o judeu coopera com Deus na construção do mundo.

Jesus confirma o valor dos mandamentos e deixa a sua interpretação da Lei de Moisés. Judeus e cristãos aceitam a centralidade dos "Dez Mandamentos" que estabelecem as normas para a consciência de todos os homens.

### **A esperança messiânica**

Típica da fé de Israel, a esperança messiânica está presente em todos os momentos da experiência religiosa do judaísmo. Os profetas anunciavam de vários modos os tempos messiânicos e a vinda do Messias que os cristãos vêem realizada em Jesus de Nazaré.

Judeus e cristãos continuam unidos no esforço de concretização da plenitude dos tempos messiânicos, ambos esperando, cada um a seu modo, a realização das promessas divinas.

### **A oração**

O judaísmo reza, suplica e louva a Deus. É no interior da tradição judaica que Jesus aprende a rezar. Sua oração como conteúdo e como prática é judia. Bíblia e *Sidur* (= livro de oração comunitária) contêm o tesouro da oração do judaísmo compartilhado pela Igreja no uso dos Salmos e das bênçãos. O conteúdo do "Pai-nosso" expressa os pedidos constantemente presentes nas orações judaicas: a santificação do Nome divino, o pão de cada dia, a vinda do Reino messiânico, o cumprimento da vontade de Deus, o perdão dos pecados, a proteção de Deus nas tentações. Totalmente enraizados na tradição judaica são também os dois mais famosos cânticos do Novo Testamento: o Benedictus e o Magnificat.

Frente ao Deus vivo, judeus e cristãos assumem a mesma postura: procuram o retorno a Deus, obedecem à Palavra revelada, vivem no respeito, no amor e no louvor a Deus.

### **"Estando próxima a Páscoa dos judeus, Jesus subiu a Jerusalém" (Jo 2,13)**

Ao patrimônio religioso de Israel pertencem todos os acontecimentos por meio dos quais a obra salvífica de Deus se tomou história sagrada. Estes acontecimentos, ligados entre si, constituem a proclamação e a celebração da história do relacionamento de Deus com Israel e a humanidade, dando origem às festas anuais do judaísmo, às manifestações religiosas cotidianas e às celebrações das etapas principais da vida de um judeu. Os evangelistas nos apresentam a vida de Jesus marcada por esta vivência religiosa: "Quando se completaram os oito dias para a circuncisão do menino foi-lhe dado o nome de Jesus" (Lc 2,21); "Jesus entrou na sinagoga em dia de sábado, segundo o seu costume, e levantou-se para ler" (Lc 4,16).

Assim, com seu nome judeu, circunciso, observante do dia do sábado e das festas de Israel, assíduo leitor das Sagradas Escrituras, Jesus nos convida a conhecer e respeitar aquela religião na qual foi educado e que o tornou mestre de muitos povos. Convida-nos também a destruir o muro da

incompreensão entre Sinagoga e Igreja pela herança comum que nos une e pela tarefa de iluminar os povos que Deus confiou aos judeus e aos cristãos, como afirmou João Paulo II: "Quem encontra Jesus encontra o judaísmo".

## 5. HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DA IGREJA COM O JUDAÍSMO

### A. Da convivência à polêmica

Desde o alvorecer de nossa era até quase o final do século II, o cristianismo só se manifestava nas estruturas de pensamento e de expressão da tradição judaica. No período pré-helenístico não conhecia outra fonte de inspiração. Antes que as peculiaridades de crença e de rito o destacassem do bojo da religião ancestral, aparentava uma seita judaica análoga a muitas outras. O primeiro passo histórico na direção da autonomia foi a pregação de Estêvão, chefe do grupo helenista. Com a dispersão do grupo pela Palestina e regiões vizinhas, desencadeia-se o processo missionário da Igreja, que vai atingir a bacia inteira do Mediterrâneo.

Mas daquele consórcio inicial resultou uma experiência única e original, a experiência amalgamadora do judeu-cristianismo, com seus diferentes níveis de estruturação e influência, que deram lugar à formação de várias modalidades concretas do fenômeno.

Podemos assinalar os traços principais do meio cultural onde se desenvolveu o judeu-cristianismo, ramificação da Igreja primitiva, que se caracterizava pela vinculação à lei ritual.

Três deles merecem aqui menção especial pelo seu significado característico: os métodos de exegese veterotestamentária, as representações apocalípticas e a organização do culto.

1. Os métodos de exegese veterotestamentária utilizados pelo judeu-cristianismo, foram extraídos do judaísmo corrente na época, notadamente o palestinese. Prova disso são os *targumim* judeu-cristãos, os *midrashim* cristãos e os comentários do Gênese.

O primeiro tipo de exegese revela um período bem arcaico do cristianismo. Mais do que a simples traduções, recorre-se a verdadeiras modificações do texto, fusões, acréscimos e supressões, evidenciando a presença de um método totalmente desconhecido nos meios helenísticos.

Aparece o segundo tipo de exegese nas obras cristãs mais antigas. Eram paráfrases do Antigo Testamento de cor nitidamente judaica.

Ocupam os comentários do Gênese parte considerável das obras exegéticas do judeu-cristianismo, o que comprova igualmente a importância atribuída na época a especulação judaica.

2. Em boa parte, a apocalíptica judeu-cristã valeu-se, nas suas representações, de elementos em voga no judaísmo. Nesta tarefa, serviram-lhe de meio de expressão os dados cosmológicos. Certos traços, como, por exemplo, os relativos aos anjos e aos demônios, passaram até para a tradição cristã.

3. De todos os pontos, o da organização do culto foi praticamente o que mais sulcou a vida da Igreja cristã.

As raízes da primeira liturgia cristã residiam nos costumes cultuais israelitas de estilo essênio, denotando porém o fundo primitivo da liturgia.

O livro dos Atos dos Apóstolos e os evangelhos deixam transparecer o fato de que a comunidade dos discípulos de Jesus aparecia como um partido religioso dentro da comunidade judaica. Era a seita ou o partido dos nazarenos (At 24,5; 24,14; 28,22), a saber, uma espécie de sinagoga à parte, como as

havia então, ou um especial agrupamento doutrinal.

Reunia-se no templo (At 2,46). Guardava, ao menos na forma exterior, o uso dos sacrifícios judaicos (Mt 5,23). Pagava o tributo do templo (Mt 17,24-27). Submetia-se à jurisprudência sinagoga (Mc 13,9; Mt 10,17). Sustinha fundamentalmente a lei de Moisés (Mt 5,17-19). Numa palavra, foram os primeiros cristãos plena e inteiramente membros do povo de Israel.

Só entrou decisivamente o cristianismo em processo de desprendimento do meio hebreu, quando começou a se espalhar no mundo helenístico, para além das fronteiras palestinas. Pouco a pouco, a partir de então, o judeu-cristianismo cedeu lugar ao cristianismo da gentilidade. Como era de se esperar, não tardou que daí irrompesse séria tensão no seio das comunidades existentes.

Existia no judaísmo uma ancestral tradição de fé na eminente intervenção de Deus. Esperava-se a qualquer momento a irrupção do poder divino e a instauração do seu reino sobre a terra. É quando se findaria definitivamente o tempo das dominações estrangeiras.

Motivos políticos e religiosos mesclavam-se inextricavelmente nesta acendrada esperança. No tempo dos Pompeus, já haviam as Odes de Salomão atizado a chama, prenunciando a vinda de um rei messiânico. Os dirigentes do povo faziam questão de alentá-la de todas as maneiras na alma popular. Se nos pormenores as opiniões variam, por falta de um corpo doutrinário sobre o Messias, num ponto essencial todos se encontravam, qual seja, o de que os opressores estrangeiros seriam totalmente expulsos e o Deus único reinaria sobre Israel.

Com o desenvolvimento e a difusão do cristianismo, refluía fatalmente para o centro das preocupações o problema das suas relações com o judaísmo.

Desde os inícios da evangelização grega, admitiam os judeu-cristãos nas suas comunidades convertidos pagãos, sem os obrigarem ao rito da circuncisão. Este fato era interpretado pelo judaísmo como sendo uma verdadeira traição às tradições religiosas. Tal protesto judeu encontrou eco em alguns cristãos, vindos das seitas farisaicas, que propugnavam intransigentemente a tese da circuncisão para os gentios. Acendeu-se então o debate, a que o Concílio de Jerusalém, realizado por volta do ano 49, pôs um ponto final.

Pedro, em nome do Colégio Apostólico, e Tiago, representando o Conselho dos Anciãos, deliberaram em favor da não-obrigatoriedade do mencionado rito, adstringindo os convertidos do paganismo tão-somente aos preceitos noáquicos: abstenção de carnes sufocadas, de carnes imoladas aos ídolos e de fornicação. Paulo via vitoriosa a sua tese. A decisão apostólica representou um passo de capital importância rumo à cisão judeu-cristã.

Por outro lado, observamos que o nacionalismo judeu atingiu o paroxismo. Dois elementos particularmente entravam como ingrediente no zelotismo da época: o apego fanático às observâncias legais e a exasperação da expectativa escatológica. Ao mesmo tempo em que o farisaísmo batalhava pacificamente pela reforma moral ajustada aos termos da *Torá*, aplicava-se, por vez, o zelotismo em incitar o povo à revolução política armada. Entretanto, de ambos os lados arvorava-se a bandeira da libertação do domínio romano, qualificado como o inimigo de Deus, com o fito de implantar uma teocracia político-religiosa.

Ora, para a comunidade judia trabalhada pelo messianismo nacionalista, a recusa da circuncisão não podia deixar de ganhar interpretação acentuadamente negativa. Tachavam-na de traição política. Este fato causava graves danos para a vida dos cristãos de origem semita. A pecha de traidores que se lhes imputava expunha-os a uma situação social totalmente insegura e vexatória. Atestam o livro dos Atos e as epístolas paulinas, de maneira às vezes patética, a oposição declarada e crescente de grupos judeu-cristãos aos discípulos de Jesus. Esta oposição, por volta do ano 58, lançou Paulo na prisão, em Jerusalém, e compeliu-o ao martírio em 67. Unâimes admitem hoje também os

historiadores que a perseguição movida contra Pedro se vinculava ao mesmo clima de exaltação nacionalista.

O ponto culminante da crise se deu por ocasião da catástrofe da guerra judaica de 66 a 70. Por não se empenharem na sublevação e na luta, foram os judeu-cristãos alvo da mais acesa animosidade. Premidos de todos os lados, viram-se forçados a se retirarem de Jerusalém para a Jordânia oriental, espalhando-se pela zona fronteira síria. À frente deles encontrava-se Simeão, primo de Jesus, que sucedera a Tiago na sede de Jerusalém. Consuma-se a ruptura. Dessolidariza-se a Igreja do destino nacional de Israel. Deixa a Cidade Santa de ser o centro da cristandade nascente, que rompe sociologicamente com o meio judaico.

Em 70, Tito invade Jerusalém, massacra a população e arrasa o templo. Perde o judaísmo, a par de sua autonomia administrativa, o seu centro de culto, o templo, coração da vida religiosa de Israel e símbolo da unicidade de Deus. Após a invasão, converte-se o tributo do templo em contribuição para Júpiter Capitolino em Roma.

Com o término da guerra, esteve a reorganização do judaísmo a cargo dos doutores fariseus. Ao tempo em que esta tradição se desdobrava para guardar ciosamente o legado do passado, ia também passando por um certo endurecimento que se constatava na atitude entre cristãos e judeus. Reorganizado, mostrou-se o judaísmo mais intolerante. No ano 85, ordenou o rabi Gamaliel II que se introduzisse na oração oficial (*Amidá*) uma maldição reservada aos nazarenos e outros hereges, tornando com isso incômoda e descontínua a frequência dos cristãos à sinagoga. Alude o evangelho de João em dois lugares (Jo 9,22; 12,40) à excomunhão infligida aos discípulos de Cristo. Notamos que, a partir de então, a controvérsia entre judeus e cristãos revestiu o talhe de uma confrontação direta entre o evangelho e a tradição farisaica.

Tentaram ainda os cristãos retornar a Jerusalém. Mas esta Igreja dizimada já não exibia condições de se impor como Igreja-mãe para todos os cristãos da gentildade. A direção transitou de Jerusalém para Roma. Daí para a frente, Igreja e Sinagoga trilham caminhos divergentes.

## **B. Da polêmica ao proselitismo**

Até o século V o judaísmo manteve alto nível de atividade missionária, dando provas de excepcional vitalidade interior. O debate judeu-cristão, que se instalou durante todo esse período, não era nada acadêmico, e sim acirrada polêmica, fruto de intensa concorrência proselitista entre as duas comunidades. Este fenômeno desencadeou, de ambos os lados, inflamadas manifestações de hostilidade.

O judaísmo farisaico, em sua marcha através do mundo greco-romano, tornou-se uma religião missionária de primeira plana. Já nos tempos de Cristo despendia grandes esforços nesta tarefa, mostrando-se capaz de "percorrer mares e terras para fazer um prosélito" (Mt 23,15). Agora que, apesar da divergência de alguns rabis quanto à oportunidade de novas conversões, se acentuava o dever missionário de Israel, ele passa a absorver praticamente todas as atividades da propaganda judaica.

Prosélito é o gentio que foi conquistado para o judaísmo e se deixou circuncidar. A distinção entre "prosélitos propriamente ditos" (prosélitos da justiça) e "semiprosélitos" (prosélitos da porta) foi introduzida bem posteriormente pelos rabis. Testemunhos judaicos, cristãos e pagãos atestam, à uma, a realidade e a eficácia do proselitismo. Embora a legislação imperial não concedesse ao judeu o direito de fazer propaganda da sua religião, - proibindo inclusive a circuncisão - parece que a autoridade habitualmente ignorava o fato. A interdição geral da circuncisão não incluía os judeus de nascimento. Severas penalidades eram aplicadas apenas aos não-judeus.

O cristianismo exerceu forte concorrência sobre o proselitismo judaico.

O sucesso do apostolado cristão no meio pagão da Diáspora representava uma realidade. Os chefes judeus logo se sentiram vivamente preocupados com o fato. O rabi Eliezer ben Hircanos não trepidou em levantar uma enorme e genérica suspeição sobre a sinceridade das conversões. Na revolta de Bar Kochba, descobriram-se espiões convertidos instalados nas academias judaicas.

O caráter nacional da religião judaica recomendava-a à simpatia dos pagãos. Mesmo com o desarraigamento de sua terra, este aspecto não foi obliterado de todo. Mas em suas aspirações universalistas o judaísmo ficava aquém do cristianismo.

Perante o mundo pagão a Igreja se definia como a gentilidade redimida. Abolira a circuncisão. Abrandara os rigores da observância ritual. Pregava um Salvador morto e ressuscitado, próximo do tipo traçado pelas religiões mistericas do paganismo. Em geral, lograva o pagão familiarizar-se mais facilmente com o sistema religioso cristão. Juliano, o Apóstata, em seu desprezo pelo judaísmo, chegava a achar absurda a pretensão dos judeus, este "pequeno povo bárbaro", de querer impor ao mundo seu Deus nacional como o único Deus verdadeiro. Artesãos de incontáveis infortúnios na vida do povo judeu, os pagãos foram logo alvos de ódio e de desprezo. O judaísmo começou por voltar contra eles a sua animosidade. Logo, porém, sentindo-se frustrado em seu ímpeto missionário, fez convergir estes sentimentos para os cristãos, seus concorrentes, bem mais aparelhados para a conquista espiritual do mundo greco-romano. A rivalidade missionária veio adensar ainda mais o clima de relações já carregado de tensões entre as duas comunidades judaica e cristã.

O esforço proselitista atingiu profundamente as relações entre judeus e cristãos. Com a sua ativação de ambas as partes, acelerou-se o processo de segregação mútua, fazendo rápidos progressos.

Inserir-se aqui o papel exercido por Paulo de Tarso.

Desdobrando amplamente o seu pensamento, Paulo dissecou o tema da rejeição de Israel, aduzindo que da parte de Deus não há infidelidade à Palavra, nem injustiça ou mudança imprevisível de conduta sem motivação razoável, mas simplesmente mistério de eleição; e sendo provisória, ela faz parte do plano de Deus para permitir o ingresso dos gentios. Segundo os comentadores cristãos, não se pode ler estas páginas e continuar-se anti-semita. Por não se haverem lido ou por se haverem delas esquecido, muitos cristãos restaram sendo escandalosamente anti-semitas. A primeira e autêntica posição teológica da Igreja ante o judaísmo foi a doutrina paulina de separação e benevolência. Paulo lançou as bases do projeto fundamental da teologia cristã do judaísmo. Mas, ao correr dos séculos, os aspectos negativos receberam maior ênfase, e a tradição de fraternal benevolência veio a eclipsar-se, cedendo lugar a uma sistematização teológica do antijudaísmo cristão.

O sulco escavado entre as duas comunidades aprofundou-se ao ritmo da polêmica teológica. Os cristãos de progênie hebraica haviam herdado uma cultura e uma mentalidade bem diversas dos cristãos de origem gentia, e tachavam-nos de excessivamente pagãos. Estes últimos consideravam os de estirpe judaica demasiadamente hebreus. As divergências iam cristalizar-se sobretudo na esfera teológica. As sucessivas formulações do pensamento cristão ajudaram a dar corpo à figura estereotipada do judeu, atravessada feito enigma e desafio no caminho da crescente cristianização da sociedade sacral. No intento de assegurar-se vida independente do judaísmo, buscou o cristianismo o esteio intelectual de uma autodefinição estrutural. O antijudaísmo teológico da tradição cristã entrou como um dos ingredientes de capital importância para que se efetuasse, com as devidas transposições equacionadas, a sua autonomia de berço. Na realidade, porém, nada há nas instituições fundamentais, permanentes, constitutivas da Igreja que não seja judaico na sua fonte. A certa altura do debate judeu-cristão, os escritores eclesiais se defrontaram com um terrível dilema: precisavam, por um lado, manter contato com o judaísmo bíblico para conter o extremismo dos gnósticos, e, por outro, opor-se à "tentação judaica" que consistia, em suma, na idéia de viver segundo a letra da Escritura. A saída encontrada, já a conhecemos: a interpretação do Antigo Testamento por inteiro como um relato simbólico da vinda de Cristo. E no próprio Antigo

Testamento foram-se buscar as provas da "infidelidade judaica". Os teólogos cristãos relacionaram o caráter carnal desta infidelidade com a própria *Toráh*, lida e vivida literalisticamente. Dois dados de fé logo repontam em meio à reflexão teológica, comandando o rumo dos pensamentos e das atitudes. São eles: a certeza da salvação de Israel no final dos tempos e a providencial sobrevivência religiosa do judaísmo. Os escritores eclesiásticos justapõem essas duas afirmativas, condensando-as numa fórmula bastante densa e significativa, a saber: a Igreja encontrará sua plenitude na salvação derradeira do povo judeu.

### **C. A oficialização do cristianismo**

A transição do império pagão para império cristão só acarretou desastrosas conseqüências para a vida dos judeus. A repressão antijudaica deixou as esferas nebulosas da discussão teológica e encarnou-se em concretas e práticas disposições jurídicas. A princípio, o edito de Tolerância englobava também os judeus. Podia o judaísmo continuar a ser "religio licita" em todo o império. Mas com o evoluir dos acontecimentos logo se viu a antiga nação, que ao longo de dois milênios se tinha defendido contra todas as monarquias do mundo pagão, agrilhoada subitamente pelo anel de ferro do império cristão.

Dois anos apenas haviam decorrido desde as célebres conferências de Licínio e Constantino em Milão, motivadoras da liberdade total de culto, e já começavam a repontar as primeiras restrições governamentais. Não tardaria que o judaísmo de "religio licita" passasse, nos considerandos da lei, a ser considerado "nefaria secta". As medidas opositivas vieram sob a forma de cânones eclesiásticos. Esta, aliás, é a característica especial que revestiram. A sua originalidade propriamente residia, não no conteúdo temático, mas no fato de haverem transbordado dos quadros legais da sociedade civil e penetrado na área específica da legislação canônica da Igreja. O espírito e muitas vezes até a letra da codificação imperial no tocante aos judeus refletiam o espírito e a letra dos preceitos do direito eclesiástico.

O primeiro Concílio ecumênico de Nicéia (325), convocado e presidido por Constantino, quebrou mais um elo que estreitava as duas comunidades, cristã e judaica, ao fixar a celebração da Páscoa em data independente da tradição judaica.

Com a morte desse imperador (337) achou-se o judaísmo mais cerceado em seus direitos e garantias.

As primeiras legislações de Constantino e Teodósio I, compiladas no "Codex Theodosianus", cuja composição final data de 438, demonstraram certa insegurança na sua parte atinente aos judeus. A delimitação do culto e das atividades deles propriamente nada representava de original. Três concílios da Igreja ocuparam-se sucessivamente do problema judeu: o de Elvira (306), o de Antioquia (341) e o de Laodicéia (343-381). Os cânones por eles promulgados podem até ser tachados de benignos. Em matéria de legislação antijudaica nada superou o "Codex Justinianus" que pervadiu todos os setores da vida pública e particular dos judeus, incursionando até pela área teológica com a supressão da *Mishnáh* e a obrigatoriedade do uso da Bíblia grega LXX nas sinagogas.

### **D. Preconceitos e movimentos antijudaicos**

No Ocidente instaurou-se na Idade Média uma situação de cristandade caracterizada pela simbiose entre a Igreja e a sociedade temporal. Por conseqüência, aqueles que não pertencessem visivelmente à Igreja, como eram os judeus, viam-se afastados do convívio social e confinados nos guetos.

O longo período que se segue caracteriza-se antes de tudo pela formação da "Repubblica christiana" que tentou introduzir sistematicamente no direito e nas instituições os princípios evangélicos. Inaugura-o o século VII, que só conhecia na Europa dois verdadeiros Estados: o Império bizantino e o

Reino franco. Entre eles mediava um único traço de união: Roma. A feudalização do poder que desembocou no "Santo Império Romano", senhorial e teocrático, envolve o império e a Igreja.

Inocência III (1198-1216) marcou o ápice do poder espiritual e temporal da Igreja. A realeza medieval, por sua vez, conhece o seu apogeu no Ocidente com Luís IX (1226-1270). Viveram os judeus dias amargos e infelizes em meio ao equilíbrio desses dois poderes universais. As renovadas suspeitas de cumplicidade com o Islã agravaram assustadoramente os sentimentos antijudaicos e culminaram na terrível borrasca que desabou na alta Idade Média sobre as comunidades judaicas. Abre-se, porém, o cenário da história com um excepcional *intermezzo* de tolerância e de paz construtiva: a era dos imperadores carolíngios e saxônicos.

O Império Fatimida não tivera condições de conter a invasão turca, vindo da Ásia Central. Em 1071 Jerusalém caiu nas mãos dos turcomanos, o que provocou imediata reação no Ocidente. Os cristãos resolveram organizar as Cruzadas para reconquista dos lugares santos, mas elas deram o ensejo a intensas perseguições contra judeus, porque estes eram considerados em pé de igualdade com os muçulmanos.

O próprio movimento das Cruzadas que se estendeu até 1270 viria, por sua vez, operar no mundo de então uma reviravolta socioeconômica que, ao invés de ajudar, só iria desfavorecer a sorte dos judeus. Em dois planos principalmente foram eles mais duramente atingidos: no jurídico, com a teoria germânica da servidão judaica (*Kammerknechtshaft*); e no econômico, pelo envolvimento total dos judeus no jogo da usura.

Na Idade Média forjaram-se numerosos mitos antijudaicos os quais resultaram em preconceitos, ações e movimentos populares. Enumeraram-se entre eles os seguintes: o sacrifício ritual de crianças cristãs; a acusação do deicídio, a profanação da hóstia consagrada; a contaminação de poços e mananciais, que deu origem à peste negra; a lenda do judeu errante; e o mito racial. Todas estas acusações carecem de fundamento e nunca foram historicamente comprovadas. O papa Inocência IV (1243-1254) rebateu todas estas falsas acusações. Distinga-se sempre, a bem da verdade completa, a atitude da Igreja oficial e a da sociedade cristã da época, com diferentes níveis de responsabilidade.

A Inquisição que visava julgar e punir os hereges atingiu também os judeus, e particularmente os cristãos-novos. Na realidade histórica ela representou uma página sombria no relacionamento da Igreja com os judeus, agravando a discriminação e o separatismo religioso.

## **E. Transição aos tempos modernos**

Irrrompendo na penúltima década do século XVIII, veio a Revolução Francesa subverter por completo a situação da sociedade, ferindo gravemente o princípio de autoridade e levando as três camadas sociais, nobreza, clero e povo, a se entrebaterem.

O Antigo Regime revelara-se precário e inconsistente. Extremara-se o absolutismo dos príncipes. Jansenistas e galicanos ajudavam a solapar a autoridade religiosa.

A ocasião imediata que se encarregou de acender o estopim foi a frágil situação econômica da França em 1789.

O povo constituiu-se em assembleia constituinte, e passou a interpretar o papel principal de protagonista dos acontecimentos.

Vieram logo em seguida diversas restrições impostas ao clero católico, considerado classe privilegiada. Proclamam-se as novas liberdades. Em agosto de 1789, toma-se a medida fundamental com a "Déclaration des droits de l'homme". Entre os direitos contemplados figura o da liberdade

religiosa.

Para euforia principalmente dos não-cristãos, proclamava-se a emancipação política de todas as religiões, não porque se recomeçasse a valorizá-los realmente, mas por simples gratuidade.

A "Declaração" promulgada representou uma das três grandes atitudes significativas, ao lado dos decretos de tolerância do Imperador José II e da "Declaration of Rights" dos Estados Unidos, em favor da liberdade e da igualdade de direitos civis dos judeus. Interessa-nos reconhecer aqui que o seu fruto foi uma realidade, correspondente a uma aspiração perfeitamente justa.

Napoleão propôs, que cada terceiro judeu ou judia fosse obrigado a se casar com um cristão. Outras medidas locais e regionais despontaram visando acabar com o separatismo judeu pelo amalgamamento com as populações não-judias. Em boa parte da Alemanha, a emancipação dos judeus constituiu um subproduto das conquistas napoleônicas. Mas, de uma forma geral, fora tão forte a sua vinculação ao expansionismo da filosofia liberal que, onde a influência dessas idéias não alcançou chegar, paralelamente não obtiveram também os judeus a liberação dos seus direitos de igualdade.

O poder das idéias liberais intensificou-se tão-somente no Ocidente. Não contavam as classes médias não-judaicas da Rússia, Polônia e Romênia, com poderio quase nenhum. Haviam-se enredado profundamente no atraso feudal e nos preconceitos raciais. Não conseguiam, por isso, lutar em prol da igualdade de direitos dos judeus.

Por mais que quisessem, não viam jeito os arautos do liberalismo de preencher literalmente o abismo que se cavava entre judeus e não-judeus. O triunfo da reação, no continente europeu, sob a Santa Aliança, tirara dos judeus muitos de seus direitos recém-adquiridos. O documento do batismo tornou-se novamente o passaporte obrigatório da civilização européia até que adviesse a "Primavera dos Povos" de 1848 imprimir novo impulso ao movimento de emancipação dos judeus.

Nos fins do século dezenove, autônomas na origem, várias correntes se conjugaram para encorpar a violência anti-semítica. Ao nacionalismo, para o qual o judeu é um estrangeiro, aliou-se o socialismo que tem o judeu como símbolo dos Rothschild e da riqueza.

Finalmente, na confluência de vários fatores econômicos, políticos e ideológicos, desembocamos na mais terrível deflagração do anti-semitismo com o nacional-socialismo nazista.

## **F. Pronunciamentos da Igreja antes do Holocausto**

Nos idos de 1928, pronunciou-se o Santo Ofício de Roma, com firmeza, contra o anti-semitismo, nos seguintes termos:

"Uma vez que reprova toda espécie de ódio e animosidade entre os povos, a Sé Apostólica condena soberanamente o ódio contra o povo outrora escolhido por Deus, ódio esse hoje comumente designado com o nome de anti-semitismo".

Um ano antes da deflagração da Segunda Guerra Mundial, quase em tom profético, em discurso dirigido a visitantes belgas, defendeu o papa Pio XI (1922-1939) a absoluta inadmissibilidade do movimento anti-semita, interditando a participação nele de qualquer católico.

Comentando a expressão "Sacrificium Patriarchae nostrae Abrahae", diz textualmente o Chefe da Igreja haver total incompatibilidade entre o anti-semitismo e a realidade sublime contida naquelas palavras. Em seguida, qualifica o movimento anti-semita de "antipático", merecendo por isso a reprovação de todos os cristãos. E completa ilustrando a própria idéia com a proposição do "reconhecimento, a quem quer que seja, do direito de se defender e de usar dos meios de proteção



que lhe sejam necessários, para sua tutela pessoal contra as ameaças aos seus legítimos interesses". "O anti-semitismo é inadmissível", remata o papa, porque "espiritualmente somos semitas".

Foi este pronunciamento a solene confirmação da atitude assumida em 1937, pelo mesmo Pontífice na encíclica "Mit brennender Sorge", em que se contrapõe frontalmente às teorias racistas de Hitler.

Outras posições, na mesma linha foram, adotadas pela Igreja nos anos subseqüentes.

A 13 de abril de 1938, em carta ao cardeal Baudrillart, estabeleceu a Congregação de Estudos a obrigação para todas as Universidades Católicas de incluir nos seus programas curriculares a refutação das teses do racismo, condensadas em 8 proposições remetidas às dioceses do mundo.

Devem-se mencionar também entre muitas outras iniciativas, a Carta Pastoral do episcopado alemão, publicada em agosto do mesmo ano, e a longa declaração do cardeal Van Roy, arcebispo de Malines, que recebeu carta de apoio e aprovação do arcebispo de Paris, o cardeal Verdier.

Pio XII (1939-1958) repisou a condenação do racismo, em suas alocações e mensagens. Na Radiomensagem Natalícia de 1942 reprovou explicitamente o direito racista.

## **G. Do Holocausto a Seelisberg**

Calcula-se que durante a Segunda Guerra Mundial morreram cinqüenta milhões de pessoas. Entre as diferentes minorias perseguidas encontravam-se os judeus, que, trazidos em vagões de carga de toda a Europa, foram eliminados em campos de concentração, verdadeiras fábricas de aniquilamento. Seis milhões de judeus, representando um terço do povo judeu no mundo, foram assim assassinados pelos nazistas.

As estatísticas citadas não deixam transparecer a tragédia de vidas humanas, dos sofrimentos e das dores que caracterizaram os anos de 1939-45. Muitos diários foram mantidos e publicados depois da guerra, muitas atrocidades, difíceis de se acreditar que tenham acontecido, foram perpetradas com a participação de centenas e milhares de cúmplices. Muitos dos carrascos nunca foram julgados pelos seus crimes.

Além das tragédias que nunca foram relatadas, dos danos psíquicos que jamais serão curados, o povo judeu viu desaparecer os seus centros de cultura, suas academias de estudos, seus líderes religiosos e suas fontes de vida intelectual no Leste Europeu, deixando a Europa como um verdadeiro "vale dos ossos secos", como descreveu Ezequiel, o profeta.

Após a guerra, apesar das dificuldades impostas pelos ingleses, que não permitiam a entrada de mais judeus no "Lar Nacional Judeu" por eles administrado, numerosos judeus chegaram à terra de Israel. Em 1947, as Nações Unidas decidiram a partilha da Palestina numa histórica sessão do Conselho de Segurança, presidida na ocasião pelo brasileiro Ministro Osvaldo Aranha. Em 5 de maio de 1948 foi declarada a independência do Estado de Israel, que logo teve que enfrentar uma guerra com todos os seus vizinhos.

São esses os fatos mais importantes na história judaica do período de 1939-48. Mas o que nos cabe relatar não são apenas os fatos, mas também a repercussão por eles causada.

O primeiro choque se deu num país considerado dos países mais civilizados do mundo, a Alemanha, que pôs em prática em pleno século XX, com requintes de crueldade, um plano de extermínio de um povo de forma tão metódica e precisa. Os sonhos acalentados no século XIX de que, por meio da ciência e do progresso tecnológico, se pudesse chegar a um mundo mais perfeito sem empecilhos para a felicidade, ruíram por terra. A confiança depositada no futuro foi seriamente abalada diante

da disciplina de um estado totalitário que fez calar as consciências de milhões de pessoas.

A Igreja se pergunta hoje como foi possível um acontecimento tão brutal e desumano. Muitos líderes religiosos, diante das dimensões que tomou o aniquilamento em massa, perguntaram: "Onde estava Deus?"

Não entraremos aqui na controvérsia do que poderia ter sido feito para salvar mais vidas, quando se soube do que estava acontecendo nos campos de concentração com suas câmaras de gás e de torturas. O fato é que o mundo silenciou.

Após as terríveis experiências nazistas, surgiu a necessidade de pôr termo ao ódio anti-semita. Cristãos esclarecidos dedicaram-se ao estudo do mistério de Israel e da sua paixão através dos tempos.

Uma série de posicionamentos bem variados aflorou entre os russos e os americanos, que já estavam em plena guerra fria em 1947; em um raro momento de concordância, ambos votaram para que os judeus tivessem o seu Estado. O cristianismo se posicionou por meio do Vaticano e do Conselho Mundial de Igrejas, condenando o anti-semitismo.

Para acompanhar o desenvolvimento da posição que se cristalizou dentro da Igreja nos anos após a guerra, dois homens tiveram papel marcante na condenação do anti-semitismo pela Igreja. Um é judeu – Jules Isaac, nascido na França; outro é católico – cardeal Agostinho Bea, nascido na Alemanha.

*Jules Isaac* (1877-1963), nascido em Rennes, desde cedo se interessou por história, escreveu livros didáticos para os colegiais, ocupou cargos no Ministério da Educação da França, chegando a ser inspetor-chefe do ensino de História do país. Sua área de pesquisa fora a das causas da Primeira Guerra Mundial. Interessou-se também pela origem das superstições e preconceitos populares. Durante a Segunda Guerra Mundial testemunhou a invasão alemã e conseguiu sobreviver, mas perdeu toda a sua família assassinada pelos nazistas. Foi o fundador do grupo chamado "Amitié Judeo-chretienne", que se tornaria o modelo de muitas organizações desse tipo. Jules Isaac tomou parte ativa no encontro de *Seelisberg*, fornecendo bases históricas que levariam à revisão da atitude da Igreja para com o judaísmo. Baseados nos estudos bíblicos deste século chegou-se a uma primeira formulação em 1947, em Paris, do programa de retificação do ensino cristão a respeito do anti-semitismo. São os chamados *10 Pontos de Seelisberg*, fruto de um colóquio judeu-cristão.

1. Deve ser lembrado que um só e mesmo Deus nos fala no Antigo e no Novo Testamento.
2. Não se pode esquecer que Jesus nasceu de mãe judia, pertencia à família de Davi e ao povo de Israel, e que seu amor eterno abrange o seu povo e o mundo inteiro.
3. Recorde-se ainda que os primeiros discípulos, os Apóstolos, e os primeiros mártires eram judeus.
4. Tenha-se presente que o principal mandamento do cristianismo, o amor de Deus e do próximo, anunciado no Antigo Testamento e confirmado por Jesus, obriga igualmente, cristãos e judeus, em todas as relações humanas.
5. Deve-se evitar diminuir o judaísmo bíblico e pós-bíblico para exaltar o cristianismo.
6. Não se deve empregar a palavra "judeu" para designar exclusivamente os inimigos de Jesus, e as palavras "inimigos de Jesus" para designar o povo judeu em seu conjunto.
7. Não se deve apresentar a Paixão de Jesus, como se todos os judeus, ou somente os judeus, tivessem incorrido na odiosidade da crucificação. Não foram todos os judeus que pediram a morte de

Jesus, nem foram somente judeus que se responsabilizaram por ela. A Cruz, que salva a humanidade, revela que Cristo morreu pelos pecados de todos. Pais e mestres cristãos deveriam ser alertados a respeito de sua grande responsabilidade na maneira de narrar os padecimentos de Jesus. Se o fazem de uma forma superficial, correm o risco de fomentar aversões no coração das crianças ou dos ouvintes. Numa mente simples, movida de um ardente amor compassivo pelo Salvador crucificado, o horror natural dos perseguidores de Jesus pode facilmente tornar-se, por motivos psicológicos, ódio indiscriminado pelo judeu de todos os tempos, inclusive de nossos dias.

8. Não se devem evocar as condenações bíblicas e o grito da multidão enraivecida: "Que seu sangue caia sobre nós e sobre nossos filhos" (Mt 27,25) sem lembrar que esse grito não anulou as palavras de nosso Senhor, de conseqüências incomparavelmente maiores: "Pai, perdoa-lhes; eles não sabem o que fazem" (Lc 23,24).

9. É preciso evitar qualquer tentativa de mostrar os judeus como um povo reprovado, amaldiçoado e votado a um sofrimento perpétuo.

10. Deve ser mencionado que os primeiros membros da Igreja eram judeus.

Os que se reuniram em Seelisberg não podiam ainda imaginar que, com o correr dos anos, o Vaticano tomaria uma posição oficial frente ao anti-semitismo. Baseada nos eventos da Segunda Guerra Mundial, nos estudos históricos, bíblicos e teológicos, a Igreja preparou-se para um pronunciamento oficial.

É entre os arquitetos de tal pronunciamento que se destaca a atuação de um jesuíta, nascido na Alemanha. O fato de ser ele alemão representa, além do seu mérito como estudioso, a oportunidade de evitarmos neste capítulo o erro para o qual nos alerta o ponto 7 de Seelisberg, o de não imputarmos a todos os alemães a culpa do genocídio perpetrado pelos nazistas.

*Augustin Bea* (1881-1968), alemão nascido em Baden, que um dia iria tornar-se o reitor do Pontifício Instituto Bíblico e depois cardeal de Roma. Foi editor do periódico *Bíblica* (1930-1950), além de pertencer a uma dezena de organismos internacionais. Biblista de renome, ele dominava 9 idiomas, entre os quais o hebraico e o português.

Após a guerra, baseando-se em seus estudos bíblicos e teológicos desafiou a imagem convencional do judeu e do judaísmo e lutou para que fosse corrigida a interpretação que coloca a culpa da crucificação sobre os judeus.

Este seria o homem que, em contato com os papas que seguiram o papa Pio XII no Vaticano, seria escolhido mais tarde como presidente do Secretariado para a Unidade dos Cristãos. Seu papel no diálogo inter-religioso foi um dos mais marcantes.

## **H. Do Vaticano II até os nossos dias**

Na década de 60 intensificaram-se visivelmente entre os cristãos os estudos bíblicos especializados do Antigo e do Novo Testamento, que levaram a encarar com renovado respeito a venerável tradição judaica, onde o cristianismo deita suas raízes históricas. Numa vida cristã ensinada e vivida em suas perspectivas bíblicas, deve Israel logicamente ocupar um lugar de relevo. No passado, muitos cristãos se ativeram insistentemente a preconceitos ideológicos e políticos por se encontrarem bem distanciados das fontes da revelação escriturística. O contato mais assíduo, metódico e científico, com as Escrituras não pode deixar de surtir efeitos benéficos para o relacionamento cristão-judaico.

A Igreja Católica, na constituição dogmática "Dei Verbum" do Concílio Vaticano II, asseverou que "não é através da Sagrada Escritura apenas que a Igreja deriva sua certeza a respeito de tudo que

foi revelado" (n. 9). "Mas como a Sagrada Escritura deve ser também lida e interpretada naquele mesmo Espírito em que foi escrita, para apreender com exatidão o sentido dos textos sagrados, deve-se atender, com não menor diligência, ao conteúdo e à unidade de toda a Escritura, levadas em conta a tradição viva da Igreja toda e a analogia da fé".

A mútua colaboração no domínio dos estudos bíblicos e rabínicos produziu bons frutos nos pontos comuns e nos divergentes.

Primeiramente, vem oferecendo esclarecimentos oportunos e preciosos sobre inúmeras questões doutrinárias e científicas do patrimônio espiritual comum.

Em segundo lugar, leva a determinar com maior clareza as respectivas opiniões com todos os seus matizes peculiares, as semelhanças e as diferenças, o conteúdo de verdade e o revestimento exterior da linguagem, todos os ângulos, enfim, de uma confrontação corajosa e honesta.

A experiência efetivada em vários lugares e ocasiões é de molde a comprovar a validade do método e a encorajar ambas as partes na sua continuidade, através de trabalho consciencioso e perseverante.

Num campo de vida interna da Igreja Católica depressa se evidenciou a mudança de mentalidade; o da liturgia. Reformulou a autoridade papal o teor de determinadas preces em uso nos atos de culto da Igreja Católica. Entre essas reformulações figura a que eliminou o odioso apelativo de "pérfidos" dado outrora aos judeus. Na solene ação litúrgica da Sexta-feira Santa, comportava o ritual em voga, após as leituras e a homilia, uma série de "orações comunitárias", chamadas também pela rubrica de 1955 de "orações dos fiéis". Uma delas diz respeito aos judeus. A fórmula primeira fazia alusão à assim chamada perfídia judaica, numa manifesta prova de intolerância. O papa João XXIII (1958-1963) compreendeu a infelicidade da expressão e eliminou-a. No pontificado de Paulo VI, a prece recebeu a seguinte forma:

"O Deus, que fizestes vossas promessas a Abraão e seus descendentes, escutai as preces da vossa Igreja. Que o povo da antiga aliança mereça alcançar a plenitude da vossa redenção".

Coube ao papa João XXIII enfrentar decisivamente a questão do relacionamento com o judaísmo, movido por especial interesse, fruto de sua inquebrantável convicção pessoal. Quando em 1959, anunciou a celebração do Concílio, teve a imediata intuição de que o labor de purificação da Igreja deveria comportar uma séria e ousada revisão das relações com os judeus.

Em vários países, já se diligenciavam esforços, no ensino cristão, com o fito de restaurar a verdadeira imagem do povo judeu. As autoridades eclesásticas haviam denunciado o anti-semitismo. Fundavam-se ou reorganizavam-se associações de amizade cristão-judaica. Mas o movimento marchava ainda de modo irregular.

A tarefa de redigir um pronunciamento da assembléia conciliar foi confiada ao "Secretariado pela União dos Cristãos", dirigido pelo cardeal Bea.

Este purpurado desenvolveu extraordinária atividade no período conciliar, presidindo os trabalhos de redação de cinco esquemas, apresentando quatro relatórios, sendo três deles sobre o problema judeu, e fazendo dezoito intervenções, durante as sessões, sempre com profundidade doutrinal, constante preocupação ecumênica e profundo realismo humano. Muito lhe deve a Igreja na preparação do documento sobre as relações com os não-cristãos. Em 1961, apresentou um projeto de sete páginas contendo as idéias principais da atual declaração conciliar. Revisto inúmeras vezes, foi o texto concluído em 1962, e devia ser proposto em junho do mesmo ano à Comissão Central, mas inquietantes rumores de agitação arrebataram nos países árabes. O texto foi retirado de discussão. Começa a sua acidentada história. Foi dos que mais sofreu reações e pressões exteriores.

Vista de fora, escalona-se a trajetória desse documento por uma série de episódios, em que as paixões políticas, as coações e os temores, pesaram tanto que, em determinados momentos, ameaçaram até eclipsar o próprio objeto da declaração. Alguns governos do Oriente Médio receavam, sem fundamento, significasse o documento conciliar da Igreja o reconhecimento político do Estado de Israel.

A 19 de novembro de 1963, o cardeal Bea apresentou o texto no decurso da duodécima sessão conciliar. Na ocasião, sublinhou tratar-se essencialmente de questão no plano religioso e de se dirigir aos católicos de forma explícita com a finalidade de lhes ensinar a atitude que, à imitação de Cristo, devem adotar relativamente aos judeus. A discussão geral abrangeu todo o período conciliar que vai da 69ª à 72ª congregação. Sucederam-se os oradores e os debates. Chegou-se ao fim da segunda sessão com a questão ainda aberta. Durante a inter-sessão, redobrou o Secretariado as suas atividades. Reuniu o parecer dos Padres num volume de 72 páginas e se ocupou em dissipar os equívocos de natureza política que haviam surgido de todos os lados. A 4 de junho de 1963, falece o papa João XXIII. Duas iniciativas de seu sucessor, o papa Paulo VI, contribuíram para situar o problema no plano decisivo: a fundação do "Secretariado para as Religiões Não-cristãs" e a sua Encíclica "Ecclesiam Suam" (6 de agosto de 1964) sobre o tema: "Por que caminhos deve a Igreja Católica hoje cumprir o seu mandato".

Feitas as emendas e correções, o novo texto proposto à assembléia conciliar enfatiza o caráter religioso da questão, bem como a missão de paz e fraternidade própria da Igreja. O debate suscitado, durante a terceira sessão do Concílio, obrigou a que se refundisse pela terceira vez o texto, imprimindo-lhe ainda mais uma orientação positiva.

Novamente, na fase de inter-sessão, se acenderam as campanhas de opinião pública e as pressões políticas, advindas principalmente do mundo árabe. Sob o prisma teológico, entram em cena os ortodoxos censurando a colocação do deicídio, por causa de toda a problemática infundável a ele ligada.

Reelaborado pelo Secretariado, foi finalmente entregue à discussão do período da quarta sessão. O número 4 que se ocupa das relações específicas da Igreja com o Judaísmo, prendeu a atenção de todos, sendo alvo de numerosas observações.

Chegamos assim à etapa final de votação e aprovação do texto, após um longo, penoso e, por vezes, dramático trabalho de elaboração. Em sessão pública de 28 de outubro de 1965 foi solenemente promulgado.

A partir de então apareceram 3 documentos oficiais que se inspiraram no novo clima criado por "Nostra Aetate" e marcaram as etapas de sua aplicação prática no meio cristão:

1. *Orientações e sugestões para aplicação do documento promulgado pela Comissão para as Relações Religiosas com o Judaísmo*, em 1975.

2. *A Unicidade de Deus e o testemunho cristão*, publicado em 1975 pela Federação Luterana Mundial.

3. *Considerações ecumênicas sobre o diálogo entre judeus e cristãos*, publicado pelo Conselho Mundial das Igrejas em 1982.

Surgiram paralelamente dezenas de pronunciamentos e declarações, em várias partes do mundo, com o propósito de valorizar o diálogo.

A Comissão do Vaticano para as Relações Religiosas com o Judaísmo foi criada em 1974 pelo papa Paulo VI, visando a estabelecer relações com os representantes da comunidade judaica mundial e ao

mesmo tempo sensibilizar os católicos a respeito deste novo campo pastoral.

Em 1982, o papa João Paulo II presidiu uma reunião desta Comissão, contando com 15 países, e concluindo com a fórmula "o diálogo é um autêntico serviço de Igreja".

Com data de 24 de junho de 1985, a Comissão para as Relações Religiosas com o Judaísmo, do Vaticano, emitiu um documento intitulado *Notas para uma correta apresentação dos judeus e do judaísmo na pregação e na catequese da Igreja Católica*. Preliminarmente, justifica a publicação aduzindo palavras do papa João Paulo II (6-3-1982), que retomam a linha da "Nostra Aetate", e as diretrizes para a sua aplicação, no tocante à tarefa do ensino e da educação do cristão nesse sentido. Na primeira parte, reúne em oito itens as razões e as formas do ensino religioso do judaísmo. Estabelece, na segunda parte, os princípios de correlação entre o Antigo e o Novo Testamento. Em seguida, numa terceira parte, mostra quais são as raízes judaicas do cristianismo. Analisa, depois, na quarta parte, a presença dos judeus no Novo Testamento. Aborda brevemente, numa quinta parte, questões relacionadas com a liturgia. Conclui, na sexta parte, com uma apresentação do quadro do judaísmo e do cristianismo na história. Ao rematar todas as considerações, o documento acentua que: "o ensino religioso, a catequese e a pregação devem levar não só à objetividade, à justiça e à tolerância, mas também à compreensão e ao diálogo".

O diálogo entre os grupos de fraternidade existentes no mundo é coordenado pelo Conselho Internacional de Cristãos e Judeus (ICCJ), que já organizou uma série de encontros desde 1965, em diversos países do mundo. Seu objetivo consiste em mudar as atitudes unilaterais ou recíprocas, que sejam prejudiciais às relações mútuas.

No Brasil, desde 1962, desenvolveu-se um trabalho de relacionamento fraterno entre judeus e cristãos, através do Conselho de Fraternidade Cristão-judaica, que continua a realizar diversas atividades culturais e religiosas, com o objetivo de um conhecimento mútuo e difusão dos laços comuns entre as religiões judaica e cristã.

Em 1981, foi criada, por iniciativa da CNBB, a Comissão Nacional do Diálogo com os Judeus, contando com a participação de cinco membros nomeados pela CNBB e cinco judeus convidados pela mesma entidade. Sua finalidade é articular em nível nacional o diálogo oficial da Igreja Católica no Brasil com a comunidade judaica no país.

## **6. COMUNIDADE JUDAICA NO BRASIL**

Quando Pedro Álvares Cabral zarpu de Portugal, em 1500, trazia consigo Gaspar da Gama, navegador. Judeu de origem polonesa, foi obrigado a converter-se ao cristianismo, durante a Inquisição. Levado para Portugal em 1498, por Vasco da Gama, ganhou a confiança do governante português.

Foi Gaspar da Gama que alertou os judeus, convertidos ao cristianismo, sobre a importância que o novo território poderia ter em sua vida. Foi assim que um grupo de cristãos-novos, como eram chamados os conversos, encabeçados por Fernão de Noronha, obteve uma concessão do governo português para a colonização e exploração da nova terra. O mais antigo documento relativo a essa concessão, data de 1502. O contrato definia que os arrendatários se encarregariam de mandar, anualmente, seis barcos para o Brasil, descobririam 300 léguas de novas terras, construiriam e manteriam fortificações nos territórios recém-descobertos. Em troca, era-lhes concedido o monopólio do país, isto é, o corte e a exportação de pau-brasil e de todas as demais mercadorias lucrativas.

Em 1503, o próprio Fernão de Noronha participou da primeira expedição, descobrindo, nesse mesmo ano, uma ilha próxima à costa setentrional do Brasil, que chamou de São João, mas que se tornou conhecida sob o nome de Ilha de Fernão de Noronha (atualmente Território de Fernando de Noronha). Colonizou, também, 50 léguas de terras na costa do Brasil.

Em reconhecimento pelos serviços prestados no passado e os que se esperavam no futuro, em consideração à descoberta da ilha e pela colonização das terras, D. Manuel, em decreto de 16 de janeiro de 1504, nomeou Fernão de Noronha "Cavaleiro da Coroa" e donatário da ilha por toda a vida, sendo o seu filho mais velho o herdeiro do direito da Capitania. Assim, ele foi o primeiro donatário do Brasil, apesar de que somente em 1532 foi implantado o sistema de Capitânias Hereditárias.

Com a implantação desse sistema a migração de cristãos-novos cresceu, pois os arrendatários não conseguiam colonos e foram obrigados a utilizar o único elemento de que dispunham. Mas não restam dúvidas de que foi somente a partir das perseguições iniciadas contra os conversos que a imigração aumentou significativamente.

Apesar da Inquisição ter atuado em Portugal desde 1447, quando D. Manuel forçou todos os judeus a se submeterem ao batismo, as restrições não os impediam de imigrar para a colônia. E aqui, cada vez mais, exerciam função preponderante, devido ao seu relacionamento com os indígenas e à exploração comercial do país.

Duarte Coelho, governador de Pernambuco, contratou judeus para montarem os engenhos açucareiros. A falta de colonos e as dificuldades enfrentadas pelos portugueses, na colonização e exploração do novo território, forçavam o governo central à tolerância maior para com cristãos-novos. Sua situação tornou-se mais difícil a partir de 1526, quando se estabeleceu em Portugal o Tribunal do Santo Ofício.

Vozes da colônia levantaram-se contra a instalação do Santo Ofício no Brasil. Tomé de Souza declarou que não seria possível mantê-lo sem o auxílio de um forte exército, pois os cristãos-novos estavam estabelecidos tão firmemente, que uma perseguição antijudaica poderia, inclusive, provocar distúrbios com a população local.

Símbolo de integração dos cristãos-novos com a população local foi o casamento de João Ramalho, herói da colonização, com a índia Bartira, filha do poderoso cacique Tibiriçá. Seu relacionamento com os aborígenes facilitou, e muito, o estabelecimento de portugueses na região de Santos e de São Paulo. Martim Afonso de Sousa, governador dessa Capitania, conferiu-lhe o título de governador militar de Piratininga. Foi João Ramalho quem impediu o ataque dos índios contra a frota de Martim Afonso, em 1532. João Ramalho nunca se declarou judeu, mas sempre se negou a praticar o cristianismo.

Durante o domínio holandês, a vida dos judeus ou cristãos-novos trouxe muitas transformações, entre as quais a liberdade religiosa. A criação da Companhia das Índias Ocidentais foi o início da penetração holandesa no país, através da Bahia, em 1624. Os holandeses adotaram imediatamente uma política de tolerância religiosa e proteção aos residentes da cidade. Com certeza havia judeus vindos na expedição holandesa, apesar de não se saber ao certo o número. Mas os holandeses foram expulsos da Bahia, em 1625. Em 1630 voltam a se instalar no Recife.

Em 1637 a Companhia das Índias Ocidentais nomeou Maurício de Nassau governador do Brasil Holandês, em Pernambuco. Foi o período de maior prosperidade da comunidade judaica no Brasil, estimulando a vinda de judeus da Holanda.

Os judeus exerciam várias profissões. O engenheiro Baltazar d'Afonseca construiu uma ponte para unir a ilha Maurício ao Recife (1640). Porém, a ocupação mais importante dos judeus, sem dúvida nenhuma, era o comércio de ultramar, de importância vital para a colônia. Nos meados do século XVII, há várias resoluções do Governo para que se paguem letras de câmbio a comerciantes judeus por mercadorias remetidas ao Supremo Conselho da Colônia.

A imigração de judeus vindos da Holanda marcou a primeira estruturação da comunidade judaica no

Brasil. Foram esses imigrantes que organizaram a comunidade do Recife segundo o modelo de Amsterdã, sob o nome de *Tzur Israel* de 1640 a 1654. Havia uma escola, chamada *Etz Hayim* - Árvore da Vida, um cemitério e uma sociedade beneficente. Para manter a disciplina foi decretado que poderia haver apenas uma comunidade em cada local e que cada nova congregação deveria receber a aprovação do Recife.

Com a saída dos holandeses, em 1654, a vida judaica se desestruturou, as relações comerciais definharam e muitos judeus abandonaram o país, emigrando para outras colônias da Holanda, como Suriname e Curaçau. E recomeçaram as perseguições aos judeus e aos cristãos-novos.

Antes mesmo da expulsão dos holandeses, muitos judeus haviam abandonado a região, transferindo-se para o Rio de Janeiro e São Paulo. A atuação da Inquisição mostrou-se negativa para o próprio governo. O confisco dos engenhos açucareiros provocou o estancamento da economia.

Com tantas perseguições, os judeus e os cristãos-novos se perderam como grupo distante, porém sua tradição ficou marcada em vários segmentos e valores do povo brasileiro, como as lutas pelo liberalismo. Um de seus maiores expoentes foi Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, que lutou para conseguir libertar o Brasil do jugo português. Hipólito José da Costa Pereira Fagundes de Mendonça, brasileiro de origem cristã-nova, foi funcionário português, porém teve que abandonar o Brasil devido a suas idéias liberais (1774-1823).

As lutas pela independência se estendem por todo o Brasil. A primeira loja maçônica (supõe-se que os fundadores também tinham origem cristã-nova) fundou-se em 1807, na Bahia. Suas atividades, suas idéias tiveram influência em todas as lutas revolucionárias dentro do Brasil, inclusive na revolução de 1820. Logo após a proclamação da Independência, D. Pedro I redigiu a nova Constituição que dava total liberdade de culto. Constituiu-se, então, a primeira congregação religiosa judaica no Brasil, em Belém, em 1822.

As primeiras comunidades judaicas do Brasil moderno estabeleceram-se no norte do país, durante o governo de Pedro II. Até 1812, a imigração era proibida e, alguns anos mais tarde, o arrendamento de terras a não-católicos também. Posteriormente, com o implemento da colonização em grande escala, o governo brasileiro favoreceu a vinda de italianos, alemães e espanhóis. Com eles, vieram também vários judeus, originários, principalmente da Alemanha, Hungria e países do oeste europeu.

As primeiras manifestações de uma vida social judaica criaram-se a partir da vida dos judeus sefaraditas, de Marrocos, que se estabeleceram em Belém, Bahia, Manaus e outros lugares ao norte. Após longa luta para integrarem-se economicamente, esses grupos prosperaram e criaram comunidades bem organizadas, de prestígio e com vários membros atuando dentro da vida política brasileira.

As duas comunidades - a da região amazônica e a do Rio de Janeiro - não mantinham entre si quaisquer relações de grupo e apresentavam, aliás, características diferentes.

A coletividade amazônica era mais estável. Os judeus marroquinos vinham pelo extremo norte do Brasil com a intenção de ali se radicarem, tendo, em consequência, alargado com o tempo o seu campo de atividades, especialmente no setor de navegação e exploração de seringais, afóra a sua participação nas atividades públicas e no exercício de cargos oficiais.

Já no sul, os judeus, originários do oeste europeu, vinham com o objetivo de tentar uma vida normal. Muitos dedicando-se, no Rio de Janeiro e em Estados vizinhos, às ocupações comerciais.

Do Rio de Janeiro e de Belém, os judeus se espalharam por todo o país, principalmente em São Paulo e em Minas Gerais, onde muitas famílias brasileiras, como os Moretson, Isacson, Prado, Schneider, Figueiredo, são de origem judaica.



Na última década do século XIX e durante a primeira do século XX, a imigração judaica cresceu de vulto, multiplicando-se os países de procedência e também as regiões em que os imigrantes passavam a fixar-se no Brasil. Enquanto, até então, os imigrantes judeus provinham quase exclusivamente do norte da África e do Ocidente europeu, já agora passaram a chegar também levados de judeus do Mediterrâneo oriental – Grécia, Turquia, Síria, Líbano e Palestina – bem como da Rússia e países vizinhos. Localizavam-se de preferência na zona sudeste do país – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – mas também se disseminando, em pequenos núcleos, por muitos outros Estados, tanto do sul como do nordeste.

O quadro das principais concentrações israelitas do Brasil, no ano de 1910 – às vésperas do início da vida judaica organizada no país – pode ser apresentado nestes termos sucintos: no extremo norte – o agrupamento da Amazônia, datando de 1822, isolado e conservador, de origem norte-africana; no extremo sul – o conjunto de colônias judaicas do Rio Grande do Sul, com imigrantes de origem russa; e no sudeste – o eixo Rio de Janeiro-São Paulo, com numerosos núcleos satélites, resultantes de uma imigração cosmopolita.

A imigração judaica ao Brasil, nos anos de 1900 a 1920, é calculada ao redor de 200 pessoas. Após a Primeira Guerra Mundial, o número de imigrantes judeus aumentou muito, e calcula-se que, entre 1920 e 1930, entraram no país cerca de 30 mil judeus. A maior parte dessa corrente migratória provinha da Bessarábia, Romênia e Polônia e era conseqüente à desorganização econômica vigente naqueles países.

Durante a Primeira Guerra Mundial surgiram as primeiras instituições judaicas ashquenazitas e sionistas. Em Porto Alegre, foi fundado o jornal em idish, *Di Menshheit*, provavelmente o primeiro no gênero, no país. Em 1916, no Rio de Janeiro, fundou-se a Sociedade de Assistência das Senhoras Israelitas, cujo objetivo é a beneficência. Mais tarde, outras similares foram fundadas em todo o país.

No ano de 1933, a vida judaica penetrou em nova fase, devido ao regime restritivo à imigração, instituído em 1931. Sobreveio no mesmo ano de 1933 o movimento nazista, cujo espectro acabou atingindo as plagas do Brasil.

Freada a liberdade de reunião, a vida social judaica ficou por vários anos reduzida a atividades religiosas e beneficentes, cabendo mencionar a este respeito o valioso concurso trazido pelos imigrantes judeu-alemães, que começaram a afluir ao Brasil depois de 1933, os quais, com muita eficiência, organizaram suas próprias instituições.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, em 1945, os ideais democráticos voltaram a dominar o país, dando azo a que se reanimasse a vida coletiva dos judeus do Brasil. As sinagogas foram surgindo conforme o aumento da imigração. Após o Holocausto, as ondas migratórias cresceram e o número de instituições judaicas multiplicou-se.

Na década de 80 havia cerca de 170.000 judeus no Brasil, sendo 70.000 em São Paulo, cerca de 60.000 no Rio de Janeiro e o restante distribuído em diversas cidades do território nacional.

Existem comunidades judaicas desde o extremo norte até o extremo sul. As da Amazônia e Pará, embora em pequeno número, guardam tradição secular. Recife, Salvador, Curitiba, Belo Horizonte contam com centros comunitários bem desenvolvidos. Existem comunidades menores em Niterói, Nilópolis, Petrópolis, Campos, Juiz de Fora, Santos, Campinas, Sorocaba, Franca, Ponta Grossa, Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria, Cruz Alta, Santana do Livramento e Uruguaiana. Nas cidades de Fortaleza e Maceió vivem apenas algumas famílias.

O incremento demográfico dos judeus no país não é devido somente à imigração. Nos últimos decênios restringe-se mais ao crescimento interno, concorrendo para tanto a convivência comunitária.

A coletividade judaica do Brasil é hoje, numericamente, a segunda na América Latina, cuja maior comunidade, 350.000, vive na Argentina.

As primeiras sinagogas no Brasil funcionaram, inicialmente, para os serviços religiosos diários, em salas alugadas, até que se tornava possível a construção de uma sede própria. Nas comunidades maiores, por ocasião da celebração das datas mais importantes, tais como *Rosh Ha-Shaná* e *Yom Kipur*, alugavam-se especialmente salões espaçosos para acolher todos os fiéis. Convém salientar que, embora ligados a sua fé e a suas tradições, nem todos os judeus professam a religião. Muitos dos primeiros imigrantes aqui chegados, mesmo os que provinham de regiões onde em regra se recebia uma educação religiosa intensiva, só compareciam à sinagoga em ocasiões extremamente solenes, como seja para recitar as orações em memória dos mortos – o *Izkor* ou o *Kadish*.

Marcando o início da vida associativa, fundou-se no Rio de Janeiro, em 1910, a primeira sinagoga congregando elementos ashkenazim, denominada Centro Israelita do Rio de Janeiro. Posteriormente, na Praça 11 de Junho, onde estavam concentrados os judeus da referida origem, surgiram, sucessivamente, as sinagogas Beth Jacob, Beth Israel, Mahzikei Hadas, Adas Israel e Ezras Israel. A comunidade sefaradita já possuía sua sinagoga desde 1846. Nas comunidades do interior do Brasil, desde o Norte até o Sul, o início da vida associativa se processava do mesmo modo. Ainda hoje, apesar de no Rio de Janeiro e em São Paulo já se terem construído grandes sinagogas em vários bairros, funcionam "*minyanim*" em locais alugados, e nas grandes datas, que congregam maior número de fiéis, celebram-se orações em sinagogas provisoriamente montadas. Também no interior ocorre o mesmo fato.

O culto nas sinagogas do Brasil segue, na sua maioria, o rito ortodoxo. Verificam-se, todavia, certas nuances diferenciais entre os *sefaradim* e *ashkenazim*. Com a chegada dos judeus alemães foram instaladas, primeiro no Rio de Janeiro, depois em São Paulo, e ultimamente em Porto Alegre, as sinagogas de corrente-liberal.

A aproximação mútua entre a coletividade judaica e a população geral se manifesta através de mostras de solidariedade e reconhecimento, tanto por parte do povo como das autoridades do país. Convém citar como exemplo os seguintes fatos:

No Rio de Janeiro existem escolas públicas com os nomes de Anne Frank, Estado de Israel, David José Perez, este homenageado pelos relevantes serviços prestados como educador, e Wolff K. Klabin, como reconhecimento pelo muito que realizou como homem de empresa, no campo da beneficência e filantropia; ruas com nome de Theodor Herzl e Stefan Zweig, praças com nome de David Ben Gurion e Haím Weizmann, e um busto em jardim público, na Glória, em homenagem a Lasar Segall.

Em São Paulo existe a Avenida Albert Einstein, ruas com nome do Estado de Israel, Alexandre Levy, Embaixador Horácio Lefer, Heróis de Varsóvia, Theodor Herzl e Combatentes do Gueto. Em Santos há uma rua com o nome de Estado de Israel.

Em Porto Alegre, encontram-se a Praça Theodor Herzl, a Rua Estado de Israel e o Colégio Anne Frank, e o Monumento aos Farrapos que foi doado à cidade pela coletividade judaica.

Em várias outras cidades do país, logradouros públicos levam o nome do Estado de Israel e de figuras judaicas eminentes.

## **7. QUESTOES PRÁTICAS**

### **A. Catequese**

A catequese foi sempre considerada pela Igreja como uma de suas tarefas prioritárias. Através da catequese, a Igreja transmite de modo orgânico os princípios da fé, sua tradição e a prática que

deve acompanhar esta fé. Por isso, a catequese é também o meio privilegiado de preservar idéias e práticas tornando-as cada vez mais conformes com o evangelho.

A catequese é fonte de vida, partilha e comunicação das experiências de Deus, feita pelos homens e pelo povo de Deus através dos tempos que encontramos na Escritura e na Tradição. Não é um simples saber ou conhecimento do Novo Testamento. Trata-se da experiência, visão e espírito bíblico do Deus que se revela na história e que se dá a conhecer.

A transmissão desta experiência de Deus na história coloca-nos diante do povo de Israel. Ela se faz através das Escrituras e do próprio povo judeu que nos deu Jesus Cristo.

### **Raízes e herança judaica**

As primeiras comunidades judeu-cristãs se formaram através de Jesus e de seu povo. Delas recebemos um patrimônio pelo qual nos tornamos responsáveis.

- O Novo Testamento está profundamente marcado por suas relações com o Antigo Testamento. Um dos princípios orientadores da catequese é lembrar que o Antigo Testamento é primeiramente Escritura judaica, comum a judeus e cristãos.
- Jesus, Maria e os primeiros discípulos eram judeus. Foram os primeiros a aceitar Jesus como Messias. Jesus nasceu, viveu e morreu como judeu.
- O judaísmo no tempo de Jesus não era uma unidade homogênea, mas bastante complexa. O conhecimento dessa complexidade evitará a perpetuação de diversos preconceitos, estereótipos de espírito antijudaico. Perceber as divergências religiosas entre saduceus, zelotas, essênios, fariseus. Aprofundar sobretudo o conhecimento do fariseu a partir da tradição judaica, e não somente da apresentação que se faz no Novo Testamento surgido num contexto polêmico. Descobrir a importância dos mestres judeus no tempo de Jesus, o seu respeito pela Escritura. A busca e a interpretação das mesmas Escrituras. O *midrash* e sua utilização pelos mestres, a tradição oral e o método pedagógico próprio do ensino nas sinagogas. Situar Jesus Mestre no contexto dos mestres de seu tempo, para melhor descobrir sua pedagogia e assim melhor transmitir sua mensagem.
- Ressaltam-se a importância da sinagoga e seu lugar na vida judaica desde o tempo de Jesus, a liturgia sinagoga e as festas judaicas vividas por Jesus e pelo povo judeu hoje, o sábado e a santificação do tempo, as raízes da liturgia cristã radicadas na liturgia judaica.
- O judaísmo não terminou em 70 com a destruição do Templo. Foi o que pensaram os cristãos durante séculos. Os cristãos do século XX convivem com o povo judeu e com o Estado de Israel.

### **O respeito pelas Escrituras**

Para o judeu, a Bíblia é o livro por excelência, sempre atual e presente pela mensagem que traz para a vida religiosa, ritual e social, em sua concepção de Deus, do homem e do mundo.

Até o exílio de Babilônia, a vida e a prática religiosa do povo judeu estavam centralizadas no Templo de Jerusalém. No exílio, toda a vida judaica organizou-se em torno da Palavra e, posteriormente, fez-se a sistematização das Escrituras. No tempo de Jesus, já era conhecida na ordem que encontramos hoje: *Toráh* – Pentateuco, os 5 livros de Moisés; *Nebiím* – Profetas e *Ketubím* – Escritos.

As iniciais de *Toráh*, *Nebiím* e *Ketubím* formam o *TaNaK*. De todos os livros bíblicos, a *Toráh* ocupa o lugar mais eminente na tradição e na liturgia judaica.

A *Toráh* é a parte mais antiga da Bíblia e teria sido escrita por Moisés. Contém as verdades

fundamentais sobre Deus e sobre o homem. Constitui um caminho para a vida religiosa e moral do indivíduo, é a garantia de unidade e perenidade do povo judeu.

Durante todos os séculos, a *Torá* foi lida, estudada e comentada. Além de ser um código legal, é para os judeus uma fonte de vida onde jorra o modelo de sua história e suas leis, que alimentam sua fidelidade ao Deus Único.

*Nebiím* (profetas) é formado por duas partes: os *primeiros profetas*, que compreendem os livros de Josué, Juizes, I e II de Samuel, I e II Reis, constituindo as narrativas que seguem a *Torá* e a conquista da Terra até a destruição do Templo de Jerusalém (586 a.C.), e os *posteriores Profetas*: Isaías, Jeremias, Ezequiel e os 12 ou *menores profetas*. Os *profetas menores* são formados pelos 12 livros colocados na Bíblia hebraica depois do livro de Ezequiel.

*Ketubím*, terceira parte da Bíblia, em termo grego Hagiógrafos. Abrange os Salmos, Provérbios, Jó, Cântico dos Cânticos, Rute, Lamentações, Coélet, Ester, Daniel, Esdras, Neemias e Crônicas.

Quando Jesus fala aos discípulos sobre os acontecimentos, ele diz: "Isto é o que vos dizia quando ainda estava convosco. Era necessário que se cumprisse tudo o que de mim está escrito na Lei de Moisés (*Toráh*), nos Profetas (*Nebiím*) e nos Salmos (*Escritos*)".

### **Tradição oral - Toráh oral**

A *Toráh* é o centro de onde tudo se irradia e para o qual toda a vida judaica converge. Consciente de tudo o que ela significa, o povo judeu desenvolveu uma verdadeira veneração pela *Toráh*.

A *Toráh* é doutrina, ensinamento, instrução, direção e também lei. É doutrina essencialmente voltada para a prática, é Revelação enquanto expressão da vontade divina a ser realizada e obedecida, caminho de justiça, de santidade, de verdade que leva à vida. Ao lado da Escritura, *Toráh* escrita, temos a *Toráh* oral que tem a mesma autoridade. Foi codificada aos poucos pela literatura rabínica.

De acordo com a posição tradicional judaica, se a *Toráh* escrita data diretamente de Moisés e contém uma revelação recebida no Sinai, a mesma coisa se afirma da *Toráh* oral. Sua função é dupla: de um lado ela completa, de outro ela interpreta e aplica a *Toráh* escrita. O problema da aplicação da *Torá* escrita não cessa de se colocar em todas as épocas.

A tradição oral - tradição interpretativa - foi transmitida pelos mestres oralmente desde o exílio. Essas interpretações foram recolhidas por escrito, durante os séculos II a VIII d.C., dando nascimento às obras que conhecemos como *Talmud* e *Midrash*.

O *Talmud* inclui dois diferentes elementos: a *Halakáh* (lei) e a *Hagadáh* (narração). A *Halakáh* reúne os estatutos da oração oral, enriquecidos pelas discussões das escolas da Palestina e da Babilônia, para alcançar as fórmulas definitivas da Lei. A *Hagadáh*, partindo também do texto bíblico, ensina por meio de lendas, alegorias, reflexões de moral e reminiscências históricas. A palavra *Talmud* referia-se, no princípio, somente à *Guemará*; posteriormente o nome veio a ser aplicado a ambos: *Mishnáh* e *Guemará* e têm a seguinte relação entre si: a primeira é o texto e a segunda o comentário. O *Talmud* consiste de sessenta e três livros legais, éticos e históricos escritos pelos antigos rabis.

A palavra *Midrash* significa "interpretação" e designa a exegese bíblica baseada no método de "*drash*", que é uma análise minuciosa e microscópica do texto bíblico, verso por verso, e às vezes, letra por letra. Esta análise se aplicava tanto a textos jurídico-religiosos como folclóricos ou históricos. No primeiro caso se trata de *Midrash Halakáh* e no segundo, de *Midrash Hagadáh*. Essas foram as duas formas mais antigas da exposição midráshica, que deram origem às duas grandes

categorias em que se divide o *Talmud*, *Halakáh* e *Hagadáh*. O modo de interpretar e fazer "*midrash*" era comum aos tempos de Jesus. Através de parábolas, pequenas histórias, fatos, citação da Escritura, explicava-se o que Deus e a vontade divina esperavam e convocavam o povo a realizar. Nos Evangelhos, vamos encontrar inúmeras parábolas de *midrash* hagádico e também comentários halálicos.

### **Judaísmo no tempo de Jesus**

O judaísmo no tempo de Jesus não era uma realidade homogênea. Os estudos históricos e interpretativos do Novo Testamento descobrem, cada vez mais, que os evangelhos são testemunhos de diversas comunidades que floresceram em realidades diferentes. Para compreender o nascimento das Escrituras nas comunidades cristãs, é preciso hoje recorrer à história e tradição judaicas. Não podemos mais falar dos judeus sem perguntar como os judeus se compreendiam e como viviam nos primeiros séculos de nossa era.

A complexidade da vida judaica no tempo de Jesus é atestada pelos próprios evangelhos. Neles encontramos diversas categorias ou grupos de judeus: escribas, doutores da lei, saduceus, zelotas, fariseus e, implicitamente, o modo de vida dos essênios. O que une estes diferentes judeus é a *Toráh*, e o que os torna distintos é o modo de expressá-la e portanto de vivê-la.

● **Saduceus** - Em sua maioria, pertenciam à aristocracia sacerdotal, famílias ricas da aristocracia, dirigentes do povo. Sua autoridade se relacionava sobretudo com o que dizia respeito ao culto do Templo em Jerusalém. Colaboravam com os romanos, pois gozavam de muitos privilégios e, por isso, mantinham e lutavam pelo "status quo". Temiam todo movimento ou manifestação de transformação social, econômica, política ou religiosa. Desde o tempo dos Macabeus, eram inimigos dos fariseus. Este grupo desapareceu no ano 70 com a destruição do Templo. No plano religioso, só aceitavam a *Toráh* escrita. Não acreditavam na ressurreição e nem nutriam o ideal messiânico.

● **Herodianos** - O nome vem de Herodes, o Grande. Eram membros da casa de Herodes e de sua corte. Faziam parte da administração estatal. Apoiavam a dinastia de Herodes e, por isso, eram mais numerosos na Galiléia. Eram próximos dos saduceus pelos interesses e privilégios. No entanto, no que se refere ao imposto sonogado a Roma, estavam próximos dos zelotas, pois alimentavam o ideal de libertação da Galiléia do jugo romano. Faziam alianças de diversos tipos. Procuravam aproximar-se dos fariseus, pois tinham consciência da influência popular de que estes gozavam.

● **Essênios** - De um modo geral, contrastavam com todo o conjunto da vida de Israel. Viviam separados, em oposição aos outros grupos. Possuíam uma organização comunitária muito rígida, de espiritualidade apocalíptica, com a idéia de representar o verdadeiro Israel. Não tinham propriedade privada. Tudo era comum: casas, terras, rebanhos, roupas. Um membro eleito era responsável pelo recebimento de todo o lucro e pela compra do que era necessário à comunidade. O comércio era proibido entre eles. Recusavam-se a fabricar armas, e sua lei fundamental era viver em paz e do produto do próprio trabalho, evitando tudo o que pudesse fazer mal a outrem.

Muitas comunidades de essênios viveram próximo de aldeias ou nos desertos. O sinal exterior característico era uma túnica branca dada a todo neófito que se interessava pela comunidade.

Até bem pouco tempo, os essênios eram conhecidos somente pelos historiadores antigos. A partir de 1947, com as descobertas de Qumrã, grutas que ficam às margens do mar Morto, eles se tornaram mais conhecidos. Nestas grutas, foram encontrados muitos documentos da comunidade, manuscritos que revelam o modo de vida dos essênios.

● **Fariseus** - A origem dos fariseus parece datar da época dos Macabeus (1Mc 2,42; 7,13). No entanto, o movimento tem suas raízes no exílio e na volta do exílio, com Esdras e Neemias (Ne 8,7-8). Foi a partir desta época que a profissão do escriba passou a ser exercida, não somente pelos

sacerdotes, mas também por leigos. Ligados, portanto, aos leigos, estudando e ensinando a *Toráh*, estes escribas aos poucos começaram a exercer a mesma função de liderança espiritual até então reservada aos sacerdotes. No início, eram pouco numerosos. Os fariseus são homens do povo: trabalhadores rurais, artesãos e comerciantes etc...

Convencidos de que Deus deu a *Toráh* a todo o povo e não somente aos descendentes de Levi (Ex 19,6), deduziram que não era necessário ser sacerdote para conhecer, ensinar e praticar toda a *Toráh*. Um doutor da lei leigo ou um filho de prosélito (convertido) vale mais do que um sumo sacerdote que ignora e não cumpre a *Toráh*.

No tempo de Jesus, os fariseus representavam as crenças, práticas religiosas e atitudes sociais da maioria dos judeus. Eram recrutados em todos os meios sociais, mas particularmente nos meios modestos das aldeias, onde a presença de uma sinagoga e, mais tarde, de uma escola permitiam estudar a *Toráh* aos pés de um mestre.

Havia um período de formação. Primeiro estudar a *Toráh* com o mestre, aprender a praticar a *Toráh* de modo a estar sempre em estado de pureza ritual: observar o sábado, as festas, orar, pagar o dízimo, comer somente o permitido e se portar em tudo como judeu-modelo. Após esta iniciação, a pessoa era admitida nas "*haburot*" (amigos, companheiros), confraria farisaica. As "*haburot*" eram abertas a todos, mas só se recebiam como membros os que levavam vida digna de membro do "povo de sacerdotes, nação santa", que deveria ser todo Israel.

Mas não podemos considerar os fariseus um grupo homogêneo. Há mesmo duas tendências opostas que dividem os fariseus. Duas grandes escolas: Shamai e Hillel. A escola de Shamai representa uma tendência rígida, menos humana e mais aristocrática. Até o ano de 41 d.C., antes do rei Agripa, os shamaitas vindos de famílias ricas foram mais fortes e tiveram influência junto aos saduceus. Os sacerdotes que pertenciam ao farisaísmo vinham, em sua maioria, da escola de Shamai. Após 70, eles sobreviveram por algum tempo em Lod, mas foi a tendência de Hillel que se impôs no final do século I d.C.

A escola de Hillel é mais humana e próxima do ensinamento de Jesus. A "regra de ouro" que encontramos em Lc 6,31: "Não faças ao outro o que não queres que façam a ti", aparece também na tradição judaica como sendo de Hillel. Paulo foi discípulo de Gamaliel I que, por sua vez, era discípulo de Hillel.

Geralmente, os fariseus admitiam o princípio de evolução em suas decisões legais, ao passo que os saduceus eram incapazes de adaptação a um ambiente em fase de evolução. Os fariseus eram assim, em geral, brandos em suas interpretações, enquanto os saduceus se apegavam à letra do texto escrito. Os fariseus colocavam a vida da nação dentro de uma estrutura halálica expressa na Lei oral que consideravam não menos vital que a Lei escrita (a Bíblia). Sua doutrina aspirava a cobrir a vida inteira da comunidade, tocando portanto nos fundamentos teológicos da vida, nas questões de destino, de bem e de mal, de imortalidade da alma e de escatologia.

Os próprios evangelhos são testemunho da importância dos fariseus. E a idéia que temos do fariseu se tornou o modo mais comum de transmitirmos nossas idéias sobre os judeus e o judaísmo.

Nos evangelhos, os fariseus vêm assimilados aos saduceus, sumo sacerdotes e escribas, dando do fariseu uma idéia homogênea que se transformou em sinônimo de hipócrita, legalista, rigorista. Este modo de considerar o fariseu como maior adversário de Jesus, talvez não venha do contexto histórico vivido por Jesus, e sim das comunidades cristãs e judeu-cristãs, após a destruição do Templo e da Revolta Judaica de 135. A partir desta época os fariseus assumiram a organização e a direção espiritual do judaísmo.

● *Zelotas* - Procuravam implantar o Reino de Deus através de ações concretas. Representavam o

nacionalismo judeu mais rigoroso. O nome zelota vem de "zelo pela lei", apoiados no ideal que remonta ao profeta Elias. Na grande maioria, pertenciam às camadas rurais mais pobres. Combatiam a dominação romana que criava uma realidade injusta. Vários autores indicam o início do movimento zelota com Judas, galileu, logo após a morte de Herodes, quando a Judéia foi transformada em província romana.

Consideravam o político e religioso intrinsecamente ligados; por isso, através da luta armada, cooperavam com a "vinda do Reino de Deus". Estavam dispostos a atacar e matar não só os romanos e estrangeiros, mas também os judeus colaboracionistas.

A conversão consistia na solidariedade, disponibilidade total e, se preciso fosse, até o martírio.

● *Sinagoga* - A origem da sinagoga permanece ainda obscura. A opinião mais provável é que ela começou a existir em Babilônia, durante o exílio, como substitutivo do serviço do Templo, ou talvez como imediata necessidade para os exilados se reencontrarem. Introduzida por Esdras na Palestina, logo se difundiu por toda a *Erets Yisraêl*. Alguns eruditos já defenderam a tese de que ela foi criação palestinese, inclusive anterior ao Templo, no tempo da reforma de Josias. A existência de sinagogas no século III a.C., no Egito, é documentada por inscrições e papiros. As descobertas de Delos são os testemunhos mais remotos. De qualquer sorte, a instituição sinagoga cresceu com o tempo e conheceu várias formas de existência. É o centro religioso, cultural e social da coletividade judaica. A palavra, que é de origem grega, significa reunião e é sinônima da *palavra* *`ibrit*: *Kneçet*.

Contudo, no tempo de Jesus, vemos que elas estão em pleno florescimento também em Israel, desempenhando um papel importante mesmo na liturgia do Templo.

Após a destruição do Templo em 70 e o fim do culto dos sacrifícios, a sinagoga tornou-se o "lugar" da vida religiosa, social e intelectual dos judeus até nossos dias.

● *O sábado - Shabat* - O *Shabat* começa na sexta-feira à tarde e termina no sábado à tarde. A partir do Decálogo e do conjunto da Lei judaica, este dia é um dia que não se trabalha. É um dia de repouso, de louvor ao Deus Único, Criador.

Antes que chegue a tarde de sexta-feira, tudo deve estar preparado. Em casa a mesa é posta, a mãe de família acende as velas do sábado com a "bênção da luz", e o pai pronunciará a bênção do vinho. Na sinagoga o ofício é celebrado com salmos e hinos próprios para acolher o sábado, e a bênção do vinho "*Qidush*" também é cantada. De volta a casa, as famílias se reúnem para a refeição preparada com carinho especial e onde se encontram entre amigos. O dia de sábado é reservado para a oração, estudo, visita aos doentes e aos amigos.

No ofício matutino da sinagoga, é lida a *Toráh* que é retirada solenemente do seu lugar especial - Arca Santa. Juntamente com a *Toráh* é lido um trecho dos profetas, às vezes seguido de homilia.

Na tradição judaica, o *Shabat* é sinal da Aliança entre Deus e a Criação. Sendo Israel o povo da Aliança, o sábado é o sinal por excelência desta Aliança entre Deus e Israel (Ex 31,13).

Para o judeu, guardar o sábado é testemunhar no meio dos homens o elo que os une a Deus que é proclamado como:

- Fonte de vida e de liberdade para o homem (Dt 5,15).

- Criador do Universo (Ex 31,17).

- Igualdade de todos os homens. Todos são filhos de Deus e portanto devem neste dia formar uma unidade diante do Criador (Dt 5,14).

O cristão conhece o *Shabat* pelos evangelhos. Jesus freqüentava a sinagoga aos sábados (cf. Lc 4,16-20; 6,6, e outros).

● Calendário judaico - O primeiro traço com que deparamos, analisando o calendário judaico, é a sua origem, ao mesmo tempo solar e lunar. De fato, o ano é solar e os meses são lunares. A duração do ano está determinada pelo tempo de evolução da terra ao redor do sol, ou seja, 365 dias e um quarto. Compreende também doze meses; visto porém serem lunares, e somarem portanto, ao todo 354 dias e meio, aparece uma diferença de 11 dias entre a extensão do ano solar e a do lunar. Para acertar o equilíbrio entre ambos, recorre-se ao ano de 13 meses, entremeados dos anos comuns. A proporção é de 7 anos de *`ibur* para um ciclo de 19 anos comuns, ao cabo dos quais a diferença é sanada. A duração do mês judaico é determinada pelo tempo que leva a lua em fazer a evolução ao redor da terra, isto é, 29 dias e meio. Como era preciso dar ao mês uma duração mais definida, por motivos práticos, facilmente explicáveis, atribuíram-se 29 dias a alguns e 30 a outros. Deste modo há no ano judaico cinco meses de 29 dias, cinco de 30, e dois cuja duração varia de ano para ano. O mês começa com a lua nova, e o primeiro dia chama-se *Rôsh Hôdesh*. Para os atos religiosos, os hebreus adotaram uma contagem, criando o calendário conforme cálculos baseados na Bíblia, que situariam a criação do mundo, 3.760 anos a.C.

## **B. Convivência**

O encontro do judeu com o cristão não se efetua a partir do zero. Os séculos colocaram no caminho do diálogo muitos ressentimentos, suspeitas e mitos que precisam ser superados.

I. O primeiro obstáculo a ser removido são os mitos, pois o próprio judeu para muitos continua sendo um mito. Há mitos que tratam o judeu como sendo um ser irreal, atribuindo-lhe qualidades acima dos outros povos, e há os mitos negativos que fazem do judeu um aliado do diabo. No folclore medieval, o judeu era visto como tendo um pacto com o diabo, levando o crédulo à inferência de que batendo no judeu estava praticando um ato meritório de fustigar o diabo.

Para que haja diálogo precisamos, revendo os mitos, encontrar O OUTRO antes de tudo COMO SER HUMANO. Como em qualquer agrupamento humano, podem ser encontrados entre os judeus os praticantes e os apáticos, os inteligentes e os retardados, os honestos e os desonestos, os politicamente ativos e os alienados etc.

Assim sendo, na primeira fase da convivência deixemos que a realidade confronte o mito. Vide sugestões concretas para o debate no *Item A - A luta contra o preconceito*.

II. Se quisermos abordar a convivência de judeus e cristãos, teremos que enfrentar também uma suspeita: os judeus desconfiam que o diálogo religioso é travado pelos cristãos com a meta de convertê-los. Esta suspeita não é infundada, pois no passado o diálogo era em geral mantido com esta intenção. Não há verdadeiro diálogo, se o outro é visto como um candidato à conversão. Como a meta é a convivência, cabe evitar a doutrinação e o monólogo e substituí-los por um interesse genuíno nas diferenças e semelhanças das duas tradições. Uma lista de perguntas no *Item B - Conhecendo o judaísmo* - serve para provocar indagações que de fato refletem a curiosidade dos interlocutores.

III. O reconhecimento mútuo, em nível de religiões, requer entre outros quesitos as seguintes posturas: para a convivência, é necessário compreender que os judeus consideram o Antigo Testamento não como um prefácio do Novo. Seria de grande proveito para o diálogo, se os interlocutores abordassem o texto "deixando o texto falar". Obviamente cada um dos leitores da Bíblia vem ao texto com uma série de associações de sua doutrina; trata-se de sua tradição da leitura do texto. Esta tradição interessante, e valiosa em si, muitas vezes abafa uma leitura renovada do texto. Propõe-se uma atitude sem idéias predeterminadas ao ler o texto do Antigo Testamento; sugere-se que o façamos com os olhos de quem o encontra pela primeira vez. Isto



possibilitará o diálogo.

Em uma segunda fase nada impede de comparar como cada grupo compreendeu e interpretou um determinado texto à luz de sua tradição de ler as Escrituras.

Ao abordar textos, deve-se levar em conta um perigo que decorre da utilização cristã do Antigo Testamento, na sua polêmica do passado contra o judaísmo. Ao apresentar o "Velho" Testamento como uma preparação para o Novo, foi freqüente o hábito de contrastar os dois testamentos sempre com o intuito de mostrar a altura espiritual alcançada pelo Novo. Um ataque freqüente foi, por exemplo, que o Deus do "Velho" Testamento é o Deus da Justiça, enquanto o do Novo Testamento é o Deus do Amor. Justiça sem amor certamente se transformaria em tirania, como amor sem justiça não seria mais do que sentimentalismo. A verdade é que os que escreveram o Novo Testamento também souberam invocar a ira divina sobre os pecadores, enquanto os que escreveram a Bíblia hebraica também souberam falar com ternura do Amor divino. Há alguma exposição mais nobre do Amor de Deus do que o livro de Jonas, o Cântico dos Cânticos, o livro de Oséias e muitos dos Salmos?

Para compreender o judaísmo, uma outra necessidade seria o estudo da criatividade literária dos judeus nos primeiros cinco séculos da era cristã, literatura esta quase completamente ignorada pelos cristãos. Seria de grande vantagem corrigir a visão errônea de que o judaísmo na época de Jesus era "legalismo sem alma". O judaísmo conservou toda a sua vitalidade na época da *Mishnâh* (séc. I e II), do *Talmud* (séc. III a V) e dos *Midrashim*. Existem criações espirituais de valor, interpretações e correntes das mais variadas. O item C sugere o estudo de algumas fontes.

IV. Por esta razão, ao contrastar as duas religiões, deve-se tentar reconhecer o judaísmo como sendo uma religião completa, com sua própria criatividade, com seus aspectos espirituais originais, e isto requer uma nova postura para a convivência.

Um destes quesitos se refere à culpa dos judeus. Tendo os judeus de hoje sido absolvidos pelo Concílio Vaticano II da culpa de "deicídio", não mais se pode considerar os judeus como amaldiçoados. Contudo o sofrimento judaico neste século requer uma nova explicação. O Item D ousa sugerir uma fonte bíblica que merece ser estudada.

V. Um último requisito para uma convivência necessita ser abordado: o Antigo Testamento foi usado indevidamente contra os judeus. Dentro da polêmica do passado, as denúncias das transgressões do povo foram mantidas como referentes aos judeus, enquanto as mensagens positivas do futuro de Israel foram tomadas como referentes à Igreja. Com isto ficaram para os judeus as acusações, mas não as promessas.

### **Item A - A luta contra o preconceito**

Alguém do grupo conhece um judeu? Em que medida os presentes que não conhecem judeus têm idéias preconcebidas? Há preconceitos na nossa sociedade? Estereótipos quanto a japoneses, negros etc. poderiam ser analisados.

*Debate: Em que medida a malhação de Judas, tradição folclórica (conscientemente ou inconscientemente) ajuda a fortalecer preconceitos, violência, contra os judeus?*

Sensibilizar o grupo para o uso de palavras que levam uma carga preconceituosa em nossa língua.

*Exemplos:* O verbo judiar, trabalho de negro, negro com alma de branco, judeu errante etc.

## **Item B - Conhecendo o judaísmo**

*Sugestões* - Visitar uma sinagoga. Planejar um *Sêder*. Explicar o que é a *Toráh* (rolo ainda hoje escrito a mão, lido na sinagoga). Analisar uma reza judaica.

Dar exemplos de organizações de judeus que ajudam judeus. Exemplos de contribuições de judeus para a cidade, o estado e o país. Contribuições de judeus à humanidade.

Por que os judeus que chegaram ao Brasil começaram como comerciantes?

Por que os judeus não acreditam em Jesus?

O Estado de Israel é como o Vaticano?

Por que há necessidade de um Estado de Israel?

Qual a diferença entre israelita e israelense?

Qual a diferença entre israelita e judeu?

O judaísmo crê em outro mundo?

Quais são os ideais proféticos de Justiça Social?

O Universal e o Nacional no judaísmo?

Estas perguntas não formam uma seqüência, ou um curso, elas são aqui enumeradas unicamente para sugerir outras indagações.

## **Item C - Fontes de estudos sobre a Mishná e o Talmud**

Existe uma obra chamada *Ética dos pais*, que inclui dezenas de frases dos mais variados mestres da *Mishná*. Foi traduzida ao português e oferece amplo panorama do pensamento da época. Também as biografias de cada sábio mencionado oferecem inspiração. Há várias obras com frases do *Talmud*, mas deve-se levar em conta que na imensa literatura talmúdica, que é muito democrática, há opiniões das mais variadas e nem todos os pronunciamentos são normativos do judaísmo.

## **Item D - Sofrimento**

Propomos o estudo do livro de Jó, onde o sofrimento é abordado sem que haja culpa.

Propomos que em algum momento se aborde o Holocausto com seus 6 milhões de vítimas. Há muitos livros que contam a coragem e os sofrimentos tanto de judeus, como de não-judeus, que se arriscaram para salvar vidas.

Projetos futuros:

Há no campo pedagógico um vasto trabalho a ser realizado.

Há necessidade de criar bibliografias de material existente.

Existe material audiovisual sobre a vida dos judeus de hoje, costumes, objetos rituais etc., mas este material precisa ser coletado e distribuído.

Deve-se criar cursos para preparar o diálogo nos seminários.

Impõe-se uma exegese que ajude a colocar os textos de épocas anteriores sob a perspectiva histórica, mostrando o contexto de afirmações polêmicas, e que se façam correções de textos usados para ensino.

Muitos projetos estão começando a se delinear.

## **C. Casamentos mistos**

Em primeiro lugar, é importante definir "casamento misto". O termo se refere ao matrimônio entre duas pessoas de credos diferentes, cada uma das quais decidiu manter sua própria religião. Se um dos noivos se converteu anteriormente ao credo do outro, o casamento não é considerado "misto".

Por que o judaísmo é oficialmente e quase universalmente contrário a casamentos mistos?

É ponto pacífico que todos os rabinos ortodoxos ou de orientação tradicional são unanimemente contra os casamentos mistos. É oportuno mencionar que também a maioria dos rabinos reformistas tem a maior relutância em celebrar tais cerimônias.

Por quê? Qual o motivo dessa oposição?

Existem duas razões. A primeira é mais importante: a probabilidade de insucesso de tais casamentos. Psicólogos, sociólogos e orientadores de casais concordam que quanto mais duas pessoas têm em comum, tanto maior é sua chance de felicidade conjugal; e quanto mais diferem em aspectos socioculturais, tanto menor é a probabilidade de serem felizes como marido e mulher.

Clarence Louba, um conhecido professor de psicologia no Antioch College, disse certa vez: "Em todo casamento, existirão algumas diferenças consideráveis de interesses, atitudes e convicções. Mas um casamento não suporta um número elevado demais dessas diferenças. Diferenças ideológicas, religiosas e raciais estão entre as que mais atingem o relacionamento conjugal. Quando os cônjuges provêm de diferentes ambientes socioeconômicos, políticos ou religiosos, surge uma infinidade de possíveis fontes de atrito".

Isto é mais do que mera teoria. Roland Gittelsohn, em seu texto *Fire in my Bones*, cita estatísticas da Hungria que mostram uma taxa de divórcio três a quatro vezes maior, em casos de casamentos mistos, do que quando marido e mulher pertencem à mesma fé. Existem inúmeros outros estudos a respeito do assunto, os quais não discutiremos aqui. Mas a conclusão é clara: o convívio conjugal já é suficientemente difícil e complexo; acrescentar divergências religiosas aos problemas cotidianos só pode gerar maiores tensões e conflitos.

A segunda razão relaciona-se à sobrevivência judaica. Esta é uma questão na qual não podemos ser transigentes, pois sabemos que os casamentos mistos levarão, em última análise, ao completo desaparecimento do judaísmo e do povo judeu do palco da história.

Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos revela que, entre a geração de imigrantes, a porcentagem de casamentos mistos é da ordem insignificante de 1%. Na segunda geração, a dos filhos destes imigrantes, a porcentagem eleva-se a 18%. E na terceira geração, alcança 40%. Ou seja, houve um aumento de 39% na taxa de casamentos mistos em apenas três gerações. No Brasil, embora não haja estatísticas oficiais, a proporção é a mesma. A tendência é inequívoca. Duas em cada cinco famílias da terceira geração são resultado de um casamento misto.

E os filhos desses casamentos? Se pudéssemos supor que a maioria destas crianças seria criada dentro do judaísmo, não estaríamos preocupados. Mas, infelizmente, não é o caso. Através de outras pesquisas, verifica-se que em 73% das famílias resultantes de casamentos mistos, os filhos não são judeus. Em outros 10% dos casos, apenas um filho é judeu, os restantes não. Somente em 17% das famílias mistas, todos os filhos são judeus. E é preciso acrescentar que, mesmo neste último caso, não se averiguou o grau ou a profundidade da identificação religiosa dessas crianças; foi simplesmente registrada a afirmação dos pais de que seus filhos são judeus. O mesmo fenômeno se verifica também do lado cristão.

O que se deduz de tudo isto? Primeiro, a taxa de casamentos mistos, que já é alarmante entre os judeus, tende a aumentar ainda mais. E segundo, na melhor das hipóteses, somente umas duzentas crianças, entre cada mil nascidas de tais casamentos, têm um mínimo de identidade judaica.

Isto não é mais tema para discussões teóricas. É uma ameaça real que não pode ser ignorada e que justifica plenamente nossa firme oposição aos casamentos mistos.

A família é o melhor meio para perpetuar os valores universais e as tradições religiosas. Acreditamos que todas as religiões são igualmente válidas. Porque Deus é um só. Mas existem caminhos diversos para se chegar a ele. E é preciso manter-se num deles, seja lá qual for, a fim de não se perder. Nunca atingiremos o universal obliterando nossas diferenças. Cabe à família judaica preservar o judaísmo, e à família cristã preservar o cristianismo.

Este dever é igualmente reconhecido pela Igreja Católica, a qual define como "misto" o matrimônio "entre duas pessoas batizadas, das quais uma tenha sido batizada na Igreja Católica ou nela recebida depois do batismo, e que não tenha dela saído por um ato formal, e a outra pertencente a uma igreja ou comunidade eclesial que não esteja em plena comunhão com a Igreja Católica" (cânon 1124).

O Código de Direito Canônico de 1917 adotava uma atitude de desconfiança total perante os matrimônios mistos: "...severissimamente a Igreja proíbe, em toda a parte..." (cânon 1060). O motivo fundamental dessa proibição era o perigo que tais casamentos poderiam representar para a fé da parte católica.

A maior compreensão dos princípios do ecumenismo cristão – sobretudo a partir do Concílio Vaticano II – modificou, em grande parte, esta atitude. É importante observar, entretanto, que esse abrandamento de atitude não se estende ao caso de "disparidade de culto", quando um dos cônjuges é batizado e o outro não. "No caso do casamento entre batizados, o qual é um verdadeiro sacramento, se estabelece uma certa comunhão de bens espirituais que, pelo contrário, falta no matrimônio contraído por cônjuges, dos quais um é batizado e o outro não recebeu o batismo. Não obstante tudo isto, não se deve minorar as dificuldades que subsistem mesmo nos matrimônios mistos entre batizados" (Motu Proprio "Matrimonia Mixta", Proêmio).

A razão básica da objeção da Igreja Católica aos casamentos mistos é idêntica à objeção por parte da Sinagoga: o matrimônio misto constitui, objetivamente, um obstáculo à completa fusão espiritual entre os cônjuges, pois entre eles existirá sempre algo bem importante que não é comum a ambos: a religião.

De acordo com as normas em vigor, a Igreja Católica só permite o casamento misto ("misto" no sentido restrito, isto é, entre dois batizados) se for concedida uma licença do bispo local. Para obter tal licença, é necessário que "a parte católica declare estar preparada a afastar os perigos de defecção da fé e prometa sinceramente fazer todo o possível a fim de que toda a prole seja batizada e educada na Igreja Católica" (cânon 1125,1º). Esta exigência é reiterada nas Normas Complementares da CNBB (1978).

O Motu Proprio "Matrimonia Mixta" aboliu as penas estabelecidas no Código de 1917 contra os católicos que tentassem casar num outro rito religioso ou com o pacto de educarem os filhos fora do catolicismo. Isto não significa, porém, que tais atos sejam agora considerados lícitos pela Igreja Católica. Muito pelo contrário, o Código de 1983 manda que "os pais (...) que confiam seus filhos para serem batizados ou educados numa religião acatólica sejam punidos com censura ou outra justa pena" (cânon 1366).

Em suma, tanto os judeus como os católicos afirmam a importância da unidade e unicidade religiosa da família, seja qual for a religião. Assumindo uma posição contra os casamentos mistos, estamos não só fortalecendo nossos respectivos credos, como também revigorando a instituição da família em nossos dias.

## **8. OBJETIVOS E MEIOS PARA PROMOVER O DIÁLOGO**

O diálogo religioso ou inter-religioso deve ser vivido e alimentado pela vida, para que a palavra não se desgaste. Através da palavra passa a vida, e com esta a comunhão. Atingindo-se a comunhão

chega-se a Deus.

Diálogo religioso é a procura de Deus por meio do irmão, em quem Deus se revela, a partir de sua própria experiência de Deus.

O objetivo mais imediato do diálogo é conhecer o outro, para ver o que Deus nos diz por meio dele. E não em primeiro lugar dizer ao outro o que queremos.

O conhecimento do outro, o modo como ele se vê, como ele reza, como conhece a Deus, é o primeiro passo do diálogo religioso.

Um segundo passo será a humildade de aprender. No diálogo com o judaísmo, os cristãos têm muito a aprender. Os judeus receberam, conservaram e aprofundaram uma rica tradição religiosa, teológica, bíblica e espiritual, fundamento das Igrejas cristãs.

Este diálogo acontece primeiramente no dia-a-dia, nos trabalhos, nos contatos, na política, nas lutas pela justiça etc. Muitas vezes, quando os homens lutam e vivem unido, caem os preconceitos oriundos de formação humana e religiosa. Realmente nada como a vida para formar.

Há também ocasiões mais específicas para tais contatos, que poderão requerer uma preparação mais adequada: cerimônias, formaturas e outras solenidades. Estas ocasiões poderão ser formais ou informais, como festas religiosas e civis, nascimentos, casamentos etc. O ser humano vive estas situações de acordo com sua fé, sua visão de Deus e do sentido que dá à vida. Os cristãos, sobretudo os agentes de pastoral, poderão procurar nestes momentos conhecer e entender como os judeus vivem, o sentido que dão a estes momentos, e a ligação que podem ter com a experiência da Aliança. Inspirando-se no exemplo de transformar em bênção (*bra<sub>k</sub>áh*), tirando grande proveito, vendo e aprendendo como os judeus compreendem e acatam a Palavra de Deus nestas situações e como a aplicam.

## **Instituições**

Há um nível especializado de diálogo com Organizações e Instituições com representantes das respectivas comunidades. Estes grupos promovem o conhecimento mútuo por meio de atividades: publicações, sessões de estudos, celebrações, dirigidas a públicos interessados e visando a conscientizar as comunidades. São também responsáveis por contatos oficiais entre os grupos religiosos em nível internacional, nacional e local.

## **Internacionais:**

1. Comissão para as Relações Religiosas com o Judaísmo (Commissione per i rapporti religiosi con l'Ebraismo).

Foi criada em 22 de outubro de 1974, pelo papa Paulo VI, por sugestão da Comissão Internacional de Ligação entre a Igreja Católica e o Judaísmo. É um organismo exclusivamente católico, ligado ao Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos, e visa promover e estimular as relações religiosas entre judeus e católicos a partir das orientações dadas pelo Concílio Vaticano II, em particular pela seção IV da Declaração conciliar "Nostra Aetate". Sua sede é no Vaticano.

2. International Council of Christians and Jews.

Trata-se de um organismo misto judeu-cristão, sem estatuto oficial de Igrejas. Agrupa as diferentes organizações nacionais de amizade, diálogo ou cooperação judeu-cristãos. Sendo uma "associação voluntária de organizações nacionais de cristãos e judeus com o fito de promover a cooperação cristão-judaica" (art. I de sua Constituição), visa "à articulação de esforços e à promoção de

atividades comuns" (art. 2) e respeita a autonomia de cada organização representada. Sua Secretaria está em Heppenheim (Alemanha Ocidental).

3. Comissão Judaica Internacional para as Consultas inter-religiosas (International Jewish Committee on interreligious Consultations).

Organismo exclusivamente judaico, com cinco organizações representativas do judaísmo mundial. Uma delas a "Israel Interfaith Committee", com sede em Israel, delega seus representantes junto à Comissão de Ligação entre a Igreja Católica e o Judaísmo.

4. CENTRO SIDIC – Serviço Internacional de Documentação Judeu-cristã.

Associação e centro de estudos e de documentos fundado em Roma em 1965, atendendo ao pedido dos padres conciliares e peritos para concretizar as orientações da Declaração conciliar "Nostra Aetate". Propõe-se:

- promover o conhecimento, a compreensão e a estima entre judeus e cristãos;
- contribuir na divulgação do patrimônio que o cristianismo e a cultura ocidental receberam do judaísmo;
- divulgar o estudo da tradição judaica e mostrar o elo existente com a fé cristã e sua importância para a humanidade.

Este objetivo procura ser atingido por meio de cursos, conferências, sessões nacionais e internacionais, uma biblioteca especializada e grande documentação; publicação de uma revista "SIDIC", com edições em inglês e francês. Sua sede encontra-se em Roma, via del Plebiscito, 112.

Em nível continental, há no CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano) um departamento de Ecumenismo e Diálogo Religioso, com um setor de diálogo judeu-cristão.

No Brasil foi criada pela CNBB uma Comissão de Diálogo entre Judeus e Católicos, ligada ao setor de Ecumenismo e Diálogo Religioso, órgão da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP).

Também em nível nacional, mas sobretudo locais, podem-se relacionar os Conselhos de Fraternidade Cristão-judaica existentes no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo.

### **Ocasões de contatos para conhecimento**

1. Já fizemos referência às formaturas que, freqüentemente, procuram organizar um Culto Ecumênico com a participação de ministros religiosos representativos das crenças dos formandos.

2. Há momentos especiais de encontros formais ou informais entre representantes de comunidades religiosas, como, por exemplo:

- o cardeal Arns em visita à Congregação Israelita Paulista, CIP, e dirigindo sua palavra à comunidade;
- visitas de delegações judaicas ao cardeal Primaz, em Salvador;
- Rabino Roberto Graetz, do Rio de Janeiro, dirigindo-se à reunião dos bispos e assessores da CEP (26/10/83).

3. Aumenta o número de comunidades cristãs que, por ocasião da Páscoa, celebram a Ceia Pascal ou *Sêder* com um objetivo bíblico e pastoral: conhecer as tradições dos irmãos judeus e sua vivência litúrgica no *Sêder* Pascal.

4. Grupos de estudos organizados por congregações e centros de estudos judaicos abertos para

cristãos.

5. Grupos de estudantes e paroquianos que procuram, no contexto de Cursos Bíblicos ou Sessões de estudos, exposições e debates feitos por Rabinos ou membros da comunidade judaica, sobre sua liturgia, exegese, espiritualidade etc. São momentos privilegiados de troca, de esclarecimentos e de melhor conhecimento da origem e da experiência cristã, da Eucaristia, celebração da libertação e da formação da Igreja primitiva.

Para tanto são privilegiados os momentos das celebrações das festas, sobretudo da Páscoa, como já foi dito, mas também de Pentecostes com uma descoberta do sentido original tal como eram celebradas por Jesus Cristo, onde se encontra: vitalidade da Lei e da Aliança, fidelidade ao Deus Salvador e libertador, e onde se proclama sua bondade no dom da vida.

### **Objetivos para a sociedade**

A procura de meios para a superação de crises que assolam a sociedade, ou de meios para contribuir na reconstrução da nação, como em nossos dias, deve envolver e comprometer todas as camadas da população e todas as comunidades religiosas. A preocupação na procura dos valores correspondentes à construção do Reino de Deus é comum a cristãos e judeus; fraternidade, justiça, amor, liberdade, são fundamentais na Revelação bíblica e comuns aos crentes no Deus de Abraão e da Aliança:

O compromisso social e político das comunidades pode e deve se inspirar na Palavra de Deus.

A luta pela justiça, pela defesa dos direitos humanos, é um terreno comum a quem tem a mesma visão bíblica do homem.

A título de ilustração lembremos:

● Por ocasião da XII Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, quando um dos temas centrais era: Direitos do homem, num período conturbado da sociedade brasileira, em 1973, realizou-se um colóquio cristão-judaico sobre direitos humanos, promovido pelo Conselho de Fraternidade Cristã-judaica de São Paulo; os membros do Conselho foram recebidos pela Presidência da CNBB e levaram aos bispos uma posição de apoio em sua missão de defesa dos direitos humanos então menosprezados.

● Também por ocasião da morte, sob torturas, do jornalista judeu Vladimir Herzog, assim como do massacre dos desportistas israelenses nas Olimpíadas de Munique, foram realizadas celebrações religiosas em igrejas católicas, com participação de rabinos.

Estas atitudes não fazem parte de uma tática imediatista de conquista, mas estão ligadas a objetivos permanentes da sociedade: a construção, a partir da fraternidade, e a manutenção de uma sociedade assim construída, vigilante na prática da justiça, na defesa dos "órfãos e das viúvas", como o faziam os profetas.

Estas atitudes ocasionais, em situações que sempre podem voltar a ocorrer, visando à comunhão intensa entre as diversas comunidades não podem ser negligenciadas, e evitarão que se repitam holocaustos monstruosos e desumanos.

### **Formação nos cursos de Teologia e Catequese**

O Concílio Vaticano II demonstrou a importância dos estudos, sobretudo nos níveis da Teologia e da Catequese. O texto assinado pelo cardeal Willebrands, então presidente da Comissão, relembra que o judaísmo não terminou com a destruição do Templo, mas continuou como realidade viva, com grande produção que se encontra no *Talmud* e outros livros clássicos, onde exegese, espiritualidade

e liturgia se encontram.

Para que diversas idéias simplistas, e às vezes inexatas, criadoras de preconceitos, sejam abolidas, é importante que estes estudos sejam estimulados. Uma introdução ao judaísmo, como fonte e origem do cristianismo, é indispensável em qualquer escola de Teologia. Se a exegese cristã encontrou sua linha com grandes nomes como S. Jerônimo e os Padres da Igreja, a própria literatura de s. Justino nos mostra como eram freqüentes os contatos entre sábios cristãos e judeus (*Diálogo com o judeu Trifão*). E a exegese judia foi fazendo seu caminho, freqüentemente desconhecido pelos cristãos.

A Liturgia tem sua especial importância pois o quadro litúrgico cristão é essencialmente judaico, baseado nas festas como Páscoa e Pentecostes, e com suas celebrações com a Eucaristia e as bênçãos.

Aos poucos, formar-se-ão os especialistas também em nossa Igreja no Brasil. Mas é importante que estes estudos sejam fomentados nos Institutos de Estudos Religiosos, pois é a partir da pregação e das celebrações que podem ser evitados preconceitos, cujas conseqüências escapam às boas intenções.

Se o ideal é o estabelecimento de cursos sistemáticos, cadeiras de Teologia, de Bíblia etc., dada a carência de professores, podem-se organizar cursos intensivos, seminários, mesas redondas, contando-se com a colaboração de professores judeus e cristãos mais especializados; existem mesmo congregações religiosas que se propõem como objetivo o estudo e o diálogo com o judaísmo.

Para subsidiar estes cursos existe, em língua portuguesa, publicada por Editoras católicas, uma literatura especializada sobre judaísmo e o relacionamento da Igreja com o judaísmo.

Recomenda-se tanto aos estudiosos como aos professores, catequistas e agentes de pastoral, a busca destas publicações (ver *Bibliografia básica* anexa) bem como a sua divulgação entre os alunos, paroquianos e membros das comunidades.

Este material genuinamente brasileiro, preparado para incentivar o diálogo fraterno é, sem dúvida, mais um meio disponível e de fácil acesso destinado a favorecer a obtenção desses objetivos.

## **9. DOCUMENTOS OFICIAIS**

### **Vaticano**

#### **I. Declaração "Nostra Aetate" do Concílio Vaticano II sobre as relações da Igreja com as Religiões não-cristãs**

##### ***A Religião Judaica, n. 4***

Perscrutando o Mistério da Igreja, este Sacrossanto Concílio recorda o vínculo pelo qual o povo do Novo Testamento está espiritualmente ligado à estirpe de Abraão.

Pois a Igreja de Cristo reconhece que os primórdios da fé e de sua eleição já se encontram nos Patriarcas, em Moisés e nos Profetas, segundo o mistério salvífico de Deus. Confessa como todos os fiéis cristãos, filhos de Abraão, segundo a fé, estavam incluídos no chamamento do mesmo Patriarca e que a salvação da Igreja estava misteriosamente prefigurada no êxodo do povo eleito da terra da escravidão. Por isso não pode a Igreja esquecer que por meio daquele povo, com o qual em sua indizível misericórdia Deus se dignou estabelecer a Antiga Aliança, ela recebeu a Revelação do Antigo Testamento e se alimenta pela raiz de boa oliveira na qual, como ramos de zambujeiro, foram enxertados os povos. Pois crê a Igreja que Cristo, nossa Paz mediante a cruz, reconciliou os judeus e



os povos e a ambos unificou em si mesmo.

Tem a Igreja sempre ante os olhos as palavras do Apóstolo Paulo a respeito de seus consangüíneos 'de quem é a adoção dos filhos, a glória, a aliança, a legislação, o culto de Deus e as promessas, de quem são os Patriarcas e de quem descende segundo a carne o Cristo' (Rm 9,4-5), filho da Virgem Maria.

Lembremos também que do povo judeu nasceram os Apóstolos, fundamentos e colunas da Igreja, como igualmente muitos daqueles primeiros discípulos que anunciaram ao mundo o Evangelho de Cristo.

Testemunho é a Sagrada Escritura de que Jerusalém não conheceu o tempo de sua visitação e que os judeus em grande número não aceitaram o Evangelho, sendo que não poucos opuseram obstáculos à sua difusão. Segundo o Apóstolo, no entanto, os judeus ainda são amados por causa de seus pais, porque dos dons e da sua vocação Deus não se arrepende. Juntamente com os Profetas e o mesmo Apóstolo, a Igreja espera por aquele dia, só de Deus conhecido, em que todos os povos em uma só voz aclamarão o Senhor e 'se submeterão num mesmo espírito' (Sf 3,9).

Sendo pois tão grande o patrimônio espiritual comum aos cristãos e judeus, este Sacrossanto Concílio quer fomentar e recomendar, a ambas as partes, mútuo conhecimento e apreço. Poderá ele ser obtido principalmente pelos estudos bíblicos e diálogos fraternos.

Se bem que os principais dos judeus, com seus seguidores, insistiram na morte de Cristo, aquilo contudo que se perpetrou em sua Paixão não pode ser indistintamente imputado a todos os judeus que então viviam, nem aos de hoje. Embora a Igreja seja o novo povo de Deus, os judeus, no entanto, não devem ser apresentados nem como condenados por Deus, nem como amaldiçoados, como se isso decorresse das Sagradas Escrituras. Haja por isso cuidado, da parte de todos, para que, tanto na catequese como na pregação da Palavra de Deus, não se ensine algo que não se coadune com a verdade evangélica e com o espírito de Cristo.

Alem disso, a Igreja que reprovava toda perseguição contra qualquer homem, lembrada do comum patrimônio com os judeus, não por motivos políticos, mas impelida pelo santo amor evangélico, lamenta os ódios, as perseguições, as manifestações anti-semíticas, em qualquer tempo e por qualquer pessoa, dirigidos contra os judeus.

Do resto, a Igreja sempre teve e tem por bem ensinar que Cristo, por causa dos pecados de todos os homens, sofreu voluntariamente e por imenso amor se sujeitou à morte, para que todos conseguissem a salvação. Cabe pois à Igreja pregadora anunciar a cruz de Cristo como sinal do amor universal de Deus e fonte de toda a graça.

A Cruz de Cristo. – Por causa das perseguições bimilenares em países chamados cristãos a Cruz de Cristo se tornou para os judeus um sinal que provoca reação de temor e de amargura.

## **2. Orientações e sugestões para a aplicação da Declaração conciliar sobre as relações da Igreja com as Religiões não-cristãs ("Nostra Aetate" n. 4)**

Datada de 28 de outubro de 1965, a Declaração "Nostra Aetate" sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs, do Concílio do Vaticano II - n. 4 -, representa uma virada importante na história das relações entre judeus e católicos.

A iniciativa conciliar inscreveu-se, aliás, numa conjuntura profundamente modificada pela recordação das perseguições e das chacinas de judeus, que se verificaram na Europa imediatamente antes e durante a Segunda Guerra Mundial.

Embora o cristianismo tenha nascido no judaísmo e dele tenha recebido alguns elementos essenciais da sua fé e do seu culto, entre ambos cavou-se cada vez mais o abismo, de sorte que se chegou quase a uma incompreensão de parte a parte.

Após dois milênios, marcados muito freqüentemente por um ignorar-se e, não poucas vezes, por hostilidades, a Declaração "Nostra Aetate" proporcionava a ocasião para empreender ou para prosseguir um diálogo em vista a um melhor conhecimento recíproco. Durante os nove anos já transcorridos desde então, foram tomadas numerosas iniciativas em diversos países, as quais permitiram aquilatar melhor os condicionamentos em que podem ser entabuladas e desenvolver-se novas relações entre judeus e cristãos. Parece ter chegado o momento de apresentar, segundo as orientações do mesmo Concílio, algumas sugestões concretas, fruto da experiência, com a esperança de que elas possam servir para ajudar a tornarem-se realidade, na vida da Igreja, as intenções expostas pelo documento conciliar.

Sempre sobre a base deste mesmo documento, lembraremos aqui simplesmente os laços espirituais e as relações históricas que ligam a Igreja ao judaísmo, condenando como oposto ao próprio espírito do cristianismo todas as formas de anti-semitismo e de discriminação que a dignidade da pessoa humana, só por si, já seria bastante para condenar. E mais ainda; esses laços e relações impõem a obrigação de uma melhor compreensão recíproca e de uma estima mútua renovada. De maneira positiva, pois isso importa, em particular, que os cristãos procurem conhecer melhor as componentes fundamentais da tradição religiosa do judaísmo e alcançar o conhecimento daqueles traços essenciais pelos quais os mesmos judeus se definem a si mesmos na realidade vivida.

Na linha de tais considerações de princípio, nós proporemos apenas algumas primeiras aplicações práticas em diversos domínios essenciais da vida da Igreja, com o intuito de se instaurarem ou de se desenvolverem, de um modo sã, as relações entre os católicos e os seus irmãos judeus.

### **a) O Diálogo**

As relações entre judeus, e cristãos, na verdade, quando porventura as houve, quase não passaram, em geral, de um monólogo; importante, doravante, é que se chegue a estabelecer um verdadeiro diálogo.

O diálogo pressupõe sempre o desejo de se conhecer reciprocamente e de aprofundar tal conhecimento. Ele constitui, de fato, um meio privilegiado para favorecer um melhor conhecimento mútuo e, particularmente no caso do diálogo entre judeus e cristãos, para aprofundar mais as riquezas da própria tradição. É condição do diálogo, porém, o respeito da sua fé e das suas convicções religiosas.

Em virtude da sua missão divina, a Igreja, por sua natureza, deve anunciar Jesus Cristo ao mundo (Dec. "Ad Gentes", n. 2). A fim de evitar que o dar testemunho de Jesus Cristo se apresente aos judeus como uma agressão, os católicos hão de ter o cuidado de viver e anunciar a própria fé com o mais rigoroso respeito pela liberdade religiosa de outrem, conforme ela foi ensinada pelo mesmo Concílio Vaticano II (Declaração "Dignitatis Humanae"). Hão de eles esforçar-se igualmente por compreender as dificuldades que experimenta a alma judia, precisamente porque impregnada de uma noção muito elevada e muito pura de transcendência divina, perante o mistério do Verbo Encarnado.

Se é verdade que nesse domínio reina ainda um clima de suspeição muito difundido, causado por um passado deplorável, os cristãos, por seu turno, hão de saber reconhecer a sua parte de responsabilidade nisso e daí tirar as conseqüências práticas para o futuro.

Para além de colóquios fraternais, há de ser encorajado também o encontro entre pessoas competentes, com o fim de estudarem os múltiplos problemas ligados às convicções fundamentais

do judaísmo e do cristianismo. Uma grande abertura de espírito, um saber desconfiar dos próprios preconceitos e tato, são qualidades indispensáveis para não ferir, mesmo involuntariamente, os seus interlocutores.

Naquelas circunstâncias em que isso seja possível e desejável, de parte a parte, pode favorecer-se um encontro comum diante de Deus, na oração e na meditação silenciosa, tão eficaz para fazer brotar aquela humildade e aquela abertura de espírito e do coração necessária para o conhecimento profundo de si próprio e dos outros. Poder-se-á fazer isso em referência a grandes causas como as da justiça e da paz.

### **b) A Liturgia**

Ter-se-ão presentes os laços que existem entre a liturgia cristã e a liturgia judaica. A comunidade de vida no serviço de Deus e da humanidade, por amor do mesmo Deus, tal como este serviço se realiza na liturgia, caracteriza tanto a liturgia judaica como a cristã. Assim, para as relações judaico-cristãs, importa tomar conhecimento dos elementos comuns da vida litúrgica (fórmulas, ritos etc.) onde a Bíblia tem um lugar essencial.

Hão de ser envidados esforços para compreender melhor aquilo que, no Antigo Testamento, mantém um valor próprio e perpétuo (cf. Const. "Dei Verbum", nn. 14-15), não estando tal valor obliterado pela ulterior interpretação do Novo Testamento que lhe confere o seu significado pleno, ao mesmo tempo que, reciprocamente, aí encontra luz e explicação (cf. *ibid.*, n. 16). Isto é tanto mais importante, quanto é certo que a reforma litúrgica põe os cristãos cada vez mais assiduamente em contato com os textos do Antigo Testamento.

Nos comentários dos textos bíblicos, sem minimizar nunca os elementos originais do cristianismo, procurar-se-á pôr em relevo a continuidade da nossa fé com a Antiga Aliança, na linha das promessas. Nós acreditamos que estas se cumpriram já, quando da primeira vinda de Cristo; no entanto, não é menos verdade que nós estamos ainda na expectativa do seu perfeito cumprimento quando se der o retorno glorioso do mesmo Cristo no fim dos tempos.

Pelo que diz respeito às leituras litúrgicas há de ter-se o cuidado de dar na homilia uma interpretação exata às mesmas, sobretudo quando se tratar de passagens que pareçam colocar o povo judeu, como tal, sob uma luz desfavorável. E far-se-á diligência por instruir o povo cristão de tal maneira, que ele possa chegar a compreender todos os textos no seu verdadeiro sentido e no seu significado para o crente dos nossos dias.

As comissões encarregadas das traduções litúrgicas não de atender especialmente à maneira de verter para o vernáculo aquelas expressões e passagens que possam vir a ser entendidas de modo tendencioso por cristãos insuficientemente informados. É por demais evidente que nunca se pode mudar o texto bíblico; pode, contudo, ter-se o cuidado, numa tradução destinada ao uso litúrgico, de tornar-se explícita a significação de um texto, tendo para isso em consideração os estudos dos exegetas.

As observações que precedem aplicam-se igualmente às introduções às leituras bíblicas, bem como à 'Oração Universal' ('Oração dos Fiéis') e aos comentários inseridos nos missais destinados aos fiéis.

### **c) Ensino e educação**

Se bem que reste ainda um vasto trabalho a realizar, já se conseguiu nos últimos anos decorridos chegar a uma melhor compreensão do judaísmo em si mesmo e na sua relação com o cristianismo, graças aos ensinamentos da Igreja e aos estudos e investigações de pessoas versadas na matéria, bem como ao diálogo que já foi possível estabelecer. Aqui, neste ponto, merecem ser recordados os

dados seguintes:

- É o mesmo Deus, "inspirador e autor dos livros dos dois Testamentos" (Const. "Dei Verbum", n. 16), que fala na Antiga e na Nova Aliança.
- O judaísmo do tempo de Cristo e dos Apóstolos era uma realidade complexa, que englobava um mundo de tendências e de valores espirituais, religiosos, sociais e culturais.
- O Antigo Testamento e a tradição judaica baseada sobre este não devem ser opostos ao Novo Testamento, de tal maneira que pareçam apresentar apenas uma religião só da justiça, do temor e do legalismo, sem incluir o apelo ao amor de Deus e do próximo (cf. Dt 6,5; Lv 19,18; Mt 22,34-40).
- Jesus, assim como os seus Apóstolos e um grande número dos primeiros discípulos, nasceu do povo judeu. Ele próprio, ao revelar-se como Messias e Filho de Deus (cf. Mt 16,16) e como o portador de uma nova mensagem, a do Evangelho, apresentou-se como vindo para realizar e para completar a Revelação anterior. E muito embora o ensinamento de Cristo tenha um caráter de profunda novidade, ele apóia-se muitas vezes na doutrina do Antigo Testamento. O Novo Testamento é profundamente marcado pela sua relação com o Antigo. Como declarou o Concílio Vaticano II: "Deus, inspirador e autor dos livros dos dois Testamentos, dispôs tão sabiamente as coisas, que o Novo Testamento está latente no Antigo, e o Antigo está patente no Novo" (Const. "Dei Verbum", n. 16). Além disto, o mesmo Jesus adotou métodos de ensinar análogos aos dos rabis do seu tempo.
- Pelo que diz respeito ao processo e à morte de Jesus, o Concílio recordou que "aquilo que na sua paixão se perpetrou não pode ser imputado indistintamente a todos os judeus que então viviam, nem aos judeus do nosso tempo" (Decl. "Nostra Aetate", n. 4).
- A história do judaísmo não terminou com a destruição de Jerusalém, mas prosseguiu e foi cultivando uma tradição religiosa, cujo alcance - cremos nós - tendo-se tornado de significado profundamente diferente depois de Cristo, permanece todavia rico de valores religiosos.
- Com os profetas e o Apóstolo Paulo, "A Igreja espera por aquele dia só de Deus conhecido, em que todos os povos invocarão o Senhor com uma só voz e o servirão debaixo dum mesmo jugo" (Sf 3,9) (Decl. "Nostra Aetate" n. 4).

A informação respeitante a estas questões concerne a todos os níveis de ensino e de educação do cristão. Entre os meios de informação revestem-se de particular importância os que seguem: manuais de catequese - compêndios de história, meios de comunicação social (imprensa, rádio, cinema e televisão).

O uso eficaz destes meios pressupõe uma formação aprofundada dos professores e educadores, nas escolas normais, seminários e universidades.

Procurar-se-á estimular a investigação dos especialistas sobre estes problemas que dizem respeito ao judaísmo e às relações judaico-cristãs, em particular nos campos da exegese, da teologia, da história e da sociologia. Os institutos superiores católicos de investigação, se possível em ligação com outros institutos cristãos análogos, assim como os especialistas, são convidados a dar a sua contribuição para a solução de tais problemas. Onde isso for possível, criar-se-ão cadeiras de estudos judaicos e estimular-se-á a colaboração com os mestres judeus.

#### **d) Ação social em comum**

A tradição judaica e cristã, fundada na Palavra de Deus, reflete a noção consciente do valor da pessoa humana, imagem de Deus. O amor de um mesmo Deus deve traduzir-se numa ação efetiva em favor dos homens. No espírito dos profetas, judeus e cristãos, hão de colaborar de bom grado

nas diligências em prol da justiça social e da paz, em nível local, nacional e internacional.

Uma tal ação em comum pode favorecer também, em grande escala, um conhecimento e uma estima recíprocos.

### **Conclusão**

O Concílio Vaticano II indicou o caminho a seguir na promoção de uma fraternidade profunda entre judeus e cristãos. No entanto, resta ainda uma longa estrada a percorrer.

O problema das relações entre judeus e cristãos diz respeito à Igreja como tal, por isso mesmo que "ao perscrutar o seu próprio mistério", ela se encontra frente a frente com o mistério de Israel. Este tem, pois, toda a sua importância, mesmo naquelas regiões onde não existem comunidades judaicas. Este problema tem igualmente um aspecto ecumênico: o retorno dos cristãos às fontes e às origens da sua fé, enxertada na Antiga Aliança, contribui para a busca da unidade em Cristo, pedra angular.

Neste campo, poderão os bispos, dentro do enquadramento da disciplina geral da Igreja e da doutrina comumente professada pelo seu magistério, tomar as oportunas iniciativas pastorais. Assim, poderão, por exemplo, em nível nacional ou regional, criar comissões ou secretariados apropriados, ou nomear uma pessoa competente como encarregada de promover a atuação das diretrizes conciliares e das sugestões que ali são apresentadas.

No plano da Igreja Universal, o Santo Padre instituiu, por deliberação emanada a 22 de outubro de 1974, anexa ao Secretariado para a Unidade dos Cristãos esta Comissão para as relações religiosas com o judaísmo. Criada precisamente com o fim de promover e estimular as relações entre os judeus e católicos, em colaboração eventual com outros cristãos, esta Comissão Especial, dentro dos limites da sua competência, está à disposição de todos os organismos interessados, para lhes fornecer informações e para os ajudar a desempenharem-se da própria tarefa em conformidade com as diretrizes da Santa Sé. A Comissão deseja desenvolver tal colaboração, a fim de serem efetivamente postas em prática e com acerto as orientações do Concílio.

Dado em Roma, no dia 1º de dezembro de 1974.

*João, Cardeal Willebrands*  
Presidente da Comissão

*P. Pedro-Maria de Contenson, O.P.*  
Secretário

### **3. Notas para uma correta apresentação dos judeus e do judaísmo na pregação e na catequese da Igreja Católica**

#### **Considerações preliminares**

O papa João Paulo II dizia, a 6 de março de 1982, aos delegados das conferências episcopais e a outros peritos, reunidos em Roma, para estudar as relações entre a Igreja e o Judaísmo:

"...estais preocupados, durante vossa sessão, com o ensino católico e a catequese em relação aos judeus e ao judaísmo (...) Seria necessário conseguir que este ensino nos diferentes níveis de formação religiosa, na catequese dada às crianças e aos adolescentes, apresentasse os judeus e o judaísmo, não somente de maneira honesta e objetiva, sem nenhum preconceito e sem ofender a ninguém, mas também, e mais ainda, com uma viva consciência da herança comum a judeus e cristãos".

Neste texto de tão denso conteúdo, o Santo Padre inspirou-se visivelmente na Declaração Conciliar *Nostra Aetate*, n. 4, onde está escrito:

"Tenham todo cuidado na catequese e na pregação da Palavra de Deus de nada ensinar que não seja conforme à verdade do Evangelho e ao espírito de Cristo", bem como nas palavras : - "Por causa de um tão grande patrimônio espiritual, comum aos cristãos e judeus, o Concílio quer estimular e recomendar entre eles, o conhecimento e a estima mútua..."

Do mesmo modo, as orientações e sugestões para a aplicação da Declaração conciliar "*Nostra Aetate*", n. 4 terminam seu capítulo III, intitulado "Ensino e Educação", onde se enumera uma série de dados concretos a serem postos em prática - por esta recomendação:

"A informação a respeito destas questões refere-se a todos os níveis do ensino e da educação cristã.

Entre os meios de informação têm particular importância os que seguem:

- Manuais de Catequese;
- Livros de história;
- Meios de comunicação social (imprensa, rádio, cinema, televisão).

O uso eficaz destes meios pressupõe uma formação profunda dos professores e educadores, nas escolas normais, nos seminários e nas universidades", (AAS 77, 1975, p. 73)".

Os parágrafos que seguem se propõem responder a este fim.

## ***I. Ensino religioso e judaísmo***

1. Na Declaração "*Nostra Aetate*" n. 4, o Concílio fala do *laço que une espiritualmente cristãos e judeus* e do *grande patrimônio espiritual*, comum a uns e outros, e afirma ainda:

"a Igreja reconhece que a origem de sua fé e de sua eleição se encontra, segundo o desígnio de Deus, nos Patriarcas, em Moisés e nos Profetas".

2. Em razão destas relações únicas que existem entre o cristianismo e o judaísmo, "unidos ao nível de sua própria identidade" (João Paulo II, 6 de março de 1982), relações fundadas no desígnio do Deus da Aliança (ibid.), os judeus e o judaísmo não deveriam mais ocupar um lugar ocasional e marginal na catequese e na pregação, mas sua presença indispensável deve aí ser integrada, de modo orgânico.

3. Este interesse pelo judaísmo no ensino católico não tem apenas um fundamento histórico ou arqueológico. Como dizia o Santo Padre, no seu discurso já citado, e depois de ter novamente mencionado o *patrimônio comum* entre a Igreja e o Judaísmo, que é *considerável*:

- Fazer o inventário deste patrimônio em si mesmo, tendo, também, em conta a fé e a vida religiosa do povo judeu, *tais quais são professadas e vividas, ainda hoje* (o grifo é nosso), pode ajudar a melhor compreender certos aspectos da vida da Igreja. Trata-se, portanto, de uma preocupação pastoral para a realidade viva, em estreitas relações com a Igreja. O Santo Padre apresentou esta realidade permanente do povo judeu com uma notável fórmula teológica, na sua alocução aos representantes da Comunidade Judaica da Alemanha Federal, em Mogúncia, no dia 17 de novembro de 1980: "...o Povo de Deus da Antiga Aliança que jamais foi revogada..."

4. É preciso lembrar já aqui, o texto no qual as "Orientações e sugestões" procuraram definir a condição fundamental do diálogo: "*o respeito ao outro* tal e qual ele é, e *o conhecimento* (dos componentes fundamentais) da tradição religiosa do judaísmo..." e ainda a aprendizagem dos

"traços essenciais (pelos quais) os judeus se definem, eles mesmos na sua realidade religiosa vivida" (Intr.).

5. A singularidade e a dificuldade do ensino cristão referente aos judeus e ao judaísmo consistem sobretudo no fato de exigirem, ao mesmo tempo, os termos de vários pares, nos quais se exprime o relacionamento entre as duas economias do Antigo e do Novo Testamento:

- Promessa e realização,
  - Singularidade e universalidade,
  - Unidade e exemplaridade.

Importa que o teólogo ou o catequista que trata destes assuntos tenha o cuidado de mostrar na prática do seu ensinamento, o que segue:

- A promessa e sua realização se esclarecem mutuamente;
  - A novidade está na transformação do que era antes;
  - A singularidade do Povo do Antigo Testamento não é exclusiva e está aberta, na visão de Deus, a uma extensão universal;
  - A unicidade deste mesmo povo judeu é em vista de uma exemplaridade.

6. Finalmente, "neste campo, a imprecisão e a mediocridade prejudicariam grandemente o diálogo judeu-cristão" (João Paulo II, discurso de 6 de março de 1982). Mas, elas prejudicariam sobretudo, em se tratando de ensino e educação, à "própria identidade" cristã (ibid.).

7. "Em virtude de sua missão divina, a Igreja" que é "auxílio geral de salvação" e na qual somente se encontra "toda a plenitude dos meios de salvação" (Unitatis Redintegratio 3) "por natureza deve anunciar Jesus Cristo ao mundo" (Orientações e sugestões I). Com efeito, nós cremos que por ele vamos ao Pai (cf. Jo 14,6) e "a vida eterna consiste em que conheçam a ti, o Único Deus verdadeiro, e Jesus Cristo, teu Enviado" (Jo 17,3).

Jesus afirma (Jo 10,16) que "haverá um só rebanho e um só pastor". Igreja e Judaísmo não podem pois ser apresentados como dois caminhos paralelos de salvação. E a Igreja deve testemunhar o Cristo Redentor a todos, no mais rigoroso respeito à liberdade religiosa, tal como esta foi ensinada pelo Concílio Vaticano II (Declaração "Dignitatis Humanae") - (Orientações e sugestões I).

8. A urgência e a importância de um ensino preciso, objetivo e rigorosamente exato sobre o judaísmo, para nossos fiéis, se deduz também, do perigo de um anti-semitismo sempre em vias de reaparecer sob diferentes aspectos.

Não se trata apenas de desenraizar em nossos fiéis os restos de um anti-semitismo que se encontram ainda aqui e acolá, porém bem mais, suscitar neles, através deste esforço educativo, um conhecimento exato do "laço" (cf. "Nostra Aetate", n. 4) absolutamente único que, como Igreja nos religa aos judeus e ao judaísmo. Aprende-se assim a apreciá-los e a amá-los, eles que foram escolhidos por Deus, para preparar a vinda do Cristo e que conservaram tudo aquilo que lhes foi progressivamente revelado e dado, no decorrer desta preparação, apesar de sua dificuldade de nele reconhecer seu Messias.

## **II. Relações entre Antigo e Novo Testamento**

Continua-se a usar no texto a expressão Antigo Testamento porque ela é tradicional (cf. já 2Cor 3,14), também porque "Antigo" não significa "abolido" nem "ultrapassado". Em todo caso é o valor permanente do AT como fonte da Revelação cristã que se quer sublinhar aqui (cf. "Dei Verbum" 3).

1. Trata-se de apresentar a unidade da Revelação bíblica (AT e NT) e do plano divino, antes de falar

de cada um dos acontecimentos da história, para sublinhar que, cada acontecimento não tem sentido senão quando considerado dentro da totalidade desta história, da criação à plenitude. Esta história abrange todo o gênero humano e particularmente os homens de fé. É assim que o sentido definitivo da eleição de Israel não aparece senão à luz de sua realização total (Rm 9,11) e que a eleição em Jesus Cristo é ainda melhor compreendida em referência ao anúncio e à promessa (cf. Hb 4,1-11).

2. Trata-se de acontecimentos singulares concernentes a uma nação singular, mas que na visão de Deus que revela seu propósito, são destinados a receber um significado universal e exemplar.

Trata-se, além disto, de apresentar os acontecimentos do AT não como acontecimentos que dizem respeito apenas aos judeus, mas que se relacionam também a nós pessoalmente. Abraão é verdadeiramente o pai de nossa fé (cf. Rm 4,11-12; Cânon Rom.: patriarchae nostri Abrahæ). E foi dito (em 1Cor 10,1): "Nossos pais estiveram todos sob a nuvem, todos passaram através do mar". Os patriarcas e os profetas e outras personalidades do AT foram e serão sempre venerados como santos na tradição litúrgica da Igreja oriental, assim como na Igreja latina.

3. Da unidade do plano divino decorre o problema da ligação entre o AT e o NT. A Igreja, já nos tempos apostólicos (cf. 1Cor 10,11; Hb 10,1), e depois constantemente na sua tradição, resolveu este problema, sobretudo, por meio da tipologia, o que sublinha o valor primordial que o AT deve ter na visão cristã. Entretanto, a tipologia suscita entre muita gente mal-estar. E aí está, talvez, o indício de um problema não resolvido.

4. No uso, pois, da tipologia, da qual recebemos o ensinamento e a prática da Liturgia e dos Padres da Igreja, se terá cuidado em evitar toda transição do AT ao NT que seria considerada unicamente como uma ruptura. A Igreja, na espontaneidade do Espírito que a anima, condenou rigorosamente a atitude de Marcião

- personagem de tendência gnóstica do séc. II que rejeitava o AT, e uma parte do Novo, como obra de um deus mau, um demiurgo. A Igreja reagiu vigorosamente contra esta heresia (cf. Irineu) - e sempre se opôs a seu dualismo.

5. É importante também sublinhar que a interpretação tipológica consiste em ler o AT como preparação e, sob certos aspectos, esboço e anúncio do NT (cf., por exemplo, Hb 5,5-10 etc.). O Cristo é, desde então, a referência-chave das Escrituras: "O rochedo era o Cristo" (1Cor 10,4).

6. É verdade, portanto, e é preciso também sublinhá-lo, que a Igreja e os cristãos, lêem o AT à luz do acontecimento do Cristo, morto e ressuscitado. Sob esse título há uma leitura cristã do AT que não coincide, necessariamente, com a leitura judaica. Identidade cristã e identidade judaica devem assim ser cuidadosamente distintas na sua leitura respectiva da Bíblia. Mas isto nada tira do valor do AT na Igreja. Não impede, tampouco, que os cristãos possam, por sua vez, aproveitar com discernimento as tradições da leitura judaica.

7. A leitura tipológica não faz senão manifestar as insondáveis riquezas do AT, seu conteúdo inesgotável e o mistério do qual ele é pleno, e não deve fazer esquecer que ele guarda seu valor próprio de Revelação que o NT freqüentemente retomará (cf. Mc 12,29-31). Por outro lado o NT pode ser lido à luz do AT. A catequese cristã primitiva recorre a este processo constantemente (cf., por exemplo, 1Cor 5,6-8; 10,1-11).

8. A tipologia significa ainda caminhada para o cumprimento do plano divino quando "Deus será tudo em todos" (1Cor 15,28). Isto vale também para a Igreja que, já realizada no Cristo, nem por isso deixa de esperar sua perfeição definitiva como Corpo de Cristo. O fato de que o Corpo de Cristo tende ainda para sua estrutura perfeita (cf. Ef 4,12-13) nada tira do valor do ser cristão. Também a vocação dos patriarcas e o êxodo do Egito não perdem sua importância e valor próprios no plano de



Deus, pelo fato de serem ao mesmo tempo etapas intermediárias (cf., por exemplo, "Nostra Aetate" n. 4).

9. O êxodo, por exemplo, representa uma experiência de salvação e de libertação que não termina nela mesma, mas que traz em si, além de seu sentido próprio, a capacidade de se desenvolver ulteriormente. A salvação e a libertação estão já cumpridas em Cristo e se realizam gradualmente pelos sacramentos da Igreja. É assim que se prepara o cumprimento do plano de Deus que espera sua consumação definitiva com a volta de Jesus como Messias, pela qual rezamos cada dia. O Reino, por cujo advento também rezamos diariamente, será por fim instalado. Então a salvação e a libertação terão transformado no Cristo os eleitos e a totalidade da criação (cf. Rm 8,19-23).

10. Além disso, sublinhando a dimensão escatológica do cristianismo, se chega a maior conscientização de que, quando o povo de Deus da Antiga e da Nova Aliança considera o futuro, está tendendo para fins análogos: a vinda ou a volta do Messias – embora a partir de dois pontos de vista diferentes. E, se perceberá mais claramente que a pessoa do Messias, a respeito da qual o povo de Deus está dividido, é também um ponto de convergência para ele (cf. Subsídios para o Ecumenismo da Diocese de Roma n. 140). Pode-se dizer, assim, que judeus e cristãos se encontram numa esperança comparável, firmada na mesma promessa feita a Abraão (cf. Gn 12,1-3; Hb 6,13-18).

11. Atentos ao mesmo Deus que falou, presos à mesma palavra, temos a testemunhar uma mesma memória e uma esperança comum naquele que é o Mestre da história. Incumbe-nos assim tomar nossa responsabilidade de preparar o mundo para a verdade do Messias trabalhando juntos pela justiça social, o respeito pelos direitos da pessoa humana e das nações, para a reconciliação social e internacional. A isto somos impelidos, judeus e cristãos, pelo preceito do amor ao próximo e por uma esperança comum do Reino de Deus e pela grande herança dos Profetas. Transmitida bem cedo pela catequese, uma tal concepção educaria de maneira concreta, os jovens cristãos para encontros de cooperação com os judeus, ultrapassando o simples diálogo (cf. *Orientações*, IV).

### **III. Raízes judaicas do cristianismo**

12. Jesus era judeu e judeu permaneceu. Seu ministério foi voluntariamente restrito às "ovelhas perdidas da casa de Israel" (Mt 15,24). Jesus era inteiramente um homem do seu tempo e do seu meio judeu palestinese do século I, de que partilhou as angústias e esperanças. Isto sublinha a realidade da Encarnação e o sentido profundo da História da Salvação, como nos foi revelado na Bíblia (cf. Rm 1,3-4; Gl 4,4-5).

13. As ligações de Jesus com a lei bíblica e suas interpretações mais ou menos tradicionais são, sem dúvida, complexas e ele deu provas de uma grande liberdade a respeito delas (cf. as antíteses do Sermão da Montanha: Mt 5,21-48, levando-se em conta as dificuldades exegéticas; atitude de Jesus em face da observância rigorosa do *Shabbat*: Mc 3,1-6 etc.).

Mas, não há dúvida de que ele quer se submeter à Lei (cf. Gl 4,4), que ele foi circuncidado e apresentado ao Templo como qualquer outro judeu de sua época (cf. Lc 2,21.22-24) e que ele foi formado para observá-la. Jesus respeitava a Lei (cf. Mt 5,17-20) e convidava a obedecer-lhe (cf. Mt 8,4). O ritmo de sua vida era marcado pela observância das peregrinações por ocasião das grandes festas, desde a infância (cf. Lc 2,41-50; Jo 2,13-17, etc.). Já se observou, muitas vezes, a importância do ciclo das festas judaicas no Evangelho de João (cf. 2,13; 5,1; 7,2.10.37; 10,22; 11,55; 12,1; 13,1; 18,28; 19,31; etc.).

14. Importa notar também que Jesus ensina freqüentemente nas sinagogas (cf. Mt 4,23; 9,35; Lc 4,15-18; Jo 18,20 etc.) e no Templo (cf. Jo 18,20 etc.) que ele freqüentava como também seus discípulos mesmo depois da Ressurreição (cf., por exemplo, At 2,46; 3,1; 21,26; etc.). Jesus quis inserir no contexto do culto na sinagoga o anúncio de sua messianidade (cf. Lc 4,16-21). Jesus quis sobretudo realizar o ato supremo do dom de si no quadro da liturgia doméstica da Páscoa, ou pelo

menos, no quadro da festividade pascal (cf. Mc 14,1.12 e passim; Jo 18,28). Estes dados permitem-nos compreender melhor o caráter de "memorial" da Eucaristia.

15. Assim, o Filho de Deus se encarnou num povo e numa família humana (cf. Gl 4,4; Rm 9,5). Isto não diminui em nada, pelo contrário, o fato de ter ele nascido por todos os homens (ao redor de seu berço, vemos pastores judeus e magos pagãos - cf. Lc 2,8-20; Mt 2,1-12), e ter morrido por todos (ao pé da cruz encontramos ainda judeus, Maria e João - Jo 19,25-27, e pagãos como o centurião - Mc 15,39 e passim). E assim ele fez de dois povos um na sua carne (cf. Ef 2,14-17). Por aí se explica como com a *Ecclesia ex gentibus* houve, na Palestina e fora, uma *Ecclesia ex circumcissione* de que fala, por exemplo, Eusébio (H. E. IV, 5).

16. Seus contatos com os fariseus não foram nem sempre nem totalmente polêmicos. São numerosos os exemplos:

- São fariseus que previnem Jesus contra o perigo que ele corre (Lc 13,31);
- Fariseus são elogiados por Jesus como o "escriba" de Mc 12,34;
- Jesus come com fariseus (Lc 7,36; 14,1).

17. Jesus partilha doutrinas farisaicas com a maioria dos judeus palestinos de então, por exemplo: a ressurreição dos corpos; as formas de piedade: esmola, oração, jejum (cf. Mt 6,1-18) e o hábito litúrgico de se dirigir a Deus como Pai; a prioridade do mandamento do amor de Deus e do próximo (cf. Mc 12,28-34). O mesmo se dá com Paulo (cf., por exemplo, At 23,8) que sempre teve como título de glória sua pertença ao grupo dos fariseus (cf. At 23,6; 26,5; Fl 3,5).

18. Paulo, também, como aliás o próprio Jesus, utilizou métodos de leitura e de interpretação da Escritura e de ensino aos discípulos, comuns aos fariseus de seu tempo. É o caso do uso das parábolas no ministério de Jesus, como também do método de Jesus e Paulo apoiando uma conclusão numa citação da Escritura.

19. É preciso ainda notar que os fariseus não são mencionados nos relatos da Paixão. Gamaliel I (cf. At 5,34-39) toma a defesa dos Apóstolos em uma reunião do Sinédrio. Uma apresentação exclusivamente negativa dos fariseus corre o risco de ser inexata e injusta (cf. *Orientações*, nota I; cf. AAS, loc. cit. p. 76). E se há nos evangelhos e em outros livros do NT toda espécie de referências desfavoráveis aos fariseus, é preciso vê-las contra o pano de fundo de um movimento complexo e diversificado. As críticas contra diferentes tipos de fariseus não faltam aliás nas fontes rabínicas (cf. *Talmud* de Babilônia, Tratado *Sotah*, 22b etc.). O "farisaísmo", no sentido pejorativo, pode ser encontrado em qualquer religião. Pode-se também sublinhar que, se Jesus se mostrou severo com os fariseus é porque ele sentiu maior proximidade com eles, do que com outros grupos judeus contemporâneos (cf. supra n. 17).

20. Tudo isto deveria ajudar a melhor compreender a afirmação de São Paulo (Rm 11,16ss.) sobre a "raiz" e os "ramos". A Igreja e o cristianismo, em toda a sua novidade, encontram sua origem no meio judaico do século I de nossa era, e mais profundamente ainda no "desígnio de Deus" ("*Nostra Aetate*", n. 4), realizado nos Patriarcas, Moisés e os Profetas (ibid.) até sua consumação em Jesus Cristo.

#### **IV. Os judeus no Novo Testamento**

21. As "*Orientações*..." já diziam (nota I) que "a fórmula *os judeus* em São João designa, às vezes, segundo os contextos, os chefes dos judeus ou os adversários de Jesus, expressões que traduzem o pensamento do evangelista e evitam parecer pôr em causa o povo judeu como tal". Uma apresentação objetiva do papel do povo judeu no NT deve levar em consideração os seguintes dados:

A. Os evangelhos são o fruto de um trabalho redacional longo e complicado. A Constituição dogmática "Dei Verbum", seguindo a Instrução "Sancta Mater Ecclesia" da Pontifícia Comissão Bíblica, distingue três etapas: "Os autores sagrados compuseram os quatro Evangelhos escolhendo certas coisas das muitas, transmitidas ou oralmente ou já por escrito, fazendo síntese de outras, ou expondo-as de acordo com a situação das Igrejas, guardando, enfim, a forma de proclamação, com o intuito de assim nos comunicar sempre coisas verdadeiras e autênticas relativas a Jesus" (n. 19).

Não se pode excluir que certas referências hostis ou pouco favoráveis aos judeus tenham como contexto histórico os conflitos entre a Igreja nascente e a comunidade judaica. Certas polêmicas refletem condições de relacionamento entre judeus e cristãos, bastante posteriores a Jesus.

Esta constatação é capital quando se deseja explicitar melhor o sentido de certas passagens do Evangelho para os cristãos de hoje.

É preciso levar em consideração tudo isto quando se prepara o catecismo e as homilias para as últimas semanas da Quaresma e da Semana Santa (cf. já 'Orientações' II, e agora 'Subsídios para o ecumenismo da Diocese de Roma', 1982, 144b).

B. É claro, por outra parte, que houve conflito entre Jesus e certas categorias de judeus de seu tempo, entre estes certamente os fariseus, e isto desde o começo de seu ministério (cf. Mc 2,1-11.15-24; 3,6; etc.).

C. Além disso, há o fato doloroso que a maioria do povo judeu e suas autoridades não acreditaram em Jesus, fato que não é apenas histórico, mas que tem um alcance teológico, do qual são Paulo se esforça por desvendar o sentido (Rm cap. 9-11).

D. Este fato, acentuado na medida e na proporção em que a missão cristã se desenvolvia, sobretudo entre os pagãos, levou a uma ruptura inevitável entre o Judaísmo e a jovem Igreja, então irredutivelmente separados e divergentes no plano mesmo da fé. Esta situação se reflete na redação dos textos do NT e em particular dos evangelhos. Não é questão de diminuir ou dissimular esta ruptura, o que apenas prejudicaria a identidade de uns e outros. Contudo: ela não suprime o "laço" espiritual de que fala o Concílio ("Nostra Aetate", n. 4). Propõe-se aqui elaborar algumas dimensões deste "laço".

E. Refletindo sobre este fato, à luz da Escritura, especialmente dos capítulos citados da Carta aos Romanos, os cristãos não devem jamais esquecer que a fé é dom de Deus (cf. Rm 9,12) e que não se julga a consciência de outrem. A exortação de são Paulo para ninguém se "orgulhar" (Rm 11,18) com relação à "raiz" (ibidem) toma aqui todo o seu relevo.

F. Não se pode colocar no mesmo plano os judeus que conheceram a Jesus e não creram nele, ou que se opuseram à pregação dos Apóstolos, e os judeus que vieram depois e os de hoje. Se a responsabilidade daqueles na sua atitude para com Jesus permanece um mistério de Deus (cf. Rm 11,25), estes estão em situação inteiramente diferente.

O Concílio Vaticano II (Declaração "Dignitatis Humanae" sobre a liberdade religiosa) ensina que "todos os homens devem ser imunes de qualquer coação (...) de tal sorte que em assuntos religiosos a ninguém se obrigue a agir contra a própria consciência, nem se impeça de agir (...) de acordo com ela..." (n. 2). Esta é uma das bases sobre as quais se apóia o diálogo judeu-cristão, preconizado pelo Concílio.

22. A questão delicada da responsabilidade da morte de Cristo deve ser vista dentro da ótica da Declaração conciliar "Nostra Aetate" n. 4 e das "Orientações e sugestões" (§ III).

"O que foi cometido durante a Paixão não pode ser imputado nem indistintamente a todos os judeus

daquela época, nem aos de hoje" ainda que "autoridades judaicas com seus adeptos tenham forçado a morte de Cristo". E ainda: "O Cristo, em virtude de seu imenso amor, submeteu-se voluntariamente à paixão e morte, por causa dos pecados de todos os homens e para que todos os homens alcancem a salvação", ("Nostra Aetate", n. 4). O Catecismo do Concílio de Trento ensina, além disso, que os cristãos pecadores são mais culpados da morte do Cristo do que os poucos judeus que nela tomaram parte. Estes, na verdade "não sabiam o que estavam fazendo" (Lc 23,34), enquanto nós o sabemos e muito bem (Pars I, caput V, Quaest. XI).

Na mesma linha e pela mesma razão, "os judeus não podem ser apresentados como condenados por Deus nem como amaldiçoados, como se isto decorresse da Sagrada Escritura" ("Nostra Aetate", n. 4), muito embora seja exato que "a Igreja é o novo Povo de Deus" (ibid.).

## **V. A liturgia**

23. Judeus e cristãos fazem da Bíblia a substância de sua liturgia: para a proclamação da Palavra de Deus, a resposta a esta Palavra, a oração de louvor e de intercessão pelos vivos e mortos e o apelo à misericórdia divina. A liturgia da Palavra, na sua estrutura própria, tem origem no judaísmo. A Liturgia das Horas e outros textos e formulários litúrgicos têm seus paralelos no judaísmo, inclusive as fórmulas de nossas orações mais veneráveis, como o Pai-nosso. As orações eucarísticas igualmente se inspiram em modelos de tradição judaica. Como o diz João Paulo II (alocução de 6 de maio de 1982): "A fé e a vida religiosa do povo judeu, tais como são professadas e vividas ainda hoje, (podem) ajudar a compreender melhor certos aspectos da vida da Igreja. É o caso da liturgia...".

24. Isto é particularmente visível nas grandes festas do ano litúrgico, como a Páscoa. Cristãos e judeus celebram a Páscoa: Páscoa da história voltada para o futuro entre os judeus; Páscoa já realizada na morte e na ressurreição do Cristo, para os cristãos, embora sempre à espera da consumação definitiva (cf. supra 9). É ainda o "memorial" que nos vem da tradição judaica, com um conteúdo específico, diferente em cada caso. Há, por conseguinte, de parte a parte, dinamismo semelhante; para os cristãos ele dá sentido à celebração eucarística (cf. antífona "O Sacrum Convivium"), celebração pascal e, como tal, atualização do passado, vivida, porém, na espera "até que ele venha" (1Cor 11,26).

## **VI. Judaísmo e cristianismo na história**

25. A história de Israel não acaba no ano 70 (cf. Orientações II). Ela continuou em particular em uma numerosa Diáspora que permitiu Israel levar ao mundo inteiro o testemunho – muitas vezes heróico – de sua fidelidade ao Deus único, e de "exaltá-lo diante de todos os viventes" (Tb 13,4) conservando a lembrança da terra de seus antepassados no mais profundo de suas esperanças (*Seder pascal*).

Os cristãos são convidados a compreender este laço religioso que mergulha suas raízes na tradição bíblica, sem por isso fazer sua uma interpretação religiosa particular desta relação (cf. Declaração da Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos, 20 de novembro de 1975). No que se refere à existência do Estado de Israel e suas opções políticas, estas devem ser consideradas sob uma ótica que em si não é religiosa, mas se referem aos princípios comuns do direito internacional.

A permanência de Israel (quando tantos povos antigos desapareceram sem deixar traços) é um fato histórico e um sinal a ser interpretado no plano de Deus. É preciso no entanto se desvencilhar da concepção tradicional de povo *punido* conservado como *argumento vivo* para a apologética cristã. Ele permanece o povo escolhido, a "boa oliveira, na qual foram enxertados os ramos da oliveira selvagem que são os gentios" (João Paulo II, 6 de março de 1982, com alusão a Rm 11,17-24). É bom lembrar o quanto foi negativo o balanço das relações entre judeus e cristãos durante dois milênios. E sublinhar o quanto esta permanência de Israel se acompanha de uma criatividade espiritual contínua

no período rabínico, na Idade Média, e no período moderno, a partir de um patrimônio que nos foi comum por muito tempo, de modo que, "a fé e a vida religiosa do povo judeu como são vividas ainda hoje (podem) ajudar a melhor compreender certos aspectos da vida da Igreja" (João Paulo II, 6 de março de 1982). A catequese deveria, por outra parte, ajudar a compreender o significado que tem, para os judeus, sua exterminação durante os anos 1939-1945 e suas conseqüências.

26. A educação e a catequese devem se ocupar do problema do racismo, sempre ativo em suas diferentes formas de anti-semitismo. O Concílio o apresentou assim: "Além disso, a Igreja não pode esquecer o patrimônio que ela tem em comum com os judeus, e, impelida, não por motivos políticos, mas pela caridade religiosa do Evangelho, deplora os ódios, as perseguições e todas as manifestações de anti-semitismo, quaisquer que sejam a época e os seus autores, dirigidas contra os judeus" ("Nostra Aetate", n. 4). E as "Orientações" comentam: "Os elos espirituais e as relações históricas que prendem a Igreja ao Judaísmo, condenam como oposto ao próprio espírito do cristianismo toda forma de anti-semitismo e de discriminação que, aliás, a dignidade da pessoa humana, por si só, basta para condenar" (Orientações, preâmbulo).

## **VII. Conclusão**

27. O ensino religioso, a catequese, a pregação devem preparar não somente para a objetividade, a justiça e a tolerância, mas também para a compreensão e o diálogo. Nossas duas tradições são tão próximas que não se podem ignorar. É preciso estimular um conhecimento mútuo em todos os níveis. Constata-se, em particular uma dolorosa ignorância da história e das tradições do judaísmo, do qual apenas os aspectos negativos e, muitas vezes, caricaturais parecem fazer parte da bagagem comum de muitos cristãos. É isto que estas notas gostariam de remediar. Assim, o texto do Concílio e as "Orientações" serão mais fácil e fielmente postos em prática.

(Maio de 1985)

*Johannes Card. Willebrands – Presidente*  
*Pierre Duprey – Vice-Presidente*  
*Jorge Mejia – Secretário*

## **CELAM**

**Encontro Católico-judeu** em Bogotá, 19 a 21 de agosto de 1985

### **Conclusões**

Refletindo sobre diversos aspectos do Diálogo e sobre os progressos realizados após 20 anos da "Nostra Aetate", e depois de nos termos redescoberto como irmãos, com nossas diferenças e nossos elementos comuns, refletimos também sobre o trabalho a prosseguir.

Eis os pontos que mais nos interessaram e que devem marcar as prioridades de trabalho, em nossos futuros diálogos.

### **1. Princípios básicos**

Neste encontro foram reafirmados os princípios básicos de nossas relações:

- Caminhamos na busca do sentido atual de nossa fé.
- As duas comunidades, cristã e judaica, têm uma missão divina, tanto na ordem religiosa como na social.

- A Revelação que nos é comum tem um conteúdo moral e exige de nós uma resposta atual a partir da própria vida de crentes.
- Queremos tornar mais evidente e palpável nossa visão comum bíblica do homem em sua relação com Deus e com os irmãos, ultrapassando os aspectos secularizados do ambiente em que se encontram católicos e judeus. Por isso, reafirmamos a dignidade de qualquer pessoa ou grupo, considerando essa dignidade o fundamento indispensável para a defesa dos direitos humanos.
- É de capital importância o reconhecimento do outro em sua alteridade, no respeito mútuo de nossas diferenças e na preservação de nossas respectivas identidades. Para tanto, exige-se verdade e sinceridade no diálogo.
- Reconhecemos a necessidade de um mútuo apoio entre judeus e católicos, sobretudo nos momentos difíceis.

## **2. Urgências**

Precisamos refletir juntos de modo profundo sobre estes assuntos que nos parecem fundamentais para nossas duas comunidades em diálogo:

- Primeiramente, nossa fé comum no Deus Onipotente.  
O mundo secular de hoje não pode esquecer sua presença. Ante a crise profunda e geral de nosso continente é necessário voltar nossos esforços para a conversão do coração humano. Que as autoridades religiosas, católicas e judaicas, e cada um de seus membros se proponham resgatar os valores morais e éticos e iniciar uma campanha de moralização da América Latina.
- A missão do povo judeu hoje (teologia do povo judeu) independe da vinda de Jesus e do acontecimento Jesus.
- Considerar o problema da salvação do ponto de vista dos judeus e dos católicos, para os quais o único salvador é Jesus.

## **3. Realidade de nossas desconfianças**

### **a) Da parte cristã**

- Na prática, em muitos lugares, a pregação e o ensino católico continuam com a mentalidade pré-conciliar, atribuindo o deicídio indiscriminadamente a todos os judeus e considerando a dispersão dos judeus um castigo divino, conceitos estes já superados pelos pronunciamentos de Vaticano II, sobretudo a "Nostra Aetate".
- Nesse sentido, vários preconceitos ainda perduram, como o desprezo pela palavra judeu, preferindo usar o termo hebreu. Identifica-se o judeu com o FMI, com as finanças internacionais e com o norte-americano que oprime o latino-americano.
- Do mesmo modo se equipara o sionismo ao racismo e se afirma que o povo judeu busca o poder para dominar o mundo. É a chamada conspiração judaica.
- Entre os católicos não há uma posição clara e definida sobre o significado da terra e do Estado de Israel para os judeus. Sendo de capital importância, tanto para os judeus que habitam Israel como para os que vivem na Diáspora, é tema básico para o diálogo.
- Os judeus são muitas vezes excluídos de certas organizações e atividades não-judaicas.

### **b) Da parte judaica**

- Ainda existe entre os judeus uma certa reserva com relação ao diálogo que poderia levar à conversão, consequência do proselitismo cristão.
- A nova atitude da Igreja é vista com desconfiança. Prevaecem temores e lembranças de épocas passadas, o que dificulta a participação da comunidade judaica em atividades de diálogo.
- Frequentemente os judeus se isolam e participam pouco das atividades sociais em seus próprios países.

#### **4. O diálogo**

- É o principal caminho para se vencer os preconceitos, é a melhor maneira de se conhecer, de escutar e de adotar novas atitudes de respeito para com o outro.
- As relações humanas e o intercâmbio pessoal são básicos no diálogo, fundamentam a amizade e derrubam barreiras e preconceitos que nos separam.

##### **a) Níveis**

- Em nível nacional, como na reunião anual dos bispos de cada país, através de comissões episcopais ou em reuniões ecumênicas.
- Nas reuniões de tipo ecumênico com outros pastores cristãos que podem favorecer a aproximação, é importante a participação de rabinos para partilhar em clima de diálogo, de muitos aspectos comuns: a oração, a vida espiritual, o serviço social.
- Para incentivar o conhecimento e a mútua comunicação, seria necessário estabelecer grupos ecumênicos ou nacionais, comissões mistas católico-judaicas que se reuniriam periodicamente a fim de promover e intensificar as comunicações e o diálogo.
- As fraternidades cristão-judaicas são o ambiente ideal para refletir sobre assuntos de interesse comum. Convém, portanto, fortalecê-las, apoiá-las, onde já existem, e criá-las onde seja necessário.

##### **b) Áreas**

###### **● Educação**

- Inserir, nos respectivos currículos educativos, temas sobre religião judaica e religião cristã, tanto para as escolas judaicas como para as católicas. Para isso, elaborar e fornecer material adequado e didático.
- Para um mútuo conhecimento é importante a difusão de documentos, de temas e de problemáticas comuns, aproveitando-se os periódicos, revistas e outros. É um meio também de tornar mais conhecidas as atividades importantes que se realizam no interior das comunidades católica e judaica. Para os cristãos é fonte de enriquecimento e reflexão que se vem fazendo a partir das Sagradas Escrituras.
- Quanto à linguagem, é necessário suprimir palavras pejorativas no vocabulário católico, nos dicionários, nas publicações em geral e nas notas explicativas da Bíblia. Nesse caso, deve-se estudar uma maneira de narrar os acontecimentos do Novo Testamento, respeitando a verdade.
- Os católicos devem conhecer a situação real dos judeus, de seus grupos, de sua maneira de viver, e as obras sociais que eles realizam em diversos campos de nossa realidade cultural latino-americana.
- Os judeus, por sua vez, devem conhecer melhor a situação dos cristãos para não confundir o termo católico com outras denominações cristãs, com algumas das quais já tiveram atritos.

###### **● Área religiosa**

- Muito se pode fazer neste campo. Nossas liturgias e celebrações nos oferecem riquezas que podemos aproveitar num intercâmbio de mútuo serviço. As cerimônias, a oração, os encontros de tipo espiritual, as conferências, as reflexões sobre a Bíblia, a doutrina da *Toráh*. Celebrações conjuntas da Palavra de Deus em sinagogas e igrejas, assim como reflexões sobre o Holocausto, festas e outras atividades.

###### **● Área social**

- Considerando a realidade dos problemas sociais dos países latino-americanos, as comunidades têm excelente via de cooperação. Estabelecer pontes e serviços que ajudem a solução dos problemas. Por exemplo, um comércio mais justo, a promoção de desenvolvimento agrícola e

industrial, um serviço prestado por peritos israelitas e norte-americanos, como ajuda aos que solicitarem.

- Além deste intercâmbio, há outros tipos como: atividades intercolégiais, esportes, teatro, música, arte etc.

### ● **Família**

- A doutrina teológica e espiritual que nos é comum pode nos servir de base para uma cooperação em vários níveis. No social: encontros amistosos de conhecimento mútuo, ceias, visitas etc...

- Temas que merecem ser tratados são igualmente as perspectivas teológicas, a problemática familiar, a grande riqueza espiritual comum e a responsabilidade que ambos têm em relação ao mundo de hoje.

## **5. Atividades**

- Antes de tudo, trata-se de um aprimoramento espiritual de nossas respectivas comunidades. Que cada um cresça em "Espírito e em Verdade".

- Difusão nas comunidades dos diversos documentos que são publicados e pelos meios ao nosso alcance para um intercâmbio de documentos do Vaticano e dos estudos sobre o tema do diálogo.

- Publicação de um texto que contenha todos os documentos do Vaticano II e os posteriores, em relação aos judeus, assim como os documentos de algumas conferências episcopais.

- Incentivar o conhecimento e o estudo desses documentos, tanto por católicos como por judeus: Sacerdotes, Religiosos, Rabinos e membros das duas comunidades mediante diversos encontros.

- O fato de a comunidade judaica não ter documentos oficiais não impede a elaboração de algum material básico que sirva às comunidades locais, como já se vem fazendo nos Estados Unidos. Seria um material para facilitar o encontro, o diálogo e o mútuo conhecimento. Portanto é importante promover:

- Jornadas de estudo e oração.

- Encontros em diferentes níveis: catequese, teologia, educação etc...

- Maior participação comum de pessoas e instituições em tarefas sociais.

- Reconhecimento mútuo do conteúdo e dos valores de nossas liturgias.

- Trabalho intensivo através dos respectivos currículos para a formação religiosa em todos os níveis: escolas, colégios, seminários, universidades etc...

## **6. Documentos básicos**

- *Declaração "Nostra Aetate"* n. 4, do Concílio Vaticano II, de 1965.

- *Orientações e Sugestões para a aplicação do n. 4 da "Nostra Aetate"*, 1975.

- *Normas para uma correta apresentação dos judeus no ensino católico*, 1985, e o que foi assumido pelo *Documento de Puebla*, nn. 1103, 1110, 1116, 1123.

- Embora os judeus não tenham o mesmo tipo de documentos, nem organismos que os publiquem no estilo católico, que os Institutos e Organizações comunitárias judias que se ocupam das relações cristão-judaicas em vários países e em vários níveis, elaborem um material que sirva como motivação e fundamentem o diálogo entre a comunidade judaica e apresentem seus pontos de vista aos católicos. Nestes casos, a Bíblia judaica e algumas reflexões de sábios judeus a respeito, são de grande utilidade.

## **BRASIL**

### **I. Orientações para os católicos no relacionamento com os judeus no Brasil**

Estas Orientações foram elaboradas pela Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico-judaica, a pedido da CNBB. Foram examinadas na CEP de 26 de outubro de 1983. Nesta mesma ocasião a CEP



aprovou a sua publicação para o conhecimento e uso das igrejas locais no seu diálogo com a comunidade judaica.

1. A tomada de consciência das fontes e da história do judaísmo e do cristianismo, após quase vinte séculos de coexistência, especialmente marcados pelos acontecimentos que na Europa antecederam de perto e acompanharam a Segunda Guerra Mundial, evidencia a necessidade de aproximação entre judeus e cristãos. Esta aproximação há de consistir em diálogo inspirado por sadio desejo de conhecimento recíproco e mútua compreensão.

2. Condição indispensável para o diálogo é, da parte dos católicos, o reconhecimento da consciência que os judeus têm de ser um povo inconfundivelmente definido por elementos religiosos e étnicos.

3. O primeiro elemento constitutivo do povo judeu é a sua religião, que aos fiéis católicos não é lícito considerar simplesmente como uma das religiões que existem atualmente na terra. Na verdade, foi através do povo judeu que na história da humanidade se implantou a fé no Deus único ou monoteísmo.

4. Note-se outrossim que, segundo a Revelação bíblica, foi Deus mesmo quem constituiu o povo hebreu; o Senhor educou-o após ter selado com ele uma aliança (cf. Gn 17,7; Ex 24,1-8). Ao povo judeu devem-se os cinco livros da Lei, os Profetas e os demais livros sagrados que completam as Escrituras israelitas e que os cristãos adotam como parte integrante da Bíblia.

5. Não se pode considerar o judaísmo como realidade meramente social e histórica ou como relíquia de um passado já concluído, mas faz-se mister levar em conta a vitalidade do povo judeu, persistente através dos séculos, até hoje. São Paulo afirma que Israel tem o zelo de Deus (cf. Rm 10,2); Deus não repudia o seu povo (cf. Rm 11,1s); nem retira a bênção que outorgou ao povo eleito (cf. Rm 11,28s.). Ensina que os gentios, qual oliveira selvagem, foram enxertados na oliveira de escol que é Israel (cf. Rm 11,16-19); Israel continua a desempenhar um papel importante na história da salvação, papel que redundará na consumação do plano de Deus (cf. Rm 11,11-15.23).

6. Onde se vê quão condenável é qualquer tipo de anti-semitismo: seja banido da linguagem cristã todo adjetivo ou toda expressão depreciativa referente ao povo de Israel, como também sejam profligadas todas as campanhas de violência física ou moral contra os israelitas. O povo judeu não pode ser tido como deícida; o fato de facções judaicas terem pedido a morte de Jesus diante de Pilatos não implica nódoa para o povo judeu como tal. A causa da morte de Cristo, em última instância, há de ser procurada nos pecados da humanidade em geral. Ademais o amor cristão, que é extensivo a todos os homens sem distinção para poder imitar o amor do Pai celeste (cf. Mt 5,44-48), há de abraçar o povo judeu e procurar compreender sua história e seus anseios.

7. De modo especial, a catequese e a Liturgia evitarão juízos desfavoráveis a respeito dos judeus. É para desejar que tanto os cursos de formação doutrinária católica como as celebrações litúrgicas ponham em relevo os elementos comuns a judeus e cristãos. Assim, por exemplo, é preciso lembrar que o Novo Testamento é ininteligível sem o Antigo Testamento; as festas cristãs de Páscoa, Pentecostes e as orações da Liturgia, especialmente os Salmos, têm a sua origem na tradição judaica.

8. Não se estabeleça contraste entre judaísmo e cristianismo como se, por exemplo, aquele professasse a Religião do temor, ao passo que este a Religião do amor. Na verdade, encontra-se nos escritos sagrados de Israel a origem das expressões do grande amor entre Deus e os homens, cf. Dt 6,4s; 16-9; Sl 73 e 139; Os 11; Jr 31,2s.19-22; 33,6-9.

9. Aliás, convém lembrar que o Senhor Jesus, sua mãe Santíssima, os Apóstolos e as primeiras comunidades cristãs foram da estirpe de Abraão. O cristianismo se radica, pois, na linhagem de Israel.

10. Quanto à terra de Israel, faz-se oportuno recordar que o Senhor Deus quis dar a Abraão e à sua descendência, como fruto da promessa, a antiga terra de Canaã, que os judeus habitaram. A ocupação romana e as sucessivas invasões do país de Israel acarretaram duras vicissitudes para o povo disperso entre nações estrangeiras. É de se reconhecer o direito dos judeus a uma existência política tranqüila na sua terra de origem, sem que isto acarrete injustiça ou violência a outros povos. E, para a consciência do povo judeu, este direito se concretiza no Estado de Israel.

11. Por último, seja enfatizada a expectativa escatológica que vivifica simultaneamente judeus e cristãos, embora com diferentes características. Uns e outros aguardam a plenitude do Reino de Deus; este, para os cristãos, já começou com a vinda de Jesus Cristo, ao passo que os judeus ainda aguardam o Messias. Como quer que seja, a perspectiva escatológica suscita em judeus e cristãos a consciência de estarem em marcha, à semelhança do povo que saiu do Egito em demanda da terra onde "correriam leite e mel" (Ex 3,8).

## **2. Declaração da I Conferência Pan-americana de Relações Católico-judaicas,**

(São Paulo, novembro de 1985)

### ***1. Histórico***

1. Realizou-se em São Paulo, de 3 a 5 de novembro de 1985, na sede da Associação Brasileira "Hebraica", a 1ª Conferência Pan-americana de Relações Católico-judaicas, promovida pelo American Jewish Committee (AJC) e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com 96 participantes convidados, provenientes de diversos países da América do Sul, Central e do Norte, inclusive observadores da Europa.

2. A abertura solene da Conferência teve lugar no teatro de "A Hebraica", com o auditório lotado. A solenidade foi coordenada pelo Rabino Henry I. Sobel e Frei Leonardo Martin. Após o Hino Nacional Brasileiro, foram convocadas à mesa diversas autoridades religiosas, políticas e civis, entre as quais

Dom Carlo Furno, Núncio Apostólico no Brasil;

Mons. Jorge Mejia, do Vaticano, Secretário da Comissão da Santa Sé para as Relações com os Judeus;

Mons. Antonio Quarracino, da Argentina, Presidente do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM);

Padre Bernard Dupuy, Assessor da Arquidiocese de Paris para as Relações com os Judeus;

Dom Eugênio de Araújo Sales, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro;

Dom José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília; Dom Cláudio Colling, Arcebispo de Porto Alegre; Dom Benedito de Uihôa Vieira, Vice-Presidente da CNBB;

Dom Aloísio Bohn, da Linha Ecumênica da CNBB;

Sr. Rachamim Timor, Embaixador de Israel no Brasil;

Sr. Bernard Dorin, Embaixador da França no Brasil; e

Sr. Hans Herzberg, Presidente da Congregação Israelita Paulista;

além dos oradores abaixo relacionados.

Leram-se a seguir os telegramas de Sua Santidade o Papa João Paulo II e do Presidente José Sarney.

Tomaram a palavra durante a solenidade:

Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo;

o Governador do Estado de São Paulo, André Franco Montoro;

Dom José Ivo Lorscheiter, Presidente da CNBB;

Rabino Dr. Marc H. Tanenbaum, Diretor de Assuntos Internacionais do AJC; e

o Prof. Dr. Fritz Pinkuss, Rabino-Mor Emérito da Congregação Israelita Paulista.

O Cardeal Jean-Marie Lustiger, Arcebispo de Paris, proferiu uma palestra sobre o tema "De Auschwitz a Jerusalém: do Desespero à Esperança".

O interlúdio musical esteve a cargo do Coral Baccarelli e do Coral da Congregação Israelita Paulista. A solenidade encerrou-se com *Hatikvá*, o Hino da Esperança do Povo Judeu.

3. Na primeira sessão de trabalho, foram apresentadas duas palestras:

1. "Um Observador Judeu no Concílio Vaticano II" (Rabino Dr. Marc H. Tanenbaum, de New York);
2. "O Impacto de *Nostra Aetate* na América Latina" (Padre Humberto Porto, da Comissão Nacional de Diálogo Religioso entre Judeus e Católicos e do Conselho de Fraternidade Cristão-judaica de São Paulo).

Mons. Antonio Quarracino, Bispo de Avellaneda (Argentina) e Presidente do CELAM, foi o moderador desta sessão, cujo enfoque foi o 20º aniversário da Declaração *Nostra Aetate*.

4. Em seguida, o Embaixador José Oswaldo de Meira Penna falou sobre "A importância da Tradição Judaico-cristã na Formação da Cultura Brasileira".

5. Na segunda sessão de trabalho, relataram-se as experiências sobre o relacionamento católico-judaico em diversos países:

1. nos Estados Unidos (Dr. Eugene J. Fisher, de Washington D.C., Secretário Executivo do Departamento de Relações Católico-judaicas da National Conference of Catholic Bishops);
2. nos meios hispânicos nos Estados Unidos (Padre Carlos Mullins, Diretor de Comunicações do Departamento Pastoral Hispânico da Arquidiocese de New York);
3. na França (Padre Bernard Dupuy, de Paris);
4. d) no Brasil (Dr. Hugo Schlesinger, da Comissão Nacional de Diálogo Religioso entre Judeus e Católicos e do Conselho de Fraternidade Cristão-judaica de São Paulo);
5. no Uruguai (Rabino Daniel Kripper, da Nueva Congregación Israelita e da Confraternidade Judio-Cristiana de Montevideú);
6. bem como uma síntese do trabalho católico-judaico na América Latina, apresentada pelo Padre Luis Eduardo Castaño, de Bogotá, Secretário Executivo do CELAM.

Os moderadores da sessão foram Dom Aloísio Sinésio Bohn, da CNBB, e Sr. Jacobo Kovadloff de New York, Diretor de Assuntos Sul-americanos do AJC.

6. Na terceira e última sessão de trabalho, foram debatidas várias propostas, visando uma Declaração da I Conferência Pan-americana de Relações Católico-judaicas:

1. "Cinco Séculos da Presença Judaica nas Américas" (Dra. Anita Novinsky, Professora de História do Brasil na Universidade de São Paulo);
2. "Preconceitos" (Frei Félix Neefjes OFM, Assessor de Ecumenismo e Diálogo Religioso da CNBB);
3. "Direitos Humanos" (Rabino Roberto D. Graetz, da Associação Religiosa Israelita e do Conselho de Fraternidade Cristão-judaica do Rio de Janeiro);
4. "Liberdade na Bíblia e Libertação" (Padre Wolfgang Grueri SDB, do Conselho de Fraternidade Cristão-judaica de Belo Horizonte);
5. "Católicos e Judeus: Encarando o Holocausto Juntos" (Sra. Judith Hershcopf Banki, de New York, Diretora-assistente de Assuntos Inter-religiosos do AJC);
6. "Liberdade Religiosa e Identidade Cultural" (Dom Estêvão Bettencourt OSB, do Conselho de Fraternidade Cristão-judaica do Rio de Janeiro);
7. "Sionismo não é Racismo" (Dr. Oswaldo Aranha Filho, Brasil).

Os moderadores da sessão foram o Prof. Arnaldo Niskier, membro da Academia Brasileira de Letras, e Dom José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília e Presidente da Seção de Ecumenismo do CELAM.

7. As comunicações apresentadas no ato de encerramento foram:

1. "A Patologia do Ódio e a Civilização do Amor" (Dom Avelar Brandão Vilela, Cardeal Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil);
2. "A CNBB e os Judeus" (Dom Luciano Mendes de Almeida, Secretário Geral da CNBB);
3. "O Vaticano e os Judeus" (Mons. Jorge Mejia, do Vaticano);
4. "Os Judeus, a CNBB e o Vaticano" (Rabino Henry I. Sobel, da Congregação Israelita Paulista e Coordenador da I Conferência Pan-americana de Relações Católico-judaicas);
5. "Católicos e Judeus na Nova República" (Dr. Marco Maciel, Ministro da Educação, Brasil).

## **II. Resoluções**

Ao final dos trabalhos, a I Conferência Pan-americana de Relações Católico-judaicas adotou as seguintes resoluções:

1. Rever e conseqüentemente divulgar a história da presença, atuação e destino dos judeus na América e no mundo todo, em termos científicos, sem a carga preconceituosa que caracterizou a historiografia até os dias de hoje.
2. Opor-se a tudo o que possa dificultar o relacionamento positivo entre judeus e católicos, utilizando todos os meios para um conhecimento mútuo sempre mais profundo e favorecendo experiências participativas na vida de nossas comunidades.
3. Continuar colocando a Igreja e a Sinagoga – as comunidades católica e judaica – como centros irradiadores da preservação e consagração definitiva dos Direitos Humanos Universais, louvando sua prática e denunciando a violação dos mesmos.
4. Cuidar, na linha da Bíblia, que o nosso diálogo, mais que em meras especulações, se firme na tomada de posição inspirada na fé, junto aos oprimidos, seja qual for sua pertença étnica ou religiosa.
5. Estudar juntos, no diálogo de reconciliação, os acontecimentos históricos da *Shoá* – o Holocausto –, tentativa nazista de destruir o povo judeu na Europa, e suas implicações teológicas. Com este intuito, revisar, desenvolver e implementar currículos educacionais sólidos e equilibrados sobre o Holocausto e suas implicações para os dias de hoje.
6. Reafirmar o sagrado princípio da liberdade religiosa, que assegura a todos o direito de fazer, em consciência sincera, sua opção religiosa, princípio de sua identidade cultural, sem coação da parte de qualquer instância, seja estatal, seja particular.
7. Reconhecer que o sionismo – como expressão do eterno anseio de libertação do povo judeu e de seu retorno a Sion, terra de suas origens – não está eivado de despotismo ou racismo, mas é sim força motivadora da sobrevivência do povo judeu.

## **10. BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- A. História do Povo Judeu
- B. Judaísmo
- C. Anti-semitismo e Holocausto
- D. Judeus no Brasil
- E. Diálogo cristão-judaico

## **A - História do Povo Judeu**

BEECK, M.A., *História de Israel*, Zahar Edit., Rio de Janeiro, 1967.

BRIGHT, J., *História de Israel*, 3ª ed., Ed. Paulinas, São Paulo, 1985.

DUBNOV, Simon, *História universal del pueblo judío*, 10 vol., Edit. S. Sigal, Buenos Aires, 1953.

EBAN, Abba, *História do povo de Israel*, Bloch Edit., Rio de Janeiro, 1973.

FAST, Howard, *O romance de um povo*, Ed. B'nai B'rith, São Paulo.

COTTWALD, Norman K., *As tribos de Iahweh*, Ed. Paulinas, São Paulo, 1986.

GRAYZEL, Salomon, *História geral dos judeus* - Enciclopédia Judaica, vol. VII, Ed. Tradição, Rio de Janeiro, 1967.

KELLER, Werner, *História do povo judeu*, Galeria Panorama, 1966.

PINKUSS, Fritz, *Israel, povo dos milênios*, CIP, São Paulo, 1971.

ROTH, Cecil, *Pequena história do povo judeu*, 3 vol., Fundação Fritz Pinkuss, São Paulo, 1962.

VV. AA., *Caminho do povo judeu*, 4 vol., FISESP, São Paulo.

## **B - Judaísmo**

AUSUBEL, Nathan, *Conhecimento judaico*, 2 vol., Ed. Tradição, Rio de Janeiro, 1967.

BAECK, Leo, *La esencia del judaísmo*, Ed. Paidos, Buenos Aires.

BARISH, Louise R., *Crenças básicas do judaísmo*, EDIGRAF São Paulo, 1967.

BROWNE, Lewis, *A sabedoria de Israel - Antologia*, Irmãos Pongetti. Rio de Janeiro, 1947.

BUBER, Martin, *Eu e tu*, Ed. Cortez e Moraes, São Paulo, 1977.

CHOURAQUI, André, *O pensamento judaico*, Arcádia, Lisboa.

FLEG, Edmond, *Anthologie de la pensée juive*, Flammarion, Paris, 1966.

FOHER, G., *História da religião de Israel*, Ed. Paulinas, São Paulo, 1983.

GUINSBURG, J., *O judeu e a modernidade: súmula do pensamento judaico*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1970.

HERZBERG, Arthur, *Judaísmo*, Zahar Edit., Rio de Janeiro, 1964.

HERZL, Theodor, *O Estado Judaico*, Ed. Pioneira, São Paulo, 1959.

KAPLAN, M. Mordechai, *Judaism a Civilization*, Schocken, Nova York, 1977.

KRAUSZ, Rosa, *Problemas de sociologia judaica*, Centro de Estudos Judaicos, FISESP-USP, São Paulo, 1976.

MARGULIES, Marcos, *Estes .homens fizeram o judaísmo*, Ed. Documentário, Rio de Janeiro, 1974.

MUSSNER, Franz, *Tratado sobre os judeus*, Ed. Paulinas, São Paulo (no prelo).

ORTIZ, Carlos e GUINSBURG, J., *Antologia judaica*, Ed. Rampa, São Paulo.

PAUL, A., *O judaísmo tardio*, Ed. Paulinas, São Paulo, 1983.

PINKUSS, Fritz, *Antologia do Shabat*, CIP, São Paulo, 1961.

- *Tipos de pensamento judaico*, CIP, São Paulo, 1975.

PIRKEY AVOT *Ética dos Pais* - Tradução e notas explicativas de Eliezer Sevin, Ed. B'nai B'rith, São Paulo, 1976.

ROMAND, David, *O que é o Talmud*, Biblos, Rio de Janeiro, 1962.

ROTH, Cecil, *Enciclopédia judaica*, 3 vol., Ed. Tradição, Rio de Janeiro, 1967.

SCHLESINGER, Erna, *Tradição e costumes judaicos*, Edit. S. Sigal, Buenos Aires, 1951.

SCHLESINGER, Hugo, *Pequeno ABC do pensamento judaico*, Ed. B'nai B'rith, São Paulo, 1969.

SCHOLEN, Gershon, *A mística judaica*, Ed. Perspectiva, São Paulo. 1972.

SOBEL, Henry, *Judaísmo é otimismo*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1974.

- *O judeu na década de 80*, Ed. Cultura, São Paulo, 1984.

UNESCO, *Vida e valores do povo judeu* (obra coletiva), Ed. Perspectiva, São Paulo, 1972.

WOOK, Herman, *Este é o meu Deus*, Ed. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

### **C - Anti-semitismo e Holocausto**

ACKERMAN, Nathan e LAHODA, Marie, *Distúrbios emocionais e anti-semitismo*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1969.

ARENDDT, Hannah, *Anti-semitismo, instrumento de poder*, Ed. Documentário, Rio de Janeiro.

BEN ABRAHAM, *E o mundo silenciou*, W. C. Comunicação, São Paulo, 1972.

BILETZKY, Eliyahu, *Anti-sionismo, nova face do anti-semitismo*, Ed. B'nai B'rith, São Paulo, 1982.

BOR, Josef, *Requiem em Terezin*, Publ. Europa-América, Rio de Janeiro, 1963.

FLANNERY, Edward, *A angústia dos judeus*, IBRASA, São Paulo, 1968.

GOES, Albrecht, *O Holocausto*, Ed. Agir, Rio de Janeiro, 1960.

HETDECKER, Joe e LEEB, Johannes, *O processo de Nuremberg*, Ed. Bruguera, Rio de Janeiro, 1968.

IZECKSOHN, Isaac, *O anti-semitismo, uma alergia social*, Ed. Formosa, São Paulo, 1954.

LEVIN, Nora, *Holocausto*, INOVA, Porto Alegre.

LOEWENSTEIN, Rodolpho, *Psicanálise do anti-semitismo*, Senzala, São Paulo, 1968.

MORAIS, Vamberto, *Pequena história do anti-semitismo*, Dif. Européia do Livro, São Paulo, 1982.

NICHTRAUSER, Joseph, *Quero viver*, Ricla, São Paulo, 1972.

PARKES, James, *História do ódio-anti-semitismo*, Ed. Paidós, Buenos Aires.

POLIAKOV, Leon, *O mito ariano*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1984.

- *De Cristo aos judeus da corte*, Ed. Perspectiva, São Paulo.

REINER, Silvian, *Ciência do extermínio*, Ed. Aymá, Barcelona.

REIS BAUER, J., *O racismo sem máscara*, Josephson, Rio de Janeiro, 1938.

SARTRE, Jean-Paul, *Reflexões sobre o racismo*, Dif. Européia do Livro, São Paulo, 1965.

SCHLESINGER, Hugo, *Crianças no mundo sem Deus*, Universidade no Lar, São Paulo, 1966.

- *O testemunho dos justos*, Ed. Paulinas, São Paulo, 1978.

SCHLESINGER, Hugo e PORTO, Humberto, *Anatomia do anti-semitismo*, Ed. Loyola, São Paulo, 1975.

SCHWARTZ BART André, *O último justo*, EDART, São Paulo, 1961.

STEINER, Jean-François, *Treblinka*, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1958.

WIESENTHAL, Simon, *Caçador de nazistas*, Bloch Edit., Rio de Janeiro, 1967.

### **D - Judeus no Brasil**

ALEXANDER, Frida, *Filipson*, Ed. Fulgor, São Paulo, 1967.

FALBEL, Nachman, *Estudos sobre a comunidade judaica no Brasil*, FISESP, São Paulo, 1984.

BALBEL, N. e GUINSBURG, J., *Os marranos*, Centro de Estudos Judaicos, São Paulo, 1977.

HISCHBERG, Alice I., *Desafio e resposta*, CIP, São Paulo, 1976.

IZECKSOHN, Isaac, *Os marranos brasileiros*, Ed. Freitas Bastos, São Paulo, 1967.

KAHAN, Moisés, *Judeidade*, Ed. Cúpula, São Paulo, 1968.

LIPINER, Elias, *Os judaizantes nas Capitânicas de cima*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1969.

LOEWENSTAMM, Kurt, *Vultos judeus no Brasil*, 2 vol., Monte Scopus, Rio de Janeiro, 1956.

MALAMUD, Samuel, *Contribuição judaica ao desenvolvimento brasileiro nos 150 anos da Independência*, Federação Israelita, Rio de Janeiro, 1972.

MARGULIES, Marcos, *Judaica brasiliense*, Ed. Documentário, Rio de Janeiro, 1974.

- NOVINSKY Anita, *Cristãos-novos na Bahia*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1972.
- RAIZMAN, Isaac Z., *História dos israelitas no Brasil*, "BuchPresse", São Paulo, 1937.
- RATTNER, Henrique, *Tradição e mudança*, Ed. Ática, São Paulo, 1977.
- SALVADOR, Gonçalves José, *Os cristãos-novos – povoamento e conquista do solo brasileiro*, Ed. Pioneira, São Paulo, 1976.
- SCHLESINGER, Hugo, *Presença e participação*, Mundus, São Paulo, 1985.
- *Judaica brasiliense: 1974-1984*, FISESP São Paulo, 1984.
- SEREBRENICK, Salomão, *Quatro séculos de vida judaica no Brasil*, Biblos, Rio de Janeiro, 1962.
- WIZNITZER, Arnold, *Os judeus no Brasil colonial*, Ed. Pioneira, São Paulo, 1966.
- WOLFF Egon e Frieda, *Sepulturas israelitas*, Centro de Estudos Judaicos, São Paulo, 1976.
- *Odisséia dos judeus de Recife*, C. E. J., São Paulo, 1979.
- *Pedro II e os judeus*, B'nai B'rith, São Paulo, 1983.
- *Os judeus no Brasil imperial*, C. E. J., São Paulo, 1975.

### **E - Diálogo cristão-judaico**

- BALTAZAR, Hans Urs von, *Martin Buber and Christianity – A Dialogue between Israel and the Church*, The Macmillan Co., Nova York, 1961.
- BAUM, Gregory, *Los judíos y el evangelio*, Ed. Aguiar, Madri, 1965.
- BEA, Agostinho Card., *A Igreja e o povo judeu*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1968.
- BISHOP HUGUET, Claire, *How Catholics look at Jews – Inquires into italian, spanish and french teaching materi*, Paulist Press, Nova York, 1974.
- BOKSER, Ben Zion, *Judaism and the Christian Predicament*, Ed. Alfred A. Knopf, Nova York, 1967.
- BUSER, Martin, *Two Types of Faith: The Interpretation of Judaism and Christianity*, Ed. Harper and Row, Nova York, 1961.
- CRONER, Helga, *Stepping Stonnes of further Jewish Christian Relations: an unatoridged Collection of Christian Documents*, Stimulus Books, Nova York, 1977.
- CRONER, Helga e KLENICKI, Leon, *Issues in the Jewish-Christian Dialogue: Jewish perspective on Covenant, Mission and Witness*, Stimulus Books, Nova York.
- DABOSVILLE, P., *L'évolution de la pensée catholique à l'égard des juifs*, ISTINA, Paris, 1976.
- DAUBE, D., *The New Testament and Rabinic Judaism*, Ed. University of London, The Athlone Press, 1956.
- DÉMANN, Paul, *Juifs et chrétiens à travers les siècles*, Lumiere et Vie, Paris, 1958.



- ECKARDT, Roy A., *Elder and Younger Brothers*, Schocken, Nova York, 1977.
- FISCHER, Eugene, *Faith without prejudice*, Paulist Press, Nova York, 1977.
- GOLDSTEIN, M., *Jesus in the Jewish Tradition*, The Macmillan Co., Nova York, 1950.
- KLENICKI, Leon, *A nova ceia fraterna*, Ed. Paulinas, São Paulo, 1984.
- KLENICKI, Leon e WIGODER, G., *A Dictionary of the Jewish-Christian Dialogue*, Paulist Press, Nova York, 1984.
- LAUFER, Frederico, *Diálogo cristão-judaico no Brasil em perspectiva teológica*, Univ. do Vale do Rio dos Sinos, 1979.
- MARTIN, Leonardo, "Relações judaicas e católico romanas. Visão global e avaliação" em *Revista Eclesiástica Brasileira*, 1982.
- MAYER, Judite P., *O conhecimento do judaísmo na atual catequese do Brasil*. Tese de Mestrado, Faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção, São Paulo, 1983.
- PAWLINOWSKI, John, *Christ in the Light of the Christian-Jewish Dialogue*, Paulist Press, Nova York, 1982.
- *Catechism and Prejudice*, Paulist Press, Nova York, 1973.
- PORTO, Humberto, *A Fraternidade Cristão-judaica - Sua história*, CFCJ, São Paulo, 1971.
- *A Fraternidade Cristão-judaica - Sua justificativa*, CFCJ, São Paulo, 1972.
- *Judeus e cristãos*, Ed. Loyola, São Paulo, 1977.
- *Liturgia judaica e liturgia cristã*, Ed. Paulinas, São Paulo, 1977.
- *Os protocolos do Concílio Vaticano II: sobre os judeus*, Ed. Diálogo, São Paulo, 1984.
- RUNES, Dagoberto, *The Jews and the Cross*, Ed. Philosophical Library, Nova York, 1965.
- SANDMEL, Samuel, *The Jewish understanding of the New Testament*, Hebrew Union College Press, Nova York, 1956.
- *We Jews and Jesus*, Victor Collancz Ltd., Londres, 1965.
- SCHLESINGER, Hugo, *Quem matou Cristo?*, Ed. Lidador, Rio de Janeiro, 1965.
- *Dialética de um reencontro*, Academia Brasileira de Ciências Sociais e Políticas, 1970.
- *Raízes e origens judaicas do cristianismo*, Ed. B'nai B'rith, São Paulo, 1972.
- "Pai Nosso" - *uma prece judaica de alcance universal*, CFCJ Estudos 4, São Paulo, 1971.
- SCHLESINGER, Hugo e PORTO, Humberto, *Os papas e os judeus*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1973.
- *Jesus era judeu*, Ed. Paulinas. São Paulo, 1979.

- *Guia bibliográfico do diálogo cristão-judaico*, CFCJ, São Paulo, 1985.

SESTIERI, L. e CERETI, G., *Le chiese cristiane e l'ebraismo*, Marietti, Turim, 1983.

SILVERMAN B. William, *Judaism and Christianity. What we believe?*, Behrman House Inc, Nova York, 1968.

SWIDIER, L. e TANEMBAUM, M.H., *Jewish-Christian Dialogue*, Washington, 1966.

THOMA, Clemens, *Judentum und Kirche: Volk Gottes*, Benziger, Zurich, 1974.

ZEITLIN, Salomon, *Who crucified Jesus?*, Bloch Publishing, Nova York, 1964.

## 11. GLOSSÁRIO

ABLUÇÃO - Lavagem ritual. Existem três tipos de lavagem ritual que têm como objetivo a remoção das impurezas, antes das práticas religiosas : a) imersão completa na *mikváh*; b) lavagem dos pés e das mãos (sacerdotes nos serviços do templo); c) lavagem das mãos, ao levantar-se e antes das orações.

ACADEMIAS TALMÚDICAS - Instituições de ensino superior judaico. Podem ser comparadas com as atuais universidades modernas. Além do ensino, eram fontes da legislatura e dogmática.

ADIR HU - (Hebr) "O Todo-poderoso": Hino popular cantado durante o *Sêder* (Ceia de Páscoa) após a leitura da *Hagadáh*.

ADONÁI - Um dos nomes de Deus, na Bíblia. Significa "meu Senhor". É plural majestático.

ADÔN OLÁM (Hebr) - "Senhor do Universo". Um dos mais conhecidos hinos da liturgia judaica. É cantado em todos os ritos: sefaròdí a ashkenazi.

ADOSHÊM - Palavra composta de *Adonái* e *Ha-shêm*, usada na liturgia para evitar a pronúncia do nome divino.

AFIQOMAN - Na noite de *Pessah* ao se dividir a "*matsóh*" de meio (das três que estão no prato do *Sêder*) guarda-se o pedaço maior o qual recebe o nome de *Afikoman*. Este será dividido no fim da refeição como o último pedaço a ser comido na noite.

AGADÁH - Hagadáh - Narração. Termo genérico, definindo as partes do *Talmud* (ciência dos rabinos), que não são do tipo de leis. A *Hagadáh* consiste em folclore, narrativas, lendas, parábolas, interpretações alegóricas e também abrange todas as ciências, como filosofia, medicina, matemática, astronomia, teologia.

ALEINU (Or) - Primeira palavra da oração: "*Aleinu leshabeah*" - "Devemos glorificar" ou "Glorificado seja", que encerra o ofício diário, litúrgico. A oração proclama a necessidade de louvar a Deus.

ALELUIA (Hebr) - HaLeLUYóH "Glorificai a Deus". Expressão usada no início e no final de certos salmos, na liturgia judaica. A mesma palavra é usada na liturgia cristã.

ALFABETO HEBRAICO - O alfabeto hebraico moderno consiste de vinte e duas letras, todas consoantes, tendo algumas também uma função vocálica. Os caracteres são escritos e lidos da direita para esquerda. de modo que as páginas e linhas de livro hebraico começam à direita. Não existe distinção entre as maiúsculas e minúsculas. Todos os caracteres são escritos separadamente.

`AL HET (Or) - "sobre pecado". Confissão dos pecados. Reza repetida 10 vezes durante o dia de *Yôm Kipur*. Ela contém uma lista de erros que se comete na vida diária, seja por orgulho, seja por inveja, por mexericos, por falta de respeito e muitíssimas outras razões.

`ALIYÁ H (Hebr) - Subida. Ato de ser chamado à leitura da Torá. Expressão usada nos tempos modernos para a emigração para a Terra Santa.

AMÊN - Assim seja. Expressão religiosa usada hoje por quase todas as religiões e por todas as nações. Na Bíblia aparece a palavra 25 vezes. As letras que compõem a palavra Amên em hebraico significam *El Mélek Neemán* - Deus, Rei Fiel.

`AM HA-ÁRETS (Hebr) - "Povo da terra". Expressão bíblica para o povo em geral.

`AMIDÁH (Or) - De pé. Principal oração suplicatória da liturgia judaica. Oração composta de 19 bênçãos que se recita em voz baixa e de pé.

AMORAÍM - Rabinos que explicaram e comentaram a *Mishnáh* desde a compilação desta, aproximadamente 200 anos após a Era Comum até a conclusão do *Talmud* babilônico, no ano 500.

`AMUD - Púlpito, onde se reza, durante o ofício religioso. Para os sefaradím, o mesmo que *Bimáh*.

ANJOS - A crença em anjos jamais foi considerada básica ou indispensável ao judaísmo. Hoje, os judeus renunciaram, definitivamente, à crença em anjos, e voltaram ao ponto de vista racionalista de alguns dos filósofos judeus medievais. Os anjos figuram em nossa poesia religiosa e aparecem em algumas das orações, mas eles não constituem assunto de preocupação intelectual ou espiritual.

ARAMAICO - Idioma semítico aparentado com o babilônico, assírio e hebraico, usado pelos judeus na Palestina, depois do retorno do exílio da Babilônia (536 a.C.).

ARAVÁ (Hebr) - `Aròbóh - Salgueiro. A quarta espécie de vegetação ordenada pela *Toráh* para ser usada na festa dos Tabernáculos (Lv 23,40). É batida contra o solo como parte do *Hoshaná Rabáh*.

ÁRB`A KANFÔT (Hebr) - Literalmente: Quatro asas. Também chamado *Talit Qatan*. Veste quadrangular que é usada sob a camisa com franjas (*tsitsít*) em cada um dos quatro cantos. Deve lembrar ao judeu a obediência aos mandamentos e que Deus está nos quatro cantos do Universo, ou seja, a onipresença divina.

AREIVUT (Hebr) - Termo hebraico que determina uma responsabilidade coletiva.

ARÔN HAKÔDESH (Bibl) - Tabernáculo em que se guardavam as tábuas da lei mosaica.

ASHKENAZÍM - Nome dado aos israelitas procedentes da Alemanha, Norte da França, Europa Central e Oriental.

AVEILÍM - Abelím - Enlutados. Consideram-se "enlutados" os membros mais próximos da família da pessoa que acaba de falecer.

AVERÁH (Hebr) - `Aberáh - Pecado. Significa desobediência a um mandamento ou violação de uma lei. No *Talmud* esta palavra é empregada para designar o pecado contra os homens e contra Deus.

AVINU MALKEINU (Or) - A<sub>v</sub>inu Malkênu - "Nosso Pai, Nosso Rei". Oração que começa com estas palavras, proferida em *Rôsh Hashanáh*, *Yôm Kipur*, nos dez dias de penitência e dias de jejum. Invoca a bênção de Deus e pede livrar-nos das guerras, da fome, das doenças, e pede perdão pelos pecados.

AVODÁH (Hebr) – `Abodáh - Serviço, oração. Liturgia do "*muçaf*" de *Yôm Kipur*.

AZHARÔT – Canções litúrgicas dos 613 mandamentos divinos da *Toráh*.

BA'AL QORÊ – Pessoa encarregada da leitura pública da *Toráh*, nos ofícios religiosos.

BA'AL TESHUBÁH – Termo hebraico que significa "penitente". Segundo o ensino rabínico, o homem que passou pelo ato de sincero e profundo "arrependimento", deve resistir à tentação de voltar ao caminho do mal.

BAMIDBAR (Bibl) – O quarto livro da "Lei de Moisés", foi denominado, em hebraico "*Bamidbar*" (no deserto), pois nele é narrada a história dos israelitas em sua longa permanência no deserto.

BAR MITZVÁH – O jovem judeu ao atingir a idade de 13 anos, contados pelo calendário hebraico, converte-se em *Bar Mitzváh*, ou seja, pela tradução literal, "Sujeito ao Mandamento". Isto significa que a partir desta data está "sujeito", isto é, deve participar e praticar todos os 613 mandamentos divinos, sendo ele mesmo responsável por todos os seus atos.

BARUH HA-BA (Hebr) – Textualmente: "Abençoado seja aquele que chega". Saudação de boas vindas. Termo usado para cumprimentar um amigo ou visitante.

BEIT DIN – Antigo Tribunal para assuntos religiosos, civis e criminais. Hoje funciona somente como tribunal para decisões rituais e para arbitragem.

BEIT HAMIDRASH – Casa de estudo, antigamente anexa às sinagogas, como local de estudos cotidianos dos adultos.

BEIT HAMIQDASH – Templo dos israelitas para onde peregrinavam três vezes ao ano, em Jerusalém.

BEN (Hebr) – Filho. Figurativamente, pertencente a... Palavra usada em hebraico em combinação com um substantivo para indicar um objetivo, de modo parecido com "*ba`al*" (senhor) e "*ish*" (homem).

BERAKÁH (Hebr) – pl. "*Berakôt*" – Bênção de ação de graça. Curta reza, de agradecimento, dirigida a Deus. Todas as "*berakot*" começam com a frase: "*Baruk atá Adonáí...*" - "Louvado seja Deus". Estas palavras exprimem a eterna gratidão ao Senhor, e suas infinitas atribuições.

BERESHÍI (Bibl) – O primeiro livro do Pentateuco chama-se *Gênesis*, isto é, "origem" e em hebraico *Bereshít*, que significa "no princípio". Esses títulos são adequados a um livro que trata da criação do mundo, das origens do gênero humano e da iniciação da história do povo hebreu.

BEÇAMIM – Perfume especial (cheiro aromático, em geral de cravos) usado no rito final do sábado (*Habdalah*), guardado num estojo (artisticamente feito). Ao sentir o aroma o judeu que se sente triste e abatido ao ver partir o *Shabat*, deve se sentir revigorado.

BIMÁH – Púlpito para a leitura da *Toráh*, na sinagoga. Os ashkenazím o denominam *Amud*.

BIRKAT HAGOMEL (Or) – "Bênção do benfeitor". Oração que pronuncia a pessoa após a cura de uma enfermidade grave ou após escapar de outro grave perigo. Segundo a tradição rabínica, a pessoa deve expressar o seu agradecimento a Deus, seu benfeitor.

BIRKAT HAMAZON (Or) – "Oração que se pronuncia à mesa" depois de cada refeição e principalmente ao fim das *Se`udôt*, ceias religiosas.

BIRKAT KOHANÍM (Or) - "Bênção sacerdotal". Este rito iniciou-se nos serviços de Templo em Jerusalém. Continua nos dias de hoje. A bênção é pronunciada pelos "*kohaním*" e tornou-se elemento importante na liturgia da sinagoga.

B'NAI B'RITH (Hebr) - "Filhos da Aliança". Denominação da instituição de fins fraternais, filantrópicos, éticos e educacionais, fundada em Nova York (1843) e com numerosas "lojas" no mundo inteiro.

B"NEI YISRAEL - Denominação do povo hebreu. Tradução literal: "Filhos de Israel". Termo encontrado freqüentemente na Bíblia. Esta denominação é também dada ao grupo de judeus da Índia.

B'RII (Hebr) - Aliança. Entendimento entre Deus e pessoas ou nações. A Bíblia cita diversas alianças.

B'RIT MILA (Ri) - Ato de circuncisão onde o menino varão é circuncidado e se incorpora à comunidade. Além de ser uma necessidade higiênica, a prática da circuncisão tem para o israelita sentido religioso muito elevado.

CÂNTICO DOS CÂNTICOS - Em hebraico "*Shir HaShirím*", atribuído ao rei Salomão. Lê-se no Sábado de *Pessah*.

CAVANÁH (Hebr) - Concentração do pensamento durante a reza.

CAVOD (Hebr) - *Kabôd* - Peso. Honra, glória, veneração, consideração.

CRIPTO-JUDEUS - Judeus convertidos à força; exercendo ocultamente a sua religião.

DARUSH (Hebr) - Prédica, sermão.

DAYAN (Hebr) - Juiz. Assessor num tribunal rabínico. Pessoa encarregada de pronunciar a sentença num julgamento.

DEUS - É o ente criador, ordenador, mantenedor e Senhor absoluto de todas as coisas.

DEVARIM (Bibl) - *Debarím* - O quinto livro da "Lei de Moisés" denomina-se em hebraico *Debarim*, o que significa "palavras", pela razão de começar este livro com "*Éllèh Hadebarím*" (estas são as palavras). Contém a maior parte da religião israelita e sua filosofia.

DIÁSPORA (Gr) - A palavra é de origem grega e significa "dispersão". Afirma-se que os judeus do período helenístico empregavam este termo para designar aqueles dos seus correligionários que, tendo se espalhado por nações estrangeiras desde a queda da primeira comunidade, viviam fora do território de Israel. A Setenta traduz expressões que na Bíblia são reportadas comumente com o sentido de terror ou opressão pela palavra "Diáspora" (*za`aváh*).

DIN (Hebr) - Julgamento. Prescrição religiosa. Lei rabínica.

DIN TORÁH - Arbitramento, litígio solucionado perante um tribunal rabínico, com arbitragem, de acordo com a legislação judaica.

DRUSH (Hebr) - Interpretação dos textos bíblicos e talmúdicos. A palavra *Drasháh* (sermão) é derivada da mesma raiz.

`EDUI (Hebr) - Testemunho; lei; preceito ou ordem.

`EITS HAYÍM (Hebr) - Textualmente: árvore de vida; a *Toráh* é considerada "árvore de vida" para os que nela se asseguram. Especificamente: dois paus de madeira, arredondados nos quais é enrolada

a *Toráh*.

ELIYÁHU HANABI (Hebr) – Literalmente: Eliyáhu, o profeta, esperado como o Proclamador da vinda da Era Messiânica. Canção da despedida do *Shabat*.

ELOHIM (Hebr) – Nome genérico de Deus entre os patriarcas. A forma simples é *Eloáh*. É freqüente na Bíblia o emprego do plural pelo singular.

EMET (Hebr) – Verdade

EMUNÁH(Hebr) – Fé. No sentido religioso o termo designa a crença na existência de Deus, sem necessidade da sua comprovação científica ou lógica.

´EREB (Hebr) – Véspera ou tarde. Período entre o crepúsculo e o aparecimento de três estrelas, no céu, visíveis a olho nu. A palavra é usada em combinação com os nomes dos dias festivos ou do sábado. "´Ereb-*Shabbát*"- véspera de sábado ou a noite da sexta-feira. "´Ereb-*Peçah*"- véspera da Páscoa etc.

ESCRIBAS – Eram os amanuenses, os notários, os secretários e os intelectuais entre os antigos. Encarregavam-se das edições e das transcrições dos livros, particularmente os sagrados, entre os hebreus.

EXILARCA – "Príncipe do exílio", representante dos judeus que viviam em Babilônia, no século III, reconhecido pelo Estado, com autonomia administrativa e cultural, descendente da casa de Davi.

ÊXODO (Bibl) – Segundo livro do Pentateuco.

FESTAS DE PEREGRINAÇÃO (Tr) – *Peçah*, *Shabu`ôt* e *Çukôt* chamam-se em hebraico "*Shalôsh Regalím*" as três dos pés (festas de peregrinação).

FILO-SEMITAS – Nome dado aos amigos e defensores do povo judaico. Antônimo do anti-semita.

GABAÏ (Hebr) – Funcionário da comunidade (tesoureiro e administrador). Recebia donativos e, durante a Idade Média, os impostos dos membros da comunidade. É uma função de honra desempenhada por membro de destaque da comunidade.

GALÚI (Hebr) – Diáspora; dispersão. Nas épocas bíblicas a palavra significava refúgio e ao mesmo tempo proteção dada ao refugiado. Após a destruição do segundo Templo a palavra significa dispersão, ou seja, a situação dos judeus espalhados pelo mundo.

GEMATRIA – Procura de explicação na significação do valor numérico das letras do alfabeto hebraico como também a respectiva composição das palavras.

GOÊL (Hebr) – Salvador; Redentor, Messias.

GUEMARA – Do aramaico "*guemar*" – aprender, completar. Ampliação talmúdica das Decisões legais da *Mishnáh*. A *Guemara* faz parte do *Talmud* e constitui antiquíssima obra clássica da lei judaica.

GUETO – A palavra designa o lugar, rua, bairro, onde os judeus moravam, durante a Idade Média. Durante a ocupação nazista voltou o sistema do "gueto" para os judeus em diversos países europeus.

GUIA DOS PERPLEXOS (Fil) – Título da importante obra de Maimônides.

HAFTARÁH – Trecho dos *Nebiím* (Profetas) que se lê em voz alta, na sinagoga, após a leitura da *Toráh*. O texto da *Haftaráh* trata geralmente de assunto similar ao texto da *Toráh* e ao qual corresponde.

HAGADÁH (Hebr) – Narração. Livro modesto, mas o mais popular da literatura hebraica, apresenta em forma de antologia um esquema simples e impressionante da origem do judaísmo. Na noite de *Seder* (véspera de *Pessah*), cada pai relata a seu filho a história do êxodo.

–

HALÁH – pl. *halôt* – Os dois pães de sábado, em lembrança da porção de maná que os israelitas recolhiam no deserto, na véspera do sábado. Oferenda da massa que o israelita separa para o "Kôhên". Antes de se preparar a *hallóh* faz-se uma bênção e este mandamento toca principalmente às mulheres.

HALAKÁH – pl. *halakôt* – "Curso". Lei Judaica. Este termo é empregado de duas maneiras, significando ou uma decisão legal específica, ou a totalidade da lei.

HALÊL (Or) – "Louvor". Salmos 113-118, incluídos na liturgia judaica, são de louvor.

HAMAQÔM (Hebr) – Lugar. Nome de Deus, do Céu e da onipresença divina. Usa-se na liturgia esta expressão para o "lugar sagrado".

–

HAMÊTS – Alimentos na base de cereais fermentados que devem ser retirados da casa durante os oito dias da festa do *Peçah*.

HAMMOTSI – Bênção do pão que se faz antes de começar uma refeição.

–

HANUKÁH – Festa das Luzes. Significa em hebraico "inauguração". Refere-se neste caso, à inauguração do Templo de Jerusalém, no ano 168 a.C. Durante oito dias acende-se, diariamente uma vela, num candelabro especial (*hanukiyáh*) e celebra-se alegremente esta festa nos lares.

–

HARÔCET – Um dos símbolos de *Peçah*. A *harôcet* é uma mistura de maçãs, nozes, amêndoas, tâmaras ou passas trituras, cuja cor lembra a do barro que os israelitas eram obrigados a fazer no tempo da escravidão do Egito.

HASHÊM (Hebr) – O nome. Designação de Deus, que aparece pela primeira vez na *Mishnáh*.

HASKALÁH – Termo hebraico. Literalmente: inteligência, ilustração, sabedoria. Designa o movimento de renovação do judaísmo iniciado na Alemanha, em meados do século XVIII sob a direção do Mendelson.

–

HASSID – Chacíd - Literalmente "piedoso". Membro ou adepto do movimento "haçídico", de orientação mística, pietista – movimento renovador religioso dos judeus do Leste-Europeu, do século XVIII.

HATIQVÁH – Hino nacional do Estado de Israel.

HAVDALÁ – Haḇdaláh – Cerimonia de despedida no dia de Sabbat. A palavra hebraica significa "distinção" entre o sacro e o profano.

–

HAZÁN (Ri) – (Hebraico), Cantor. Pessoa que conduz as orações durante o serviço religioso, nas sinagogas.

HEBREU – Da raiz da palavra " `ivri" que significa alguém do além-rio (Eufrates). Propriamente a palavra deve ser aplicada somente para os israelitas (judeus) antes do exílio babilônico, no ano 586 a.C. Depois desta data, tornou-se aceito o termo "judeu" (de Judá).

–

HÉDÈR (Hebr) – Escola primária. Introdução da criança judia ao estudo do hebraico e da Bíblia.

–

HÊRÈM (Hebr) – Excomungar; banir; excluir da congregação judaica.

–

HÉSED – Héçèd - Amor. Amor de Deus. Da parte do homem: a obrigação – mitsváh.

–

HÔL-HAMMÔÊD (Medianos) – Dias intermediários das festas Péçah e Çukôt, ou seja, semifesta. Nestes dias os trabalhos indispensáveis são permitidos.

HOSHA`NÁ (Hebr) – pl. *hosha`nôt* – Poesia litúrgica que termina com o estribilho: – "*hosha`ná*" – "Ajuda-nos, ó Deus". "Salva-nos, ó Deus". Reza-se na festa de *Sukôt*.

HOSHA`NA RABÁH (Hebr) – Grande *Hoshaná*. Sétimo dia do *Sukôt*.

–

HUP`ÁH (Hebr) – Pálio nupcial, sob o qual ficam os noivos durante a cerimônia de casamento.

ISRAELI – Yisreêlí - Israelense. Cidadão do Estado de Israel. israelita é uma expressão bíblica; *yisreêlí* uma expressão cívica.

IVRIT – `Ibrít - Língua hebraica.

JEJUM – O jejum tem três propósitos distintos, na fé judaica: auto-renúncia, luto e súplica. Além do *Yôm Kipur*, diversos jejuns menores são observados pelos ortodoxos, o mais importante dos quais, o Dia das Lamentações, *Tish`áh Be`áb*, o nono (dia) no (mês) *Ab*.

KABALÁ – Qabbaláh - Denominação de misticismo judaico. Sistema de magia e pensamento místico, popular entre os judeus, na baixa Idade Média.

KADISH (Or) – Qaddísh - Oração na qual são louvadas a santidade de Deus e seu Reino. É rezada em idioma aramaico, exceto o último verso, em diversas partes dos serviços religiosos. Os filhos a rezam



por ocasião do enterro, no ano primeiro de luto e nos aniversários do falecimento dos pais. Também parentes próximos rezam-na. Não contém menção da morte.

**KAFTAN** – Qaftán – Capota comprida, preta, usada nos tempos medievais pelos judeus tradicionais, na Europa Oriental. Esta vestimenta conservou-se em certos círculos dos judeus ortodoxos, até os tempos modernos.

**KALLÁH** (Hebr) – Noiva.

**KASHÊR** – Alimentos permitidos pelas leis judaicas, "apropriado para comer, limpo". Excluiu-se da alimentação judaica a carne de determinados animais, cujos parasitas são portadores de enfermidades. Segundo a lei judaica, nenhum animal que haja estado enfermo ou que haja morrido acidentalmente, é "*kashêr*".

**KEDUSHÁ** – Qeḏusháh - Consagração. Trecho daquela oração cujo nome deriva da citação do tríplice *Qaḏôsh* (Santo), atribuído a Deus.

**KEHILÁ** (Hebr) – Qehilláh – Comunidade coletiva. Congregação.

**KEṬUBÁH** – Contrato matrimonial judaico, que estabelece as obrigações entre as partes, como também prevê uma penalidade monetária, no caso de divórcio, sendo uma antiga medida para prestigiar os direitos da mulher.

**KEṬUBIM** (Hebr) – Keṭubím - Terceira parte da Bíblia, em termo grego: *Hagiógrafos*. Abrange os Salmos, Provérbios, Jó, Cântico dos Cânticos, Rute, Livro das Lamentações, Qoélet, Ester, Daniel, Esdras, Neemias e Crônicas.

**KIDDÚSH** – Cerimônia da bênção o vinho, pronunciada na véspera do *Shabat* (sexta-feira à noite).

**KINÁ** – Qináh - Lamentação. Versos poéticos lidos nos dias de luto. Poesias compostas por diversos poetas sobre o tema da destruição do Templo e outros episódios tristes da história judaica.

**KIPPÁH** (Hebr) – Solidéu. Cobertura da cabeça. Um costume tradicional exige que os judeus cubram a cabeça em todas as ocasiões, especialmente durante a reza, nas reuniões e durante as refeições. Os judeus liberais dispensam esta atitude, conservando somente este costume nas sinagogas e durante as cerimônias religiosas.

**KOHÊN** (Hebr) – pl. *Kohaním* – Descendentes da família sacerdotal de Aarão. Conforme o espírito da *Toráh* e do *Talmud*, os "*kohaním*" não são seres superiores que dão a sua bênção, porém, o veículo por intermédio do qual, a bênção de Deus desce para o povo.

**KÓL NIDRÊ** (Or) – Todas as promessas. Oração dita na noite de *Yôm Kipur* e que dá o nome à véspera deste dia, segundo a qual declara-se que todas as promessas, votos, juramentos etc. que se têm feito forçadamente ou sob coação durante o ano anterior e vindouro em relação a si mesmo, fiquem nulos. Esta oração, teve excepcional importância na época nas perseguições dos marranos do século XV.

**KOTEL HAMAARAVI** – Qôṭél Hamma`arabí – O Muro ocidental de Templo de Jerusalém, o único que não foi destruído, e tomou-se o muro das lamentações.

**LADINO** (Ling) – Dialeto-espanhol arcaico falado pelos sefaradim da Grécia, Turquia, Norte da África, Portugal e Espanha, descendentes das comunidades expulsas da Península Ibérica, no século XV.

**LAG-BA`OMER** (Tr) – 33º dia no `Omer. Dia semifestivo que se celebra no trigésimo terceiro dia do

mês de `Omer.

LAMENTAÇÕES – Parte dos Cinco Rolos (*Hamêsh Meguillôt*) que fala sobre a queda de Jerusalém e a destruição do Templo (586 a.C.). Esta pequena obra abrange cinco capítulos e a autoria é atribuída a Jeremias.

LASHÔN HAR`Á – Falsche Anklage gegen den Ruf, als eine der widerlichsten Sünden angesehen, sowohl in der Bibel als auch in der gesamten rabbinischen Literatur.

LEI ORAL (Hebr) – *Toráh Shebe`al-pé*. Leis não escritas, transmitidas oralmente de geração em geração, que determinam a aplicação das leis bíblicas na vida cotidiana.

LEVAYÁH – Ato de acompanhar um morto à sua última morada; ritual para acompanhar a pessoa que vai viajar.

LITURGIA – Existem diversos ritos os quais surgiram em diversas épocas e em diversos países. As três principais formas litúrgicas são: *Ashkenazí* (dos judeus da Europa Central), *Çefaradí* (dos judeus espanhóis, portugueses, turcos etc.) e *Yemenita* (parecido com o *sefaradí*, usado no Oriente). A liturgia básica é dividida em serviços da manhã (*Shaharít*), da tarde (*Minhá*) e da noite (*Ma`arib*). São usados livros de orações, para dias normais e Sábado: *Çidur*, e para grandes festas: *Maḥazôr*. As rezas (orações) têm a sua cronologia, mas em diversos ritos têm diferentes e variadas execuções.

LUA NOVA – Neumond - O novo mês, do calendário judaico, é determinado pela mudança da lua. O primeiro dia do mês (*Rôsh ḥôdesh*) é celebrado liturgicamente, e a lua nova anunciada na sinagoga, durante o *Shabat* que a precede, com uma oração, que contém um pedido de um mês próspero e abençoado.

LUAḤ (Hebr) – Calendário judaico.

MA`ARIB (Or) – Prece vespertina. Oração noturna que se reza desde que o céu começa a estrelar-se.

MAFTÍR – A última pessoa chamada à *Toráh*, no Sábado.

MAGUÊN DAVÍD (Hebr) – Escudo de Davi. Emblema, distintivo do povo judeu, formado por dois triângulos entrelaçados.

MAḤAZÔR (Or) – Ciclo ou período. Livro de orações existentes para cada festa, comumente usado para designar o livro de reza de *Rosh Hashaná* e *Yôm Kipur*.

MA`ÔS TSUR (Or) – Hino de *Hanukáh*.

MAROR (Hebr) – Amargo. Nome das ervas amargas, que pertencem à ritual e tradicional mesa do *Çêder* no primeiro e segundo jantar das festas do *Péçah* e que lembra a vida amarga dos judeus perseguidos no Egito.

MARRANO – Cripto-judeu; aquele que foi forçado, diante da perseguição anti-semita, a encobrir o fato de ser judeu. O termo é etimologicamente difícil de explicar; no português é substituído por "cristão-novo".

MA`TÔBU – Primeiras palavras do versículo de Nm 24,5 que se usam nas primeiras orações de manhã ao entrar na sinagoga.

MATSÁH (Tr) – pl. *matsôt* – Pão ázimo, sem levedura, que se come durante o 7 (em Israel) ou os 8 (na Diáspora) dias da Festa de *Péçah*.

**MATSÊBÁH** (Hebr) – Túmulo. Termo usado em geral; para a cerimônia de inauguração da pedra tumular.

**MAZZÁL-TÔB** (Hebr) – Boa sorte. Forma de felicitação. Expressão com que se felicita alguém por ocasião de algum acontecimento alegre.

**MEGUILAT ÈSTÊR** (Hebr) – Rolo de Èstêr. Relato da Bíblia, que conta a história referente à festa de *Purím*; com a salvação do povo de Israel por Mòrdòkái e a rainha Èstêr.

**MÊS** – O mês do calendário judaico é composto de 4 semanas. O ano judaico tem 12 e 13 meses. O início do mês está ligado à mudança da lua, sendo o calendário judaico baseado no ciclo lunar.

**MEZUZÁH** – Símbolo religioso colocado no lado direito dos umbrais das portas, à entrada. É um pergaminho que contém os dois primeiros parágrafos do *Shemá`*, enrolado e colocado num estojo, que tem uma abertura ou uma saliência na qual se distingue a palavra "*Shadái*", "Todo-poderoso".

**MIDRÁSH** – Interpretação da Bíblia. As compilações midráshicas contêm a literatura rabínica do período talmúdico.

**MIKVÁ** – Miqváh - Banho ritual. A água deve ser de fonte natural ou rio. Há também prescrições referentes à quantidade de água do *mikváh*. O banho ritual é considerado pelos praticantes como indispensável.

**MINHÁH**(Or) – Prece da tarde, antes do pôr-do-sol.

**MINHÁG** (Hebr) – Costume. O costume ocupa um lugar importante na tradição judaica. Além das leis escritas e orais, certos costumes tornaram-se obrigatórios e fazem parte da vida judaica.

**MINYÁN** – Grupo de 10 homens no mínimo, maiores de 13 anos, que a tradição judaica requer para a realização de qualquer ato religioso de caráter público.

**MISHLÊI** (Hebr) – Livro dos Provérbios.

**MISHNÁH** (Hebr) – Repetição. Código de leis civis e religiosas compiladas mais ou menos em 200 a.C. A *Mishnáh* constitui a base do *Talmud*. É um informe das sentenças proferidas por uma linha de analistas e juizes. Abrange um período de quase 400 anos. Rabi Judá, o Príncipe, abastado sábio da Palestina, compilou a *Mishnáh*.

**MITSVÁH** (Hebr) – pl. *mitsvôt* – Mandamento; preceito religioso. Segundo o *Talmud* existem 613 preceitos, além dos mandamentos decretados pelos rabinos.

**MIZRAH** (Hebr) – Oriente. Rezando, os judeus se dirigem na direção do oriente, isto é, com rosto e olhos dirigidos para Jerusalém. Também neste sentido estão construídas as sinagogas.

**MODÊH ANI** (Or) – Primeira reza, pronunciada de manhã. "Dou graças perante ti, ó Rei vivo e existente, que devolveste a minha alma com piedade, grande é nossa fé em ti".

**MOHÊL** – Judeu que executa o rito da circuncisão.

**MUSÁF** (Or) – Oração que se acrescenta às preces da manhã dos sábados e festas, correspondente aos sacrifícios suplementares que se faziam nesses dias.

**NASSI** (Hebr) – Príncipe. Título conferido ao presidente do *Çanhedrín*, que era ao mesmo tempo chefe leigo da comunidade judaica da Palestina.

NEDABÁH (Hebr) - Dádiva voluntária.

NÊDER (Hebr) - Voto, promessa.

NÉFESH (Hebr) - Termo traduzido algumas vezes por vitalidade. Algumas vezes como personalidade. Em Dt 12,23 ela se refere ao sangue que é o que leva a vida através do corpo. *Néfesh* é uma das cinco palavras que se referem a *alma*.

NE`ILÁH (Hebr) - Fechamento. A última parte do cerimonial de *Yôm Kipur*, dia mais importante do ano. Depois de todo um dia de meditação e reza com o entardecer a imagem criada é que as portas dos céus se fecham, daí o nome *Ne`ilá*, fechamento.

NÊR TAMID (Hebr) - Luz eterna. Encontra-se em todas as sinagogas uma luz que é conservada constantemente acesa, simbolizando o fato de que a luz da *Toráh* brilhará eternamente.

NESHAMÁH (Hebr) - Termo traduzido geralmente como respiração ou psique. Esse termo refere-se usualmente à qualidade espiritual do homem, depois que o espírito, a *Ru`ah*, torna o homem uma *Neshamá*; um ser psíquico.

NESSUÍN (Hebr) - Casamento religioso.

NEVIIM - Nebíim - Profetas.

PARASHÁ (Hebr) - ou *Perashá*, pl. *parashiyôt* - Parágrafo massorético em que se dividem os textos da *Toráh*; para os sefaradim é a seção semanal que se lê publicamente nas sinagogas nos sábados; o mesmo que "*sidráh*" para os askenazim.

PARÔKET - Cortina que se coloca diante da arca santa, na sinagoga. Véu que separa o lugar da Santidade (*Qôdesh*) do lugar da Santidade de Santidades (*Qôdesh Haqqodashím*) no Templo.

PASSUL (Hebr) - paçul - Desqualificado, defeituoso. Termo usado para objetos rituais inaceitáveis, por algum motivo.

PATRIARCAS - Abraão, Isaac e Jacó - são os três primeiros homens que adoravam a Deus. São os patriarcas do povo judeu.

PÉÇAḤ - Nome hebraico da Páscoa. Celebra-se a lembrança da libertação dos israelitas da escravidão do Egito, que ocorreu no dia 14 do mês hebraico *Niçán*, aproximadamente 1280 anos a.C.

PÉÇEL (Hebr) - Imagem. Não somente a adoração de imagens é proibida pelas leis bíblicas (Ex 20,4; Dt 7,5), mas também a sua confecção.

PILPÚL (Hebr) - Debate. Sistema de interpretação. Esclarecimento. Matéria introduzida no séc. XVI nos estudos talmúdicos.

PIRQEI ABÔT - "Ética dos pais". Trata-se de pronunciamentos e ditames dos Sábios do *Talmud*, que nos legaram, sob o nome de "Capítulo dos Pais" um tesouro de valores éticos, do qual o mundo tem-se servido durante dois milênios.

PIYUT - Poesia litúrgica, adicionada ao ritual a partir do século VII d.C. Seus compositores são chamados *Payyetaním*.

PURÍM - Festa celebrada no dia 14 de *Adar* ou *Ve-Adar*. Comemora um episódio da vida judaica na Pérsia, e sua heroína é Ester, a esposa do rei *Ahasvêrus*.

RABI – Meu mestre. Originariamente o título era aplicado a um doutor da "*Mishnáh*" ou aos amoraítas da Palestina. Mais tarde passou a significar o chefe espiritual de uma comunidade judaica, ou pessoa erudita nas leis judaicas.

RIMONÍM – Jóias de prata que se põem sobre as varas superiores dos rolos da *Torá*.

RÔSH HASHANÁH (Hebr) – Cabeça do ano. Festa do ano judaico, celebrada nos dias 1º e 2º de *Tishri*: dias em que segundo a tradição o mundo foi criado. Os outros nomes de *Rôsh Hashanáh* são: *Yôm Hazzikkarôn* (dia da lembrança), *Yôm Terú`a* (dia do toque do *shôfár*), *Yôm Haddín* (dia do julgamento). Festa essencialmente religiosa. Celebra-se exclusivamente na sinagoga.

RÔSH HÔDESH (Hebr) – Cabeça do mês. Princípio do mês hebraico que se inicia com a lua nova.

RÚ`ACH (Hebr) – Termo traduzido geralmente por espírito ou vento. Refere-se ao elemento que possibilita ao homem estar consciente de Deus e comungar com ele.

SABRA – Denominação metafórica da nova geração israelense.

SACERDOTES – Eram, entre os antigos israelitas, os guardiões do santuário, exercendo aí as funções legais e rituais.

SANHEDRÍN – Era o supremo conselho dos judeus. Os judeus da Diáspora diziam *Guerusia* ou ainda Sinédrio. Equivalia ao Senado dos gregos e romanos. Decidia acerca de matéria legal e ritual. Era presidido pelo sumo sacerdote em função.

SÊDER (Tr) – Ordem. Programa da cerimônia da Festa de *Peçãh*, no lar, durante as duas primeiras noites.

SEFARADÍM – Do hebraico "*sefarád*" (Espanha). Israelitas procedentes da Espanha, Balcãs, Norte da África etc. e seus descendentes.

SÊFER TORÁH – Rolo da Lei; o qual se lê nos sábados, segundas e quintas-feiras e nas festas.

SELÁH – "Para sempre". Termo tradicionalmente usado, como bênção e como confirmação do citado.

SELIHÔT (Or) – Conjunto de orações de penitência, recitadas em geral de madrugada, na semana anterior ao Ano Novo e aos dias de jejum.

SHABBAṬ (Hebr) – Cessaçã. Sétimo dia da semana, na cronologia semanal, judaica. Dia santificado. Dia de descanso. Dia dedicado à meditação. O dia da *ShabbaṬ* é entre as instituições religiosas e sociais a maior conquista do judaísmo. A *ShabbaṬ* instituiu o princípio segundo o qual o homem tem o direito a seu descanso e à meditação.

SHALÔM (Hebr) – Paz. Saudaçã bíblica empregada entre os israelitas até hoje.

SHAMÁSH – Assistente na sinagoga.

SHAVUOT – *Shavu`ôt* - A festa de "*Shavu`ôt*" é chamada *Yôm habbikkurím* (dia das primícias) pois neste dia, oferecia-se no Santuário um dos pães feitos do trigo da nova colheita, denominados "*shetê haléhem*". Os outros nomes desta festa são: *Hag haqqatsír* (Festa da ceifa), *Jôm-matán-Toráh* (Dia da entrega da Lei) e Festa das Semanas. Entretanto no *Talmud*, esta festa é chamada "*Atseret*" (dia da abstinência de trabalho).

SHLOSHÍM – Os primeiros 30 dias de luto que guardam os "*abelím*" após o falecimento de um

parente próximo.

SHEM`Á - ou *Qeriaṯ-shem`á* - Principal oração judaica, considerada como a expressão clássica do monoteísmo e a proclamação de fé dos israelitas.

SHEMINI `ATSÉRET (Tr) - Oitavo dia de festa de *Çukôt*.

SHEMITTÁH (Hebr) - Ano sabático. Todo sétimo ano desde o ano da criação do mundo, é um ano sabático, durante o qual a terra devia estar em repouso. Os produtos que cresciam espontaneamente no campo, eram socializados e pertenciam a todos: ao servo, empregado, estrangeiro e mesmo ao gado e aos animais selvagens da terra.

SHEMONÉH-`ESRÊ (Or) - Oração das dezoito bênçãos. Chamada também "Grande oração", parte integrante de todos os períodos de oração, com textos iniciais e finais fixos.

SHEMÔṬI (Bibl) - O segundo livro do Pentateuco chama-se em hebraico "*Shemôṯ*" (Nomes) e em grego "Êxodo" (Saída), pois um dos principais acontecimentos nele narrado, é a saída do povo de Israel do Egito.

SHEVÁ BERAḲOI - Sheba` Berakôt - Sete bênçãos que se recitam com o segundo copo, durante a cerimônia nupcial israelita.

SHIVÁ (Ri) - Shib`áh - Durante 7 dias os enlutados usam cadeiras baixas para sentar-se, como demonstração do seu pesar. O Sábado e as Festas interrompem o luto. Durante estes sete dias os enlutados suspendem suas ocupações habituais e dedicam todos os seus pensamentos ao desaparecido membro da família.

SHOHÊT - Pessoa entendida no ritual de matança de animais (*shehitáh* - abate) conforme a lei judaica.

SHOFAR - Trombeta feita com chifre de carneiro que se toca sobretudo no Ano Novo judaico (*Rosh Hashaná*) e no Dia da Expição (*Yôm Kipur*).

SHULEHÁN `ARUK (Hebr) - "Mesa posta". Título mais popular da compilação das leis rabínicas em forma de código. Foi escrito por Yosef Karo (m. 1575). A primeira edição apareceu em Veneza em 1565.

SIDRÁ - Çidráh - Seção semanal na *Toráh* que se lê publicamente aos sábados, na sinagoga. O mesmo que "*parashá*" para os sefaradim.

SIMHÁH (Hebr) - Alegria. Também considerada "alegria santa". Festa. Satisfação pelo cumprimento de um dever humano ou religioso.

SIMHAT-TÔRÁH (Tr) - Último dia da festa de *Sukkôt*. Significa alegria da *Torá*, pela solenidade festiva de terminar a leitura da última *sidrá* da *Torá* e do começo de um ciclo novo com a leitura de uma parte da *sidrá* de "*Berêshít*".

SINAGOGA (Gr) - Textualmente: convocação ou assembléia. Palavra de origem grega. Lugar onde se celebra o culto religioso israelita. Templo. Casa de Deus.

SIONISMO - Tsiyyônúṯ - Tsiyyôniyúṯ - Aspiração milenar judaica, desde o exílio babilônico, de retomar a *Éretz Yisraél*. A espera messiânica, traduzida na liturgia e nas prédicas religiosas, transformou-se num movimento prático e espiritual, com a publicação do "Estado Judeu" por Theodor Hertzl (1896), assumindo uma feição política no primeiro congresso sionista mundial,

realizado em Basileia em 1897, que proclamou o direito do povo judeu de reconstruir sua vida nacional na sua própria casa.

SÔFRÍM – Escribas. Sábios, tradutores da Lei Escrita, para o aramaico, língua popular internacional do Oriente. Este tipo de tradução, feito na época do helenismo, é conhecido como "*targum*" (versão).

SUKÔT – Festa das cabanas. Celebra-se, habitando durante 8 dias em cabanas em que os israelitas viveram desde a saída do Egito até a conquista da Palestina. Chamou-se também de *Hag-Haasif* (Festa da colheita) ou simplesmente *Hag*. Principalmente *Sukkôt* era uma festa agrícola, rural. *Sukkôt* marcava o final da colheita da fruta. Era também a festa de peregrinação.

TA`ANYÔT (Hebr) – Dias de Jejum.

TAHANÚN (Or) – Súplica. Após a grande oração de *Shaharít* e de *Minhá* rezam geralmente o *Tahanún* (súplicas pelo perdão divino). Esta prece geralmente fica omitida nos dias da *Shabbát*, Festas e dias Semi-festivos.

TAHARÁH – Ação de lavar o corpo do defunto antes de ser envolvido na mortalha.

TALLÍT – Manto ritual. Geralmente o judeu se cobre com este manto especial, durante as orações matinais. A *tallít* é um pano retangular de lã ou seda, com listas negras ou azuis perto das suas bordas menores. Das quatro pontas pendem franjas de lã ou de seda, "*tzitzít*". A *tallít* expressa a idéia de nos revestirmos de espírito de santidade para executar os preceitos divinos e recordar que não devemos andar atrás dos impulsos maus do nosso coração nem de tudo o que os nossos olhos vêem.

TALMUD – Significa literalmente: Estudo. Contém os trabalhos mentais, opiniões e ensinamentos dos antigos sábios judeus, expondo e desenvolvendo as leis religiosas e civis da Bíblia, durante um período de cerca de 8 séculos (desde o ano 300 a.C. até o ano 500 d.C.). O *Talmud* inclui dois diferentes elementos: a *Halakáh* (lei) e a *Haggadá* (narração).

TALMUD TORÁH – Textualmente : "Estudo da *Toráh*". Escolas primárias, nos centros judaicos, que ensinavam aos jovens desde o alfabeto hebraico até os valores filosóficos da religião e cultura judaica.

TANAK (Hebr) – Bíblia. Segundo a tradição judaica, a Bíblia se compõe da: *Toráh* (cinco livros sagrados), *Nebiím* (Profetas) e *Ketubím* (Hagiógrafos). Dai surge o nome *Tanak*, formado pelas letras iniciais das três partes de que se compõe a Bíblia.

TEAMÍM – Sinais tradicionais que se encontram nas letras hebraicas da Bíblia e que servem de acentos, pontuação e notas musicais.

TEFILÁH – As principais orações diárias dos israelitas são *Tefillat-shaharít* (oração da manhã); *Tefilat-minhá* (oração da tarde); *Tefillat-arbit* (oração da noite). Podemos também classificar as orações, do ponto de vista do seu conteúdo. Tornou-se hábito no judaísmo ao rezar, de nos aproximarmos de Deus, principalmente com palavras de louvor e de adoração.

TEFILÍM – Filactérios. Duas caixinhas de couro que contém quatro trechos do Pentateuco, que durante as orações matinais, exceto aos sábados e dias festivos, os judeus usam geralmente a partir dos 13 anos. Os dois *tefilím* simbolizam também os dois princípios da vida humana, teórica e prática, isto é: pensamento e ação. O da mão acrescenta também o sentimento.

TEHIAT HAMETIM – *Tehiyyát Hammetím* - Ressurreição dos mortos.

TEHILLÍM (Hebr) - *Salmos*. Existem 150 salmos, subdivididos em cinco livros, que começam respectivamente pelos salmos 1, 42, 78, 90 e 107.

TEIVÁ - Têbáh - Púlpito para a leitura da *Toráh* na sinagoga. Para os sefaradím o mesmo que *Bimáh* e `Ammúđ dos ashkenazím.

TESHUBÁH (Hebr) - Arrependimento. Na terminologia judaica, significa a não repetição do mal, e a vontade de expiar o pecado. O que é ordenado aos judeus fazer sempre, e especialmente desde *Rôsh Hashaná* até *Yôm Kipur*.

TISH`ÁH BE AB - Dia 9 o mês de *Ab*. Dia da destruição do primeiro e segundo Templo em épocas diferentes. Dia de jejum.

TORÁH (Hebr) - Ensino da Lei. Especialmente os "Cinco Livros de Moisés". O termo serve freqüentemente para toda a lei judaica. Chama-se também em hebraico: *Humásh*, *Hamishá* e *H umashé Torá*.

TSADÍQ (Hebr) - pl. *tsadiqím* - Justo, piedoso, virtuoso. Termo usado para o rabino *hassídico* ao qual se atribui o poder de fazer milagres, conforme a crença de um grupo de judeus, chamados *haçidím*.

TSEDAQÁH (Hebr) - Caridade. Na concepção filosófica de Maimônides, a caridade judaica consiste em antecipar o auxílio ao seu semelhante, evitando que o mesmo necessite estender a mão em busca do arrimo.

TSITSÍI - Franjas da *tallít*, que são fixadas em obediência às prescrições bíblicas.

VAYYIQRÁ (Bibl) - O terceiro livro do Pentateuco chama-se "*Vayyiqrá*" (e chamou), palavra com a qual começa este livro. Entretanto na linguagem talmúdica, denomina-se "*Sêfer Torat Kohaním*" (livro da lei dos sacerdotes). A "Versão dos Setenta" deu-lhe o título de *Levítico*.

VIDDÚY (Or) - Confissão dirigida diretamente a Deus. Reza do agonizante que termina com o *Shem`á*.

YAD (Hebr) - Literalmente: Mão. Indicador, feito de metal, em forma de mão com dedo indicador, que serve para guiar e apontar as palavras, durante a leitura da *Toráh*.

YAMIM NORAÍM (Hebr) - Dias Terríveis. *Rôsh Hashaná*, dia do Ano Novo, e *Yôm Kipur*, dia do Perdão, são as duas festas austeras, do ano judaico.

YAMIM TOBÍM (Hebr) - Dias Bons. Festas. Datas nacionais de Israel, que exprimem a sua união com Deus e sua obrigação de servi-lo. Estas comemorações são de duas espécies: alegres e austeras. Nestes dias não é permitido fazer nenhum trabalho.

YESHIBÁH (Hebr) - Escola tradicional judaica, dedicada ao estudo da literatura rabínica e talmúdica.

YIDISH - Do alemão "jüdisch", significando judaico. O idioma dos judeus do este da Europa; é alemão com a mistura do eslavo e hebraico.

YISHÚB (Hebr) - Coletividade.

YIZKÔR (Or) - Oração em memória dos mortos, rezada pelos ashkenazím em quatro ocasiões: no *Yôm Kipur*, em *Shemini Atzere*, no último dia de *Peçah* e no segundo dia de *Shabuôt*.

YÔM HA`ATZMAÚI (Hebr) - Dia da Independência. Dia 5 do *Iyyar* de 5708 (14 de maio de 1948) foi



proclamado o novo Estado de Israel.

YÔM HAZIKKARÔN - Dia da Lembrança.

YÔM KIPÚR - Dia do Perdão. Festa máxima dos judeus. Vinte e quatro horas de jejum completo, onde o judeu faz penitência, se purifica de seus pecados e reza a Deus.

YÔM TÔB (Hebr) - Bom dia. Termo hebraico para festa (religiosa).

YOBÊL (Hebr) - Ano de jubileu.

ZEMIRÔI (Tr) - Cânticos; para os sefaradím significam os primeiros salmos da liturgia matutina. Para os ashkenazím são os cânticos de sábado.

ZOHÁR (Hebr) - Fulgor. Título do trabalho cabalístico atribuído a Rabi Shimon Ben Yoray e introduzido na Espanha por Moisés de Leon, no décimo terceiro século.